

# JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 15, Número 1, Abril de 2026

## ARTIGOS INÉDITOS

### **Intolerância e autoritarismo na democracia brasileira**

*Wilson Gomes*

### **As relações entre os Estados Unidos e a América Latina na era de Donald Trump: com uma retrospectiva histórica**

*Arturo Valenzuela*

---

## TRADUÇÕES

### **Os reais perigos da IA para a democracia**

*Dean Jackson e Samuel Woolley*

### **O Estado de vigilância impulsionado por IA da China**

*Valentin Weber*

### **Como os líderes autoritários exploram o gênero**

*Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg*

### **Crime, repressão e democracia no Equador**

*Galo Mayorga e Kai M. Thaler*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

[PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG](http://PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG)



JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

EDITORES Bernardo Sorj  
Sergio Fausto

COORDENADORA DE PUBLICAÇÕES Beatriz Kipnis

REVISÃO DA TRADUÇÃO Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA Otávio Dias

REVISÃO DE DIAGRAMAÇÃO Felipe Martins

DIAGRAMAÇÃO Bruno Ortega

Journal of Democracy em Português, Volume 15, Número 1,  
São Paulo, Abril de 2026  
Plataforma Democrática  
ISSN 2527-1369

**Índice de catálogo sistemático:**

Democracia; Política e Governo; Sociedade; Partidos Políticos; Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso  
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000  
fundacaoofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaoofhc.org.br



São Paulo (Sede)  
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro  
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000  
tel: +55 (11) 3359-5000  
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

## Apresentação

Nesta edição, o *Journal of Democracy* em Português reúne seis artigos que analisam desafios contemporâneos à democracia — do aumento da intolerância política ao uso manipulatório da igualdade de gênero por regimes autoritários, passando pelos possíveis efeitos antidemocráticos da IA, pela política externa de Trump e pela crise de segurança na América Latina.

Em artigo inédito, o professor **Wilson Gomes** (Universidade Federal da Bahia) busca compreender como a intolerância opera concretamente no interior da democracia brasileira, que formas assume à direita e à esquerda e quais são seus efeitos sobre a convivência democrática.

“O principal problema das democracias hoje é o autoritarismo ou a intolerância? A resposta mais esclarecedora é que se trata de problemas distintos, mas profundamente articulados. A intolerância costuma ser o primeiro sinal visível de processos autoritários mais profundos. Quando adversários políticos passam a ser descritos como inimigos da nação, da moral ou da humanidade, o terreno subjetivo para o autoritarismo já está amplamente preparado”, alerta o autor de *A Democracia no Mundo Digital: história, problemas e temas* (Editora Sesc São Paulo, 2025).

No segundo texto, também inédito, **Arturo Valenzuela** (Georgetown University) adverte, a partir de uma perspectiva histórica, para os riscos que o retorno de Donald Trump à Casa Branca representa para a América Latina e para as relações entre os Estados Unidos e os países da região.

“É importante não permitir que Trump interprete a Doutrina Monroe e seus corolários como a intenção dos EUA de estabelecer seu domínio sobre as Américas. É também indispensável não ignorar o que Trump está dizendo e fazendo ao desconsiderar totalmente o papel fundamental que as nações sul-americanas e centro-americanas tiveram, como repúblicas independentes, na criação da arquitetura institucional do mundo do pós-guerra, ao lado dos EUA — e não como adversários”, escreve

o também ex-diplomata norte-americano nascido no Chile, especialista em política latino-americana e relações interamericanas.

No terceiro artigo, os autores **Dean Jackson** (Laboratório de Pesquisa Forense Digital do Atlantic Council) e **Samuel Woolley** (University of Pittsburgh) analisam os riscos da inteligência artificial para a democracia e procuram distinguir quais preocupações são exageradas e quais estão sendo subestimadas.

“Queremos chamar a atenção para as formas como, no longo prazo, a IA poderá pressionar — ou mesmo abalar — os alicerces dos sistemas políticos democráticos em todo o mundo. Se o atual boom da IA levar à sua adoção sem reflexão suficiente, prevemos três tendências, cada uma delas prejudicial à democracia”, escrevem, detalhando no texto quais são elas.

O impacto da IA no Estado de vigilância da China tornará o Partido Comunista da China eternamente dominante? Esse regime algum dia será capaz de controlar totalmente as emoções humanas ou eliminar a imprevisibilidade do comportamento humano? Estas são algumas das perguntas que **Valentin Weber** (pesquisador associado de China Foresight na LSE IDEAS) busca responder no quarto artigo.

“Embora o PCCh possa reduzir sua dependência de policiais humanos, continuará tendo de lidar com 1,4 bilhão de seres humanos. Essas pessoas permanecerão altamente inventivas e imprevisíveis, especialmente quando enfrentam dificuldades econômicas ou pessoais. Se descuidar — por exemplo, se não conseguir proporcionar prosperidade econômica —, então nem todos os robôs, drones e câmeras do mundo serão capazes de conter a agitação social”, escreve o doutor em segurança cibernética pela Oxford University.

No quinto artigo, os cientistas políticos **Elin Bjarnegård** e **Pär Zetterberg** (Uppsala University) explicam por que líderes autoritários têm adotado reformas de igualdade de gênero em um ritmo sem precedentes. Como entender essas tendências simultâneas — e aparentemente contraditórias — em seus discursos e ações?

“Os defensores da democracia e da igualdade de gênero precisam compreender os usos que líderes autoritários fazem do *genderwashing* e do *genderbashing*. Ambas são estratégias destinadas a desviar a atenção — ou justificar — violações das normas e instituições democráticas. Como tal, constituem ameaças à democracia”, afirmam.

No sexto e último texto, **Kai M. Thaler e Galo Mayorga** (University of California, Santa Barbara) procuram entender por que a violência tomou conta do Equador e se o presidente Daniel Noboa, reeleito em abril de 2025, representa uma ameaça à democracia do país.

“Ele tem se mostrado cada vez mais assertivo, empregando forças militares internamente para garantir a segurança — uma meta ainda não alcançada — e desafiando as instituições liberais-democráticas quando elas se interpõem em seu caminho. A democracia do Equador agora se encontra pressionada entre a violência e o medo semeados por organizações criminosas e a pressão populista por mais poder de um presidente que tem sido agressivo militarmente, mas ainda não eficaz no combate ao crime”, escrevem.

**Boa leitura.**

**Bernardo Sorj e Sergio Fausto**

*Diretores da Plataforma Democrática*

# **Intolerância e autoritarismo na democracia brasileira**

*Wilson Gomes*

*Wilson Gomes é professor titular da Universidade Federal da Bahia, doutor em filosofia e autor de Transformações da Política na Era Digital, A Democracia no Mundo Digital e A Tirania da Virtude.*

## **Introdução: intolerância, autoritarismo e o desgaste silencioso da democracia**

A intolerância política deixou de ser um fenômeno periférico ou episódico na vida pública contemporânea. Na verdade, tornou-se um traço ordinário do debate político e está presente em campanhas eleitorais, redes sociais, universidades, parlamentos, na cultura e até em decisões judiciais, sem mencionar as práticas cotidianas de intimidação, assédio e, no limite, brutalidade. O adversário político já não é apenas alguém que pensa diferente; é, cada vez mais, tratado como alguém cuja presença no espaço público é considerada ofensiva, perigosa, ilegítima — portanto, insuportável.

É claro que um certo grau de intolerância, contido por leis e valores compartilhados, mantém-se inercialmente mesmo em sociedades democráticas. Afinal, dogmatismo, fundamentalismo, rigidez cognitiva e hostilidade à diferença fazem parte da natureza humana. Mas o que antes era percebido como excesso, radicalismo ou desvio passou, nos

últimos tempos, a ser naturalizado como virtude cívica, reação necessária ou dever moral.

Esse fenômeno não se limita ao Brasil nem pode ser atribuído exclusivamente a um campo ideológico. Ele se insere em um contexto mais amplo, marcado pela nova onda global de autoritarismos, que aflige tanto democracias consolidadas quanto novas democracias, sociedades ricas tanto quanto países pobres e desiguais, sistemas políticos distintos e tradições culturais diversas. Em praticamente todos esses contextos, observa-se o mesmo paradoxo: eleições continuam a ocorrer, constituições permanecem formalmente em vigor, instituições seguem funcionando, mas a disposição social para aceitar o pluralismo, o dissenso e a legitimidade do adversário se deteriora de maneira acelerada.

A literatura especializada costuma descrever esse processo como erosão democrática gradual. No entanto, antes de se manifestar plenamente no plano institucional, essa erosão se anuncia no plano das atitudes, disposições e práticas cotidianas. É nesse ponto que a intolerância política assume um papel central. Ela funciona como o elo entre predisposições autoritárias latentes e sua tradução prática na vida pública. Mais do que um subproduto da polarização, a intolerância tornou-se um mecanismo ordinário de organização do conflito político.

Para compreender adequadamente esse processo, é preciso situar corretamente a relação entre intolerância e autoritarismo. Isolada, a intolerância tende a ser interpretada como problema de temperamento, traço de personalidade, estilo discursivo ou radicalização retórica. Inserida no quadro mais amplo do autoritarismo contemporâneo, ela revela outra dimensão: a de ser o modo cotidiano pelo qual disposições autoritárias se ativam, se expressam e se tornam socialmente aceitáveis, frequentemente sob a aparência de virtude.

Autoritarismo e intolerância não são a mesma coisa. Confundi-los empobrece o diagnóstico, enquanto separá-los rigidamente obscurece sua articulação. O autoritarismo diz respeito a uma orientação geral diante do mundo social e político. Ele envolve desconforto com a diversidade e as diferenças, hostilidade ao “outro lado”, aversão à ambiguidade,

desejo de ordem e uniformidade, valorização de autoridades fortes e aceitação da coerção como solução legítima para desacordos profundos. Trata-se menos de uma ideologia específica do que de um modo de lidar com diferenças, incertezas e conflitos.

A intolerância, por sua vez, é uma prática social e política concreta. Ela se manifesta quando a discordância de valores ou crenças, de um lado, ou o pluralismo de atitudes e estilos de vida, de outro, deixam de ser tratados como legítimos e passam a ser enquadrados como erro moral, ameaça, perversão ou crime. O intolerante não apenas discorda do outro — de suas ideias e atitudes, de seu modo de viver. Ele nega ao outro o direito de sustentar publicamente sua posição, de participar do debate, de viver conforme deseja e de permanecer protegido por direitos e garantias fundamentais ao fazer isso. Onde a intolerância se instala, a exclusão deixa de ser exceção e passa a ser considerada aceitável e, frequentemente, desejável.

Em termos simples, mas precisos: o autoritarismo fornece a disposição, enquanto a intolerância fornece o gesto.

Essa distinção ajuda a compreender por que a intolerância costuma ser o primeiro sinal visível de processos autoritários mais profundos. Muitas pessoas que se percebem — e se declaram — defensoras da democracia não se reconhecem como autoritárias. Elas valorizam eleições, rejeitam golpes e se opõem explicitamente a ditaduras. Frequentemente se entendem como defensoras de valores incontestáveis, como justiça, igualdade e família. No entanto, em contextos de polarização intensa, conflito moralizado ou ameaça percebida, essas mesmas pessoas passam a defender o silenciamento do adversário, a punição exemplar de dissidentes, a suspensão seletiva de direitos ou a relativização permanente de princípios democráticos. A intolerância surge, nesses casos, como resposta prática imediata, antes mesmo de qualquer adesão consciente a soluções autoritárias explícitas.

É por isso que a nova onda autoritária global raramente começa com tanques nas ruas ou com a suspensão abrupta de eleições. Ela avança, em geral, por erosão gradual de normas, pela reinterpretção

oportunista de princípios e pela naturalização progressiva de práticas antes consideradas incabíveis. A intolerância desempenha aqui um papel estratégico: ela reconfigura o horizonte do aceitável, deslocando os limites do que pode ser dito, feito e justificado em nome de causas consideradas superiores.

Quando adversários políticos passam a ser descritos como inimigos da nação, da moral ou da humanidade; quando determinadas instituições são tratadas como obstáculos ilegítimos à vontade “verdadeira” do povo; quando a violência simbólica se converte

---

***Autoritarismo e intolerância não são a mesma coisa. Confundi-los empobrece o diagnóstico, enquanto separá-los rigidamente obscurece sua articulação.***

---

em espetáculo político buscado e promovido; quando o “calar a boca” de quem sustenta uma opinião que o meu lado considera deplorável é celebrado como pedagogia moral; quando o dissenso é equiparado a dano, dolo e ofensa — o terreno subjetivo para o autoritarismo já está amplamente preparado, mesmo que as instituições formais ainda resistam.

Essa dinâmica ajuda a responder a uma pergunta recorrente no debate democrático: o principal problema das democracias hoje é o autoritarismo ou a intolerância? A resposta mais esclarecedora é que se trata de problemas distintos, mas profundamente articulados. O autoritarismo é o problema estrutural, de fundo: disposições, crenças, convicções e atitudes que atravessam distintos campos ideológicos e se intensificam sob condições de ameaça, insegurança ou desordem percebida. A intolerância é o problema imediato e cotidiano: aquilo que as pessoas fazem, dizem e justificam na prática política diária. O autoritarismo se materializa na intolerância; a intolerância oferece vazão ao autoritarismo.

Sem intolerância disseminada, o autoritarismo tende a permanecer latente, contido por normas, reprimido por costumes e expectativas democráticas. Sem disposições autoritárias latentes, a intolerância não encontra justificção moral duradoura nem se estabiliza como padrão

legítimo de ação. É na interação entre ambos que se produz o desgaste da democracia, mesmo quando esse desgaste é silencioso.

No caso brasileiro, esse processo assume contornos particularmente preocupantes. A combinação entre desigualdade persistente, violência crônica, baixa confiança institucional e intensa polarização moral cria um ambiente propício à ativação de disposições autoritárias em amplos setores da sociedade. A intolerância surge, então, não como exceção, mas como resposta “normal” ao conflito político. Ela perpassa ideologias, instituições e práticas, apresentando-se ora como defesa da ordem, ora como proteção de vulneráveis (e grupos “minorizados”, como se diz), ora como reação à ameaça, ora como imperativo moral.

É precisamente por isso que este ensaio não se propõe a tratar a intolerância como desvio marginal nem como monopólio de um único campo político. O objetivo é compreender como a intolerância opera concretamente no interior da democracia brasileira, que formas ela assume à direita e à esquerda, que justificativas morais a sustentam e quais são seus efeitos acumulativos sobre o pluralismo, a liberdade e a convivência democrática.

Ao fazê-lo, o ensaio parte de uma premissa simples, mas exigente: a democracia não é um regime que promete unanimidade moral ou convergência política. Ela é um arranjo institucional que permite a convivência entre pessoas e grupos que divergem — às vezes em desacordos profundos e permanentes — sob regras comuns. Quando essa disposição se perde, quando o adversário passa a ser tratado como ilegítimo, quando a coerção substitui a persuasão e a punição ocupa o lugar do debate, a democracia começa a se desfazer — não necessariamente de uma vez, mas por dentro.

É a partir desse enquadramento que se torna possível examinar as formas específicas de intolerância associadas à direita e à esquerda, suas diferenças reais e suas convergências normativas. E é também a partir daí que se pode avaliar com mais clareza por que a intolerância se tornou, hoje, um dos principais vetores do avanço autoritário nas democracias contemporâneas.

## **A intolerância de direita: ordem moral, submissão e hostilidade ao outro**

A intolerância associada à direita contemporânea não pode ser compreendida apenas como reação circunstancial a políticas progressistas, transformações culturais aceleradas ou disputas eleitorais recentes. Ela expressa um *modo específico de organizar a vida social e moral*, no qual a política deixa de ser arena de disputa legítima entre projetos distintos e passa a funcionar como instrumento de preservação de uma ordem considerada correta e natural, mas de alguma forma ameaçada.

O traço estruturante dessa intolerância é o *convencionalismo moral rígido*. Que parte da crença de que a coesão social depende de uma adesão convicta e disciplinada a padrões morais definidos — frequentemente associados à tradição, à religião, à família, à autoridade e à hierarquia. Esses padrões não são apresentados como escolhas entre outras possíveis, mas como fundamentos objetivos da vida em comum. Divergir deles não é apenas discordar: é corroer a ordem e buscar ativamente o caos.

Esse enquadramento aparece, por exemplo, na forma como lideranças conservadoras, no Brasil e em outros países, têm descrito políticas educacionais relacionadas a gênero e sexualidade como tentativas deliberadas de destruir a família e corromper as crianças. Isso se tornou particularmente visível no episódio em que um programa governamental concebido para combater a homofobia nas escolas foi deliberadamente apresentado como um projeto de incentivo à homossexualidade infantil. Nesse registro, práticas ou iniciativas de que se discorda deixam de ser tratadas como divergências legítimas sobre políticas públicas e passam a ser enquadradas como ataques morais à própria base da vida social. A diversidade moral não aparece como pluralismo legítimo, mas como sinal de decadência, concessão ao erro, abandono dos princípios, incitação à desordem ou heresia. Estilos de vida alternativos, visões de mundo divergentes ou demandas por reconhecimento por parte de grupos minoritários são percebidos como sintomas de desagregação social. A intolerância emerge, então, como resposta defensiva: não se trata de

perseguir o outro, mas de proteger a sociedade contra a desordem e a lassidão moral que ele supostamente encarna.

Essa lógica produz uma exigência permanente de *conformidade interna*. O pertencimento ao grupo — seja ele nacional, religioso, cultural ou político — está condicionado à adesão explícita a determinados valores. Dissidências internas são tratadas com particular severidade. Quem questiona padrões morais compartilhados é visto como traidor, degenerado ou agente da corrosão. O punitivismo interno é intenso, uma vez que a maior ameaça não vem apenas de fora, mas sobretudo de quem, estando “dentro”, desafia a ordem comum ou adere a ela de forma pouco severa e pouco diligente.

Esse padrão se manifesta, por exemplo, na hostilidade dirigida a figuras conservadoras que se recusam a aderir integralmente às narrativas dominantes dentro do próprio campo, sendo frequentemente acusadas de traição, covardia ou cumplicidade com o inimigo. Isso ocorre quando uma liderança de direita reconhece a vitória eleitoral de um adversário ou a credibilidade das urnas, ou quando um parlamentar desse campo defende decisões judiciais que desagradam ao grupo. A dissidência interna deixa de ser percebida como parte normal da deliberação pública e passa a ser interpretada como sinal de degeneração moral ou de deslealdade.

A *submissão à autoridade* ocupa, nesse contexto, um lugar central. Autoridades percebidas como legítimas — líderes políticos fortes, instituições hierárquicas, figuras religiosas ou símbolos nacionais — são vistas como garantias de estabilidade. Questioná-las não é interpretado como exercício legítimo de crítica, mas como insubordinação perigosa. A obediência deixa de ser um meio e se converte em virtude. E, em contextos de crise ou ameaça percebida, cresce a disposição para delegar poder e aceitar a coerção como solução necessária.

Essa disposição se expressa na forma como líderes políticos — como Viktor Orbán, Donald Trump e Jair Bolsonaro — são apresentados e percebidos como figuras providenciais, investidas da missão de restaurar a ordem e proteger a nação contra inimigos internos e externos. Nessas

condições, a concentração de poder deixa de ser motivo de preocupação e passa a ser interpretada como requisito necessário à sobrevivência da sociedade. Essa combinação entre convencionalismo moral e submissão à autoridade se projeta de modo ainda mais agressivo sobre os *grupos externos*. Minorias étnicas, culturais ou sexuais, imigrantes, movimentos sociais, artistas, intelectuais, jornalistas, universidades e adversários políticos passam a ser percebidos como portadores de valores incompatíveis com a ordem desejada. O outro não é apenas alguém que pensa diferente, mas alguém que ameaça ativamente o modo de vida do grupo.

É nesse ponto que a intolerância assume caráter *excludente e hierarquizante*. A ideia de igualdade moral básica entre os indivíduos perde centralidade. Em seu lugar, emerge a noção de que alguns grupos são mais merecedores de direitos, respeito e proteção do que outros. A dignidade torna-se condicional: ela depende da adesão a certos valores e da conformidade a determinados padrões. A desigualdade deixa de ser problema e passa a ser justificada como reflexo do mérito, esforço ou superioridade moral, ou parte da ordem natural das coisas.

A violência simbólica desempenha papel central nesse processo. Humilhação pública, desumanização do adversário, repressão, escárnio, ameaças veladas ou explícitas e celebração do sofrimento do outro tornam-se parte do repertório político cotidiano. Esses gestos não são percebidos como excessos, mas como demonstrações de coragem moral e como pedagogia social. O intolerante não apenas rejeita o outro, como exibe sua rejeição como sinal de força e autenticidade.

A humilhação pública de adversários políticos, jornalistas ou membros de instituições como o Supremo Tribunal Federal é frequentemente celebrada como demonstração de coragem e autenticidade. O insulto deixa de ser visto como degradação do debate público e passa a funcionar como sinal de integridade moral e compromisso com a verdade. Em contextos de radicalização mais avançada, essa violência simbólica se articula com a *indulgência moral diante da violência física*. Ainda que a maioria dos apoiadores não participe diretamente de atos violentos,

há uma disposição difusa para relativizar, minimizar ou justificar a violência cometida “do lado certo”. O problema não é a violência em si, mas quem a sofre. A empatia torna-se seletiva.

Esse mecanismo torna-se particularmente visível quando atos de violência política, como os ataques de 8 de janeiro de 2023 no Brasil, são relativizados, reinterpretados como reação compreensível ou atribuídos a uma provocação prévia por parte das vítimas. Nessas circunstâncias, a gravidade da violência deixa de ser avaliada em si mesma e passa a depender da identidade de quem a pratica e de quem a sofre. No Brasil, esse padrão encontrou terreno fértil em um contexto marcado por *insegurança pública crônica, desigualdade persistente e baixa credibilidade institucional*. Para parcelas significativas da população, a experiência cotidiana é a de abandono estatal, da violência organizada e da ausência de proteção e assistência. Nesse cenário, discursos autoritários e intolerantes não soam necessariamente abstratos ou ideológicos, mas como respostas práticas a problemas reais.

A intolerância de direita, nesses contextos, frequentemente se apresenta como *realismo moral*. Ela se opõe ao que chama de ingenuidade liberal ou idealismo progressista e reivindica o monopólio da lucidez. Direitos, garantias e procedimentos são tratados como luxos que não são concedidos a quem vive pela violência ou nela. A coerção aparece como necessidade, não como escolha.

Outro elemento decisivo dessa gramática intolerante é a ideia da “maioria silenciosa”. Trata-se de uma construção retórica poderosa, que cumpre múltiplas funções. Ao presumir que “a maioria pensa como nós, mas foi silenciada”, a intolerância deixa de ser percebida como atitude extremada ou minoritária. Pelo contrário: ela se apresenta como expressão de um consenso silencioso. A exclusão do outro passa a ser vista não como a violação de princípios democráticos, mas como a correção de uma distorção.

Trata-se de um recurso retórico amplamente mobilizado por lideranças populistas contemporâneas, que reivindicam representar uma maioria supostamente silenciada por elites políticas, judiciais e midiáticas.

Nesse enquadramento, a discordância deixa de ser interpretada como expressão legítima de pluralismo e passa a ser tratada como evidência de manipulação institucional. Essa crença tem efeitos profundos. Quando alguém acredita falar em nome de uma maioria moralmente homogênea, o dissenso deixa de ser interpretado como divergência legítima e passa a ser percebido como usurpação, fraude ou sabotagem. Instituições que medeiam conflitos — tribunais, imprensa, universidades, órgãos de controle — são acusadas de trair o povo. A intolerância se converte em virtude cívica: silenciar determinados interlocutores é “dar voz” à maioria. Ou, alternativamente, formula-se a ideia de que a elite vocal, que expressa certas ideias livremente, já falou até demais: é preciso que seja calada para que se escute a voz da maioria até aqui silenciada.

A deslegitimação das instituições democráticas é, assim, parte constitutiva da intolerância contemporânea de direita. Não se trata de crítica precisa a decisões específicas, mas de corrosão sistemática da confiança na própria ideia de mediação institucional. Quando instituições deixam de ser vistas como árbitros – imperfeitos, porém legítimos – e passam a ser tratadas como inimigas, envolvidas em um complô contra nós, abre-se espaço para soluções de força e para lideranças carismáticas dispostas a “limpar o sistema”. A incorreção política, assumida como programa deliberado, passa a ser uma virtude, um sinal de autenticidade e de honestidade, um desafio ou uma rebelião contra uma opressão instituída.

Do ponto de vista democrático, o problema central não está apenas nos conteúdos defendidos, mas no *modo como a política passa a ser concebida*. Quando o espaço público se transforma em arena de purificação moral, o adversário é tratado como inimigo a ser eliminado (pelo menos simbolicamente, mas às vezes não apenas simbolicamente), direitos se tornam condicionais à adesão a uma identidade moral dominante, a democracia deixa de operar como regime de convivência entre divergentes.

A intolerância de direita, portanto, não é mero excesso retórico nem desvio marginal. Ela constitui um *modo de funcionamento político coerente*, enraizado em disposições autoritárias ativadas por contextos de

ameaça e amplificado por dinâmicas contemporâneas de comunicação. Seus efeitos não se limitam à retórica agressiva: eles corroem normas democráticas, legitimam práticas de exclusão e preparam o terreno para soluções abertamente autoritárias.

Note-se que reconhecer esse padrão não implica ignorar que muitos cidadãos à direita — a maioria deles, esperamos — rejeitam o autoritarismo e defendem princípios democráticos. Tampouco significa reduzir a direita a uma caricatura intolerante. Significa, isto sim, compreender *por que determinadas formas de intolerância encontram ressonância específica nesse campo*, dadas certas disposições morais e certas condições sociais.

É a partir desse diagnóstico que se torna possível examinar, com igual rigor, a outra face do problema: a intolerância que emerge no interior da esquerda contemporânea, com gramática distinta, mas efeitos democráticos igualmente preocupantes.

### **A intolerância de esquerda: virtude moral, punição simbólica e hierarquias do bem**

A intolerância política associada à esquerda contemporânea apresenta uma fisionomia distinta daquela observada à direita, mas não menos problemática do ponto de vista democrático. Ela raramente se ancora na defesa explícita de hierarquias sociais tradicionais, na submissão à autoridade ou em concepções morais conservadoras. Pelo contrário: costuma se apresentar como expressão de valores emancipatórios, igualitários, humanistas e universalistas. É precisamente essa auto-compreensão moral que lhe confere força, legitimidade e, ao mesmo tempo, opacidade crítica.

O traço organizador dessa forma de intolerância é a moralização absoluta da política. Divergências deixam de ser tratadas como desacordos legítimos entre projetos, prioridades, diagnósticos ou valores distintos e passam a ser enquadradas como erros morais, cumplicidades com a

opressão ou indícios de desumanização. A fronteira decisiva não separa posições políticas, mas pessoas e grupos: os moralmente esclarecidos e os moralmente condenáveis.

Esse enquadramento se torna visível quando posições divergentes sobre políticas públicas, linguagem ou direitos civis são tratadas não como desacordos legítimos, mas como evidência de racismo, misoginia, transfobia ou cumplicidade com a opressão. A divergência deixa de ser interpretada como parte normal do pluralismo democrático e passa a funcionar como marcador de falha moral. A partir desse ponto, cessa a troca pública de razões, por meio da qual pontos de vista eram examinados e divergências consideradas, e abre-se espaço para acusações morais e imputações de crime.

Nesse registro, a política deixa de ser um espaço de convivência conflitiva entre divergentes e se converte em um tribunal moral permanente. Não se discute apenas o que deve ser feito, mas quem é digno de falar, quem merece ser ouvido e quem deve ser silenciado. A intolerância não aparece como violação de princípios democráticos, mas como dever ético diante de injustiças percebidas como insuportáveis ou de ideias e atitudes consideradas deploráveis segundo os valores e princípios do grupo. Ela é lida como reação moralmente justificada contra uma suposta ofensa a valores inegociáveis e a grupos que precisam ser protegidos.

Esse padrão se manifesta, por exemplo, em mobilizações destinadas a impedir a realização de palestras, debates ou apresentações de figuras consideradas moralmente inaceitáveis. O objetivo não é refutar suas ideias no espaço público, mas impedir sua própria expressão, sob o argumento de que sua mera circulação constitui uma forma de dano.

Diferentemente do autoritarismo de direita, que se organiza em torno de autoridades claras e hierarquias explícitas, a intolerância à esquerda opera por meio de uma autoridade moral difusa. Não há, em geral, líderes incontestáveis nem instituições formais investidas do poder de impor ortodoxias. O que há é um consenso moral presumido, frequentemente apresentado como óbvio, autoevidente, inquestionável. Quem não o compartilha não é visto como alguém que discorda legitimamente, mas

como alguém que “não entendeu”, “não se importou” ou “se colocou do lado errado da história”. A própria ideia de que certas posições são autoevidentemente corretas e de que a história já teria pronunciado seu veredicto transforma o desacordo em sinal de atraso moral ou de deficiência de caráter, e não em expressão legítima do pluralismo político.

Essa crença na transparência do bem desempenha papel central. Parte-se da suposição de que pessoas razoáveis e informadas necessariamente compartilham as mesmas posições sobre temas sensíveis. Quando isso não ocorre, a divergência não é interpretada como resultado de valores conflitantes ou de experiências distintas, mas como produto de ignorância, má-fé ou perversidade moral. O desacordo deixa de ser político e passa a ser psicologizado ou moralizado.

É nesse contexto que a intolerância assume a forma de pedagogia moral coercitiva. O silenciamento do outro não é apresentado como censura, mas como cuidado com o bem coletivo e a justiça; a exclusão não aparece como injustiça, mas como responsabilidade moral ou dever de cuidar; a punição simbólica é justificada como forma de educar, corrigir ou proteger. A coerção moral não é percebida como problema democrático, mas como instrumento legítimo de transformação social. Nesse enquadramento, restringir a circulação de determinadas ideias ou punir publicamente seus autores não é apresentado como ato de censura, mas como exigência moral necessária à proteção de grupos vulneráveis e à promoção da justiça social.

Esse mecanismo produz um punitivismo simbólico intenso, especialmente voltado para dissidentes internos do próprio campo progressista. Intelectuais, artistas, humoristas, militantes ou políticos identificados com a esquerda que se afastam do consenso moral dominante são frequentemente tratados com particular severidade. A dissidência interna é vista como traição, irresponsabilidade ou cumplicidade com o inimigo. Por outro lado, o linchamento digital, o cancelamento, as campanhas de deslegitimação e a exigência de retratações ritualizadas funcionam como instrumentos de disciplina do grupo.

Intelectuais, artistas e figuras públicas identificadas com o campo progressista têm sido frequentemente alvo de campanhas coordenadas de deslegitimação, de exigências públicas de retratação ou de exclusão profissional após expressarem posições consideradas moralmente inadequadas. O objetivo dessas campanhas não é apenas punir o indivíduo, mas reafirmar publicamente os limites do aceitável e sinalizar os custos da dissidência. Ao contrário do punitivismo interno de direita, que se ancora na violação de normas tradicionais, o punitivismo interno de esquerda se funda na ideia de que certos valores são tão moralmente superiores que nem admitem contestação pública nem toleram ser desafiados intelectualmente. A vigilância moral permanente substitui a autoridade formal como mecanismo de coesão.

Outro traço característico dessa forma de intolerância é a hostilidade seletiva ao dissenso externo. Conservadores, liberais clássicos, críticos do identitarismo ou defensores de liberdades civis que resistem à moralização punitiva do discurso são frequentemente enquadrados como agentes objetivos da opressão, mesmo quando não defendem agendas autoritárias. Nesse contexto, além disso, a distinção entre discordar e causar dano tende a desaparecer. Opiniões passam a ser tratadas como ações lesivas, da mesma natureza de qualquer ação que inclua violência física — e devem ser punidas com vigor; palavras são tratadas como violência e merecedoras de respostas igualmente violentas.

A ideia de que certas formas de discurso constituem, em si mesmas, formas de violência contribui para dissolver a distinção entre dano físico e desacordo simbólico, legitimando respostas punitivas não como restrições à liberdade, mas como formas moralmente justificadas de autodefesa. Nesse ponto, emerge uma forma peculiar de hierarquização — não social, mas moral. Indivíduos e grupos passam a ser classificados segundo seu lugar em uma escala de virtude, consciência ou vulnerabilidade. Aqueles situados no topo dessa hierarquia desfrutam de maior indulgência moral; os situados na base têm seus direitos relativizados. No mais alto do Olimpo moral situam-se, em geral, as “vítimas mais

merecedoras” da opressão histórica ou estrutural e os que aderem com mais entrega e verdade aos dogmas progressistas ou de esquerda.

Nesse enquadramento, transgressões semelhantes podem ser julgadas de maneira radicalmente distinta, dependendo da posição moral presumida do indivíduo ou do grupo ao qual pertence. A avaliação deixa de depender exclusivamente do ato em si e passa a ser determinada pelo lugar ocupado pelo agente na hierarquia moral vigente. A igualdade formal, princípio central da democracia liberal, cede espaço a uma igualdade condicionada por identidade, intenção presumida ou alinhamento moral. A ética não se baseia mais no julgamento das atitudes singulares, mas na inscrição dos sujeitos a identidades moralmente superiores ou inferiores.

Essa hierarquia moral ajuda a explicar a relação ambígua da intolerância tipicamente de esquerda com liberdades fundamentais, em especial com a liberdade de expressão. Em abstrato, ela é celebrada como conquista democrática. Na prática, porém, seu exercício é constantemente relativizado sempre que percebido como ofensivo, perigoso ou desestabilizador para grupos considerados vulneráveis. A censura não é assumida como tal; ela é redefinida como proteção, responsabilidade social ou prevenção de danos. Nesse contexto, a restrição ao discurso deixa de ser vista como exceção indesejável e passa a ser interpretada como requisito necessário à realização da justiça e da igualdade.

O mesmo ocorre com a ideia de pluralismo. Embora seja frequentemente invocada como valor, ela é tolerada apenas enquanto não desafia o consenso moral dominante. Certas posições são consideradas indignas de circulação pública não porque incitem violência direta, mas porque supostamente perpetuam estruturas de opressão ou legitimam desigualdades simbólicas. O critério de exclusão desloca-se da ação para a intenção presumida, do efeito concreto para o significado moral atribuído.

No Brasil, essa forma de intolerância encontrou terreno fértil em ambientes altamente escolarizados, em vanguardas culturais, em universidades, nas redações jornalísticas, em organizações da sociedade civil e, sobretudo, nas redes sociais. Sua influência, no entanto, extrapola esses

espaços. Narrativas de pureza moral, exigência de alinhamento discursivo e punição exemplar de desvios moldam o debate público mais amplo e produzem um clima difuso de autocensura. Muitos deixam de falar não por medo do Estado, mas por receio de sanções morais informais. Em diversos ambientes profissionais e acadêmicos, indivíduos relatam evitar expressar opiniões legítimas por receio de sanções reputacionais, de isolamento social ou de prejuízo profissional, mesmo na ausência de coerção institucional direta e formal.

Do ponto de vista subjetivo, essa intolerância se alimenta de uma sensação de urgência histórica. A crença de que se vive um momento decisivo — no qual hesitações custariam vidas, direitos ou a própria democracia — autoriza a suspensão de escrúpulos democráticos. A exceção passa a ser tratada como regra; o provisório, como permanente. A coerção moral aparece como preço inevitável do progresso ético. A percepção de que se vive um momento decisivo, no qual concessões ao pluralismo representariam cumplicidade com a injustiça, contribui para naturalizar práticas que, em outras circunstâncias, seriam prontamente reconhecidas como incompatíveis com os princípios democráticos básicos.

Esse enquadramento é politicamente eficaz porque desloca o debate. Quem critica práticas intolerantes passa a ser acusado de insensibilidade, conivência com a opressão ou falta de compromisso com causas justas; ou de ter aderido ao lado da opressão, de ter se tornado cúmplice do racismo, do feminicídio, da homofobia ou transfobia, do patriarcalismo e por aí afora. A moderação é tratada como covardia; a ambiguidade, como traição; a crítica, como declaração de guerra e como definidor da falta de caráter ou valor de quem a enuncia. O espaço para posições intermediárias se estreita rapidamente.

Nada disso significa que a esquerda seja homogênea ou que essas atitudes definam todo o campo progressista. Há, no interior da esquerda, tradições robustas de defesa do pluralismo, da liberdade de expressão e da convivência entre divergentes. O problema é que, em contextos de polarização intensa, a intolerância tende a ocupar o centro do palco,

apresentando-se como a forma mais consequente, radical e moralmente elevada de ação política.

Do ponto de vista democrático, o efeito é tão corrosivo quanto no caso da direita. A política deixa de operar como espaço de desacordo regulado e se transforma em arena para que cada um exiba suas credenciais progressistas e o fato de ser uma pessoa virtuosa. A discordância é patologizada; a dúvida se torna suspeita; a convivência com o diferente e o divergente é definitivamente tratada como moralmente reprovável. A intolerância de esquerda, assim, não se opõe ao autoritarismo: ela constitui uma de suas modalidades contemporâneas, adaptada a uma gramática moral igualitarista e emancipatória.

Reconhecer esse padrão não implica negar assimetrias empíricas entre esquerda e direita nem ignorar os perigos específicos representados por movimentos autoritários conservadores no poder. Implica, isto sim, recusar a ideia confortável de que boas intenções ou causas justas imunizam contra práticas antidemocráticas.

É justamente essa recusa que permite avançar para o ponto seguinte do ensaio: a necessidade de um critério normativo comum para avaliar a intolerância política, independentemente do campo ideológico em que ela se manifeste.

### **Diferenças reais, simetria normativa necessária**

Reconhecer a presença de intolerância política tanto à direita quanto à esquerda costuma provocar uma reação imediata: a acusação de falsa equivalência. Como se apontar padrões autoritários em campos ideológicos distintos implicasse negar diferenças históricas, empíricas ou morais entre eles. Essa objeção, embora compreensível no debate político militante, perde força quando o problema é formulado com precisão conceitual.

O ponto central não é afirmar que direita e esquerda sejam iguais, nem que produzam os mesmos danos em todos os contextos. O ponto é

outro e mais decisivo: o autoritarismo não é uma ideologia. Ele não se confunde com ser de direita ou de esquerda, conservador ou progressista, liberal ou socialista. O autoritarismo diz respeito a um modo específico de lidar com crenças, conflitos e divergências. Ele descreve o como se acredita, não o que se acredita.

Ser de esquerda não implica ser autoritário, assim como ser de direita não implica ser autoritário. O que predispõe ao autoritarismo é um conjunto relativamente estável de disposições psicológicas e morais: rigidez cognitiva, intolerância à ambiguidade, necessidade de certeza moral, hostilidade ao dissenso e disposição a recorrer à coerção como forma legítima de resolver conflitos. Esses traços não pertencem a uma ideologia específica. Eles atravessam campos políticos distintos e podem permanecer latentes por longos períodos, sendo ativados sob condições particulares de ameaça, polarização ou conflito moral intenso.

Essa distinção é fundamental para compreender o que se costuma chamar de “autoritarismo de esquerda” ou “autoritarismo de direita”. Essas expressões não designam doutrinas políticas coerentes nem tradições intelectuais bem definidas. Elas descrevem situações em que impulsos autoritários assumem formas ideologicamente alinhadas a um campo específico, utilizando seu vocabulário moral, suas causas legítimas e suas narrativas dominantes como veículos de expressão.

Quando pessoas com disposições autoritárias se identificam com a direita, esses impulsos tendem a se manifestar por meio da defesa de uma ordem moral rígida, da valorização da autoridade, da hierarquização da dignidade humana e da hostilidade aberta a grupos percebidos como ameaçadores. Quando essas mesmas disposições se expressam no interior da esquerda, elas assumem outra gramática: censura em nome da proteção de vulneráveis, punição de dissidentes internos, demonização moral de conservadores, coerção estatal ou social para impor valores igualitaristas

---

***O que distingue atitudes autoritárias de posições políticas legítimas não é o conteúdo das crenças, mas o estilo com que essas crenças são sustentadas.***

---

ou identitários, naturalização da vigilância e da punição informal em nome da justiça.

Nada disso decorre automaticamente das ideias de esquerda ou de direita. O que ocorre é que a ideologia oferece a linguagem, enquanto o autoritarismo fornece a gramática. Causas justas, valores emancipatórios ou tradições respeitáveis não imunizam contra a tentação autoritária. Ao contrário: muitas vezes, oferecem justificativas moralmente mais sofisticadas para práticas de exclusão e coerção.

As religiões são a prova disso. Em diferentes momentos históricos, tradições religiosas ofereceram tanto a justificativa moral para perseguições, inquisições e exclusões quanto a linguagem normativa que inspirou movimentos de libertação, igualdade e direitos civis. A mesma tradição que legitimou a repressão em nome da ordem divina também forneceu fundamentos morais invocados por movimentos emancipatórios. O que variou não foi o conteúdo moral disponível, mas a gramática política que o organizou — ora como instrumento de dominação, ora como recurso de ampliação da liberdade.

Essa chave interpretativa ajuda a esclarecer por que a intolerância política se manifesta com tanta intensidade entre pessoas que se percebem como defensoras da democracia. E, de fato, o autoritarismo contemporâneo raramente se apresenta como rejeição explícita da democracia. Ele se expressa como impaciência com seus limites, frustração com seus procedimentos e desprezo por suas ambiguidades. Ele emerge quando a convivência com o dissenso passa a ser vista como um custo excessivo, e não como condição da vida democrática.

O que distingue, portanto, atitudes autoritárias de posições políticas legítimas não é o conteúdo das crenças, mas o estilo com que essas crenças são sustentadas. Os autoritários tendem a rejeitar dúvidas, tratar opositores como inimigos morais, responder à divergência com punição em vez de argumentação, negar ao adversário o direito de existir politicamente e defender coerção, censura ou violência para impor o que consideram correto. Esse padrão pode se expressar em discursos

conservadores ou progressistas, religiosos ou seculares, hierárquicos ou igualitaristas.

Essa compreensão permite evitar dois erros simétricos. O primeiro é o essencialismo ideológico: a crença de que determinado campo político é, por sua própria natureza, autoritário ou democrático. Por tempo demais, pensadores de esquerda sustentaram que o autoritarismo era uma atitude e um traço de personalidade completamente naturais na direita e entre conservadores, mas incompatível com a esquerda e com os progressistas. Hoje, felizmente, esta é uma premissa abandonada pelos estudiosos do autoritarismo.

O segundo erro é o relativismo complacente: a ideia de que, como as intolerâncias são diferentes, elas não podem ser avaliadas por um critério comum. A democracia não pode operar com exceções permanentes baseadas em identidade ideológica ou em superioridade moral presumida.

Do ponto de vista normativo, o critério decisivo é simples, embora exigente: reciprocidade democrática. O que impõe reconhecer que adversários políticos, mesmo quando defendem posições que rejeitamos profundamente, têm direito de participar do espaço público, de se expressar, de se organizar e de disputar poder dentro de regras comuns. Esse critério não elimina conflitos nem garante consensos, mas estabelece limites claros para a coerção, a punição e a exclusão.

Quando esse princípio é abandonado, pouco importa se a exclusão se faz em nome da ordem, da tradição, da igualdade ou da justiça social. O dano democrático é o mesmo. A política deixa de ser espaço de convivência entre divergentes e passa a operar como arena de purificação moral. A intolerância deixa de ser reação ocasional e se transforma em padrão legítimo de ação.

Reconhecer essa simetria normativa não equivale a ignorar assimetrias empíricas. Há contextos em que a intolerância de um campo é mais institucionalizada, mais violenta ou mais próxima do poder estatal. Há momentos em que o risco autoritário é mais imediato à direita ou à esquerda. Mas essas variações não autorizam a suspensão do juízo

democrático básico: a intolerância, qualquer que seja sua origem ideológica, é incompatível com a democracia.

É justamente essa compreensão que permite avaliar com maior clareza as consequências cumulativas da intolerância política no Brasil. Não se trata apenas de excessos isolados ou episódios ocasionais de radicalização. Trata-se de um processo de desgaste contínuo das normas, disposições e expectativas que tornam possível a convivência democrática. É a esse conjunto de efeitos que nos voltamos a seguir.

### **As consequências da intolerância para a democracia brasileira**

Quando a intolerância política se dissemina de forma transversal — passando campos ideológicos, instituições e práticas cotidianas — seus efeitos sobre a democracia não se manifestam, em geral, como ruptura súbita ou colapso espetacular. Eles operam de modo mais discreto e persistente, por acúmulo de danos, produzindo um desgaste contínuo das normas, disposições e expectativas que tornam possível a convivência democrática.

O primeiro e mais evidente desses efeitos é a erosão do pluralismo. A democracia pressupõe que desacordos profundos não apenas existam, mas sejam reconhecidos como legítimos. Isso não significa aceitar tudo como correto, mas admitir que posições que rejeitamos profundamente têm direito de circular no espaço público. Quando a intolerância se instala, esse reconhecimento desaparece. O adversário político deixa de ser alguém com quem se disputa poder dentro de regras comuns e passa a ser percebido como alguém cuja mera presença no debate já constitui uma afronta.

O resultado é um estreitamento progressivo do espaço público. Certos temas tornam-se impronunciáveis; certas perguntas, suspeitas; certas posições, moralmente interditas. Esse estreitamento não se dá, na maioria das vezes, por meio de censura estatal explícita, mas por

pressão social difusa, vigilância moral permanente e punição simbólica exemplar. A autocensura passa a desempenhar papel central. Muitas pessoas deixam de falar não porque concordam com o consenso dominante, mas porque o custo da discordância é alto demais.

Esse processo empobrece o debate público. Ideias não são testadas, argumentos não são confrontados, diagnósticos equivocados não são corrigidos. A política perde capacidade reflexiva e se transforma em espaço de reafirmação identitária. A intolerância, ao reduzir o espectro do dizível, reduz também a capacidade coletiva de compreender problemas complexos e formular soluções democráticas.

Um segundo efeito relevante é a normalização da punição extrainstitucional. Em uma democracia funcional, conflitos políticos devem ser mediados por instituições, procedimentos e garantias. A intolerância, contudo, desloca a resolução de conflitos para arenas informais: redes sociais, campanhas de difamação, boicotes, linchamentos simbólicos, pressões econômicas ou profissionais. A sanção deixa de depender de regras claras e passa a ser administrada por maiorias momentâneas ou por grupos moralmente mobilizados.

Esse deslocamento tem implicações profundas. Ele enfraquece a confiança nas instituições, incentiva a lógica da justiça pelas próprias mãos e cria incentivos perversos e antidemocráticos. Quanto mais agressiva, espetacular e humilhante a punição, maior o retorno simbólico ou político para quem a promove. A política passa a recompensar a intolerância, e não a argumentação. O medo substitui a persuasão como mecanismo de regulação do debate.

Um terceiro efeito é a radicalização assimétrica do espaço público. A intolerância tende a expulsar posições moderadas, ambíguas ou conciliatórias do debate. Quem tenta sustentar posições intermediárias é frequentemente acusado de cumplicidade, covardia ou traição. O resultado é um ambiente em que apenas as vozes mais radicais, estridentes e moralmente absolutas permanecem audíveis. A percepção de que há uma polarização extrema se intensifica, não apenas porque os extremos se fortalecem, mas porque o centro e a moderação desaparecem.

Esse ambiente favorece lideranças que se apresentam como encarnações morais do bem, da ordem ou da justiça, dispostas a romper limites em nome de causas superiores. A disposição para aceitar soluções autoritárias cresce não porque a democracia seja explicitamente rejeitada, mas porque ela passa a ser percebida como ineficaz, indulgente, moralmente insuficiente diante de ameaças reais ou imaginadas.

No Brasil, esses efeitos se combinam com fragilidades históricas conhecidas: desigualdade extrema, violência crônica, baixa confiança institucional e tradição limitada de convivência plural em contextos de conflito intenso. A intolerância atua como catalisador dessas fragilidades. Ela não cria o problema do nada, mas intensifica predisposições existentes, tornando respostas autoritárias mais plausíveis e socialmente aceitáveis.

Há, contudo, uma consequência adicional que merece destaque especial no caso brasileiro: a tendência crescente de converter a intolerância em norma, em lei. Quando a disposição de excluir o outro deixa de se satisfazer com sanções simbólicas e passa a buscar respaldo legal, a intolerância atravessa um limiar muito relevante. A lei, que deveria funcionar como garantia mínima da coexistência entre divergentes, passa a ser mobilizada como instrumento de imposição moral: posições intelectuais e atitudes que consideramos deploráveis se tornam crime e deixam de ter direito a existir.

Esse deslocamento tornou-se particularmente visível quando o Supremo Tribunal Federal passou a enquadrar determinadas formas de discriminação e expressão nos tipos penais previstos na Lei de Racismo, convertendo conflitos normativos e morais em matéria de persecução criminal. Também se manifesta em iniciativas legislativas destinadas a criminalizar a chamada “desinformação”, bem como em propostas aprovadas ou em tramitação que buscam tipificar penalmente a chamada “cristofobia”, transformando ofensas a símbolos ou crenças religiosas cristãs em matéria de sanção penal. Em ambos os casos, o sistema penal passa a ser acionado não apenas para conter a violência

física, mas para regular os limites do aceitável no plano das ideias e das convicções morais.

O resultado é o deslocamento progressivo da fronteira entre o que deve ser combatido politicamente e o que deve ser proibido juridicamente, com efeitos potencialmente duradouros sobre o pluralismo democrático. Ninguém mais precisa tolerar o que lhe parece desagradável quando aquilo que considera errado é retirado do âmbito dos desacordos morais e convertido em caso de polícia ou de Justiça. Divergências de valores, concepções de mundo e interpretações controversas da realidade deixam de ser tratadas como matéria de debate público e passam a ser enquadradas como ilícitos, desvios ou ameaças que exigiriam intervenção coercitiva do Estado. A intolerância, nesse ponto, deixa de ser apenas cultural ou política e passa a aspirar à estabilização jurídica.

Esse movimento se expressa em uma fúria legiferante transversal, na qual campos ideológicos opostos competem para ampliar o catálogo do intolerável. Um lado propõe novos tipos penais para criminalizar discursos considerados ofensivos ou discriminatórios; o outro responde com leis destinadas a proteger valores religiosos, morais ou identitários próprios. Cada campo procura retirar do alcance da divergência pública legítima o máximo possível de temas, convertendo em crime ideias e atitudes que detesta, em nome da proteção de grupos vulneráveis, da ordem moral ou da sobrevivência da sociedade.

O problema não está apenas na multiplicação de leis, mas na lógica que as sustenta. A expectativa implícita é a de que o Direito faça aquilo que a política democrática já não consegue fazer: resolver conflitos morais profundos por meio da coerção. O dissenso deixa de ser enfrentado com argumentos, persuasão ou convivência e passa a ser tratado como patologia a ser reprimida.

Esse processo é agravado pela atuação de agentes do sistema de Justiça que, ao interpretar de forma expansiva conceitos como discriminação, ofensa, discurso de ódio ou dano simbólico, passam a tratar opiniões amplamente difundidas, ainda que controversas, como matéria penal. Teses, interpretações ou juízos morais são enquadrados como ilícitos

não por incitarem violência direta, mas por “sugerirem”, “reforçarem” ou “naturalizarem” preconceitos presumidos.

Quando a lei passa a definir o que não deve ser tolerado no plano das ideias, a tolerância política é reduzida ao mínimo possível. A divergência se converte em caso de polícia. A consequência paradoxal é que, em vez de proteger minorias ou fortalecer a democracia, esse movimento tende a criminalizar a opinião comum, ampliando ressentimentos, reforçando percepções de perseguição e alimentando narrativas autoritárias.

Além disso, a juridificação da intolerância — pois é disso que se trata — corrói a própria legitimidade do Direito. Quando a lei é percebida como instrumento de imposição moral de um campo ideológico sobre outro, ela perde seu caráter de regra comum e passa a ser vista como arma política. Isso enfraquece a confiança institucional e estimula respostas igualmente intolerantes por parte dos grupos que se sentem excluídos ou criminalizados.

Por fim, há ainda um efeito menos visível, mas igualmente relevante: a transformação da política em experiência moral exaustiva. Quando cada divergência é tratada como batalha entre o bem e o mal, o espaço público se torna emocionalmente insustentável. O cansaço democrático se instala. Muitos se afastam da política não por apatia, mas por saturação moral. Esse afastamento deixa o campo livre para os mais intolerantes, reforçando o ciclo de radicalização.

Nada disso significa que a democracia brasileira esteja condenada ou que a intolerância seja irreversível. Mas indica que o problema não pode ser tratado como excesso ocasional, hipérbole ou patologia de um único campo ideológico. Trata-se de um padrão de funcionamento político que, se não for enfrentado, compromete as bases normativas da convivência democrática.

É justamente a partir desse diagnóstico que se torna necessário retomar, de forma clara e sem ilusões morais, a pergunta fundamental: o que significa defender a democracia em um contexto de intolerância generalizada? É a essa questão que se dedica a conclusão deste ensaio.

## Democracia sem ilusões morais

A intolerância política não é um acidente marginal da vida democrática contemporânea. Ela se tornou um modo recorrente de organizar conflitos, identidades e disputas morais em sociedades atravessadas por polarização intensa, insegurança difusa e descrédito institucional. No Brasil, esse processo assumiu feições particularmente agudas, mas não excepcionais. O que se observa aqui é parte de uma dinâmica mais ampla, na qual a democracia se desgasta menos por ataques frontais do que pela corrosão cotidiana de seus pressupostos normativos básicos.

O mais importante desses pressupostos é o pluralismo. Democracia não é o regime da unanimidade moral nem da vitória definitiva do bem sobre o mal. Ela é, antes de tudo, um arranjo institucional que permite a convivência entre pessoas e grupos que divergem entre si. Isso implica aceitar que pessoas e grupos com valores, crenças e visões de mundo que rejeitamos profundamente continuem a existir politicamente, a se expressar e a disputar poder. Quando essa disposição se perde, quando o adversário passa a ser tratado como ilegítimo, a democracia começa a se desfazer.

A intolerância corrói exatamente esse ponto. Ao transformar divergências em erros morais, ao converter desacordos em ameaças existenciais e ao substituir a persuasão pela punição, ela reconfigura a política como tribunal moral permanente. Nesse cenário, pouco importa se a exclusão se

---

***A intolerância promete eficácia, pureza e vitória moral. A democracia oferece algo menos vistoso, mas mais durável: a possibilidade de continuar convivendo, mesmo em desacordo.***

---

faz em nome da ordem, da tradição, da igualdade ou da justiça social. O efeito democrático é sempre o mesmo: o estreitamento do espaço público, a normalização da coerção e a deslegitimação do dissenso.

Defender a democracia, nesse contexto, exige abandonar ilusões morais confortáveis. A primeira é a de que boas intenções justificam meios antidemocráticos. A segunda é a de que a intolerância é sempre

reação defensiva, jamais escolha ativa. A terceira é a de que o pluralismo é um valor negociável, a ser suspenso sempre que se torne inconveniente.

A democracia exige um critério normativo simples, mas exigente: reciprocidade. Reconhecer que adversários políticos — mesmo aqueles cujas ideias consideramos erradas, ofensivas ou perigosas — têm direito de existir politicamente, de se expressar e de disputar poder dentro de regras comuns. Esse reconhecimento não implica concordância nem complacência. Implica apenas aceitar que a coerção, a censura e a exclusão não podem ser instrumentos ordinários da vida democrática.

Em tempos de polarização extrema, esse compromisso pode parecer frágil, ingênuo ou insuficiente. Não é. Ele é apenas difícil. Difícil porque exige conter impulsos autoritários que atravessam campos ideológicos; difícil porque impõe limites a causas que consideramos justas; difícil porque nos obriga a conviver com ideias que rejeitamos profundamente. Mas é justamente essa dificuldade que define o valor da democracia.

A intolerância oferece atalhos sedutores. Promete eficácia, pureza e vitória moral. A democracia oferece algo menos vistoso, mas mais durável: a possibilidade de continuar convivendo, mesmo em desacordo. Quando essa possibilidade se perde, o que entra em seu lugar não é a justiça perfeita, mas a imposição de uns sobre os outros — hoje em nome de uma causa, amanhã em nome de outra.

Se a democracia brasileira quiser atravessar a atual onda autoritária sem se descaracterizar, precisará recuperar essa lucidez elementar: não há causa tão justa que autorize a suspensão do pluralismo. Defender a democracia hoje não é apenas resistir a seus inimigos declarados, mas conter, em nós mesmos e em nossos campos políticos, a tentação de transformar a política em tribunal moral permanente.

# As relações entre os Estados Unidos e a América Latina na era de Donald Trump: com uma retrospectiva histórica

*Arturo Valenzuela*

*Arturo Valenzuela é professor Emérito de Ciência Política e fundador do Centro de Estudos Latino-Americanos da Georgetown University, em Washington, D.C.*

**A**o retornar à Presidência dos Estados Unidos da América em janeiro de 2025, Donald Trump começou a pensar em como poderia retaliar pelo que considerava o mau tratamento recebido quando perdeu a reeleição em 2020 e tentou impedir a eleição de Joseph Biden — incitando um ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, dia em que Biden foi proclamado presidente eleito por Mike Pence, vice-presidente do próprio Trump, na qualidade de presidente do Senado.

De volta à Casa Branca, Trump também buscava se vingar dos membros do sistema judiciário, que o haviam julgado e condenado por vários atos de corrupção durante a administração Biden. Mas, acima de tudo, ele começou a tomar medidas deixando claro que assumia a presidência com um objetivo primordial: dismantelar o regime democrático do país, cuja constituição se baseia nos freios e contrapesos de suas instituições. Seu objetivo é marginalizar e ignorar o Congresso dos Estados Unidos, o Poder Judiciário e, sobretudo, as autoridades estaduais.

Sem disfarçar seu narcisismo patológico, Donald Trump buscava, segundo suas próprias declarações, firmar-se como o presidente mais

bem-sucedido da história dos Estados Unidos. Para isso, adotaria gestos extravagantes: incluir seu nome no The John F. Kennedy for the Performing Arts, que passou a se chamar The Trump Kennedy Center; transformar parte da Casa Branca em um salão dourado e criticar as instituições do Prêmio Nobel da Paz por não tê-lo escolhido — apesar de, segundo ele, ter resolvido múltiplos conflitos ao redor do mundo.

Imediatamente após a posse, em 20 de janeiro de 2025, ele passou a desmantelar organizações do governo federal como a USAID (Agência Internacional para o Desenvolvimento), cujos programas em todo o mundo apoiavam populações vulneráveis. O mesmo fez com o NED (National Endowment for Democracy, fundação que apoia a democracia em diversos países) e com outros programas do Departamento de Estado e de ministérios dedicados à Educação, à Saúde Pública e ao apoio a populações afetadas por catástrofes naturais.

Por sua determinação, os Estados Unidos também se retiraram de organizações internacionais como a UNESCO e anunciaram a saída da Organização Mundial da Saúde. Além disso, deixaram de pagar parte das contribuições devidas à Organização das Nações Unidas (ONU), sendo responsáveis pela maior parcela dos valores em atraso — estimada, recentemente, em cerca de 95% das contribuições pendentes ao orçamento regular da organização.

Trump entra em conflito com os aliados dos EUA na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), acusando-os de não cumprir o artigo 5º do tratado, que exige que os países defendam um membro que seja atacado. Isso é uma falsidade, já que foram os países da OTAN que apoiaram os EUA no Afeganistão, após o ataque sofrido em 11 de setembro de 2001, quando o World Trade Center, na cidade de Nova York, e o Pentágono, do Departamento de Defesa, foram atacados pela Al-Qaeda, o grupo terrorista islâmico.

Posteriormente, em março de 2026, quando os EUA realizaram o primeiro ataque ao Irã, Trump acusou a OTAN de se afastar do conflito, apesar de os EUA não terem consultado seus aliados antes de iniciar a guerra ao lado de Israel. Ao mesmo tempo, ele continua negligenciando

um acordo viável para a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, apesar de ter se gabado publicamente de que sua proximidade com Vladimir Putin resolveria o conflito.

Aparentemente, sem que ele perceba ou admita, a política internacional dos EUA liderada por Trump está claramente incentivando potências como a Rússia e a China a recorrer a um conflito bélico para expandir seu poder em regiões do mundo onde acreditam ter soberania, especialmente quando Trump insiste que lhe cabe intervir nos assuntos internos dos países das Américas.

Na América do Norte, proclama que cabe aos Estados Unidos exercer soberania sobre o Canadá, país que deveria se tornar mais um estado dos EUA. Afirmou que a Groenlândia também deveria ser propriedade dos EUA e não um território autônomo integrante do Reino da Dinamarca.

Na América Latina, também manifestou ambições imperialistas. O Golfo do México deveria ser renomeado Golfo da América, ou seja, dos EUA. Além disso, declarou que deveria ser implementada nas Américas uma nova versão da Doutrina Monroe<sup>1</sup>, que se chamaria “Doutrina Donroe” em homenagem a si mesmo, acrescentando, em relação aos países do continente, que “nós não precisamos deles, são eles que precisam de nós”.

Daí surge a sua agenda para o continente:

Recuperar o Canal do Panamá, lançar ataques militares contra o tráfico de drogas no Mar do Caribe e no Oceano Pacífico. Capturar o presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, e prendê-lo nos EUA. Castigar o Brasil, cujos tribunais puniram o expresidente Jair Bolsonaro, aliado de Trump, por insistir, assim como ele, ter vencido uma eleição que, de fato, perdeu.

Além disso, Trump entrou em conflito com “países de esquerda” como Brasil e Colômbia, comprometidos com a adoção de medidas para mitigar as mudanças climáticas. Por outro lado, apoia aliados de extrema direita como o salvadorenho Nayib Bukele e, sobretudo, o argentino Javier Milei, que recebeu dos EUA um apoio financeiro significativo.

Nos Estados Unidos, Trump empreendeu uma política antimigratória que prejudica muitos residentes de origem latino-americana e seus familiares que recebem ajuda financeira em seus respectivos países, política que também envia estrangeiros residentes nos Estados Unidos para prisões em países como El Salvador.

Com a captura de Maduro, também não houve clareza sobre o que viria a seguir na Venezuela. Em vez de buscar como transferir o poder para o candidato eleito presidente em 28 de julho de 2024 — em uma eleição que Maduro comprovadamente fraudou — candidato que as autoridades internacionais, inclusive norte-americanas, endossaram—, Trump preferiu negociar com a vice-presidente de Maduro, Delcy Rodríguez.

Sua aparente intenção: persuadir o regime chavista, em grande parte mantido no poder após a intervenção de Trump, a entregar recursos petrolíferos da Venezuela aos EUA, em uma manobra que poderia beneficiar economicamente aliados de Trump ou a sua própria família, como já se viu em outras partes do mundo.

## **A Doutrina Monroe**

Para esclarecer os antecedentes históricos, é importante não permitir que Trump interprete a Doutrina Monroe e seus corolários como a intenção dos EUA de estabelecer seu domínio sobre as Américas. É também indispensável não ignorar o que Trump está dizendo e fazendo ao desconsiderar totalmente o papel fundamental que as nações sul-americanas e centro-americanas tiveram, como repúblicas independentes, para a criação da arquitetura institucional do mundo do pós-guerra, ao lado dos EUA e não como adversários.

Para isso, é necessário descrever brevemente o panorama hemisférico que se desenrolou desde as guerras de independência no século 18 até o fim da Segunda Guerra Mundial, dois séculos depois, com a criação de uma nova ordem internacional que surgiu das Américas.

A rebelião das colônias inglesas na América do Norte inspirou os futuros movimentos de independência na América do Sul. A Constituição da Filadélfia, ratificada em 1790, serviu de modelo para líderes que, algumas décadas depois, redigiram constituições nas novas repúblicas ibero-americanas, em um mundo ainda dominado por monarquias e grandes impérios. Em 1808, a invasão de

Napoleão Bonaparte à Espanha forçou a abdicação de Fernando VII e enfraqueceu a autoridade espanhola, criando um vácuo de poder que estimulou movimentos de resistência, como os gritos de “Viva o Rei, morte ao mau governo”, e acelerou os processos de independência nas colônias ibero-americanas no início do século 19.

Nos Estados Unidos, foi o secretário de Estado John Quincy Adams quem compreendeu a importância de apoiar outras repúblicas independentes das Américas para preservar também a independência dos Estados Unidos, e não para tentar conquistá-las. Ele convenceu o presidente James Monroe de que era preciso defender as repúblicas ameaçadas pelas monarquias europeias, o que resultou na Doutrina Monroe.

Assim como os Estados Unidos, as ex-colônias ibéricas conseguiram resistir aos ataques das guerras de reconquista. Com isso, criou-se um grupo único no mundo, constituído por nações independentes, que ao mesmo tempo eram repúblicas baseadas no conceito político da soberania popular. Foi o próprio Simón Bolívar quem convidou os EUA para o Congresso Anfictônico do Panamá (1826), onde foi firmada uma aliança para resistir à reconquista das ex-colônias pela Espanha após a restauração do rei Fernando VII, em 1814.

Por sua vez, os Estados Unidos não buscavam, naquela época, o domínio sobre outras nações independentes, mas sim a sua própria

---

***É indispensável não ignorar o que Trump está dizendo ao desconsiderar o papel fundamental que as nações latino-americanas tiveram, como repúblicas independentes, para a criação da arquitetura institucional do mundo do pós-guerra, ao lado dos EUA e não como adversários.***

---

defesa diante da tentativa do Reino da Grã-Bretanha de recuperar a colônia do outro lado do Atlântico.

É verdade que, em meados do século 19, os Estados Unidos incorporaram mais da metade do território mexicano — do Texas à Califórnia — e que, no início do século 20, apoiaram a independência do Panamá da República da Colômbia. Durante a Crise de Bloqueio Naval da Venezuela (1902-1903), o então presidente Theodore Roosevelt criou o “Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe” para impedir que a Venezuela fosse vítima de uma intervenção europeia.<sup>2</sup>

No entanto, é preciso ressaltar que, embora as dimensões sejam diferentes, a construção do “governo do povo, para o povo e pelo povo”, na famosa frase de Lincoln<sup>3</sup>, não foi um processo totalmente concretizado, tanto na América Latina quanto na América do Norte. Desde suas origens, o voto não foi universal, e a continuidade constitucional também foi ameaçada por conflitos regionais ou guerras civis. No final do século 19 e início do século 20, as democracias oligárquicas começaram a se expandir em vários países ibero-americanos. Os EUA também intervieram nos assuntos internos de outras nações do continente para defender seus interesses, até que o presidente Franklin Roosevelt, em 1933, inaugurou sua política de “boa vizinhança”<sup>4</sup>.

O que muitas vezes se esquece é que, ao final da Segunda Guerra Mundial, os países das Américas eram repúblicas independentes que desempenharam um papel fundamental na criação da nova ordem internacional do pós-guerra, liderada pelos Estados Unidos da América.

Na conferência realizada em julho de 1944 em Bretton Woods, New Hampshire, onde foram criados o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, principal instituição do Grupo Banco Mundial), 18 das 44 nações signatárias do documento, ou seja, 40%, eram repúblicas latino-americanas.

O mesmo ocorreu em 1945, em São Francisco, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada por 50 nações, entre as quais figuravam cerca de 20 repúblicas latino-americanas. Esse expressivo

bloco regional foi fundamental para consolidar a influência do hemisfério ocidental na nova ordem mundial do pós-guerra.

Estas instituições multilaterais criadas em 1944 e 1945 e, pouco depois, a Organização dos Estados Americanos (OEA, fundada em 1948) e a OTAN (1949) contribuíram de forma significativa para uma maior estabilidade internacional na segunda metade do século 20.

## **Desafios da democracia no século 21**

A partir da segunda metade dos anos 1980, a maioria dos países latino-americanos que viviam sob regimes militares se tornaram democracias. O continente vive, desde então, o período mais longo de continuidade constitucional de sua história, mas infelizmente não podemos afirmar que a tão esperada estabilidade institucional tenha sido finalmente alcançada.

Desde meados da década de 1980, mais de vinte presidentes latino-americanos não conseguiram concluir seus mandatos. Apesar da erradicação da extrema pobreza em alguns países do continente, entre eles o Brasil, o mal-estar social vem se agravando em alguns países onde setores da classe média emergente se deparam com obstáculos para avançar em sua ascensão social e se veem confrontados a altos graus de vulnerabilidade diante das oscilações dos ciclos econômicos.

No Chile, por exemplo, uma das democracias mais bem-sucedidas do ponto de vista do crescimento econômico nas últimas décadas, ocorreu o ‘Estallido Social’, uma onda de protestos massivos e violentos que eclodiu em Santiago em outubro de 2019, desencadeada por um aumento nas tarifas do metrô, mas que rapidamente se transformou em uma revolta nacional contra a desigualdade social, o alto custo de vida e o modelo econômico do país. Desde então, o país vive um período de relativa instabilidade política, embora a democracia siga vigente.

Mesmo nos Estados Unidos, o esforço recente de uma minoria de origem anglo-saxônica para limitar ou privar imigrantes ou afro-americanos

de seus direitos políticos, particularmente de seus direitos eleitorais, tem provocado uma mobilização popular que não se via desde a época da aprovação das Leis dos Direitos Cívicos (1964-65) e da oposição à guerra do Vietnã (1964-1973).

Nesta terceira década do século 20, estamos certamente diante de complexos desafios sociais e situações de crise que exigem o fortalecimento da democracia como sistema político no continente. Processos constituintes ou de reforma constitucional bem conduzidos são uma contribuição fundamental para alcançar esse objetivo. Isso se aplica em grande medida aos Estados Unidos, onde Donald Trump continua ameaçando o processo democrático, o que também ameaça a estabilidade democrática em outras repúblicas das Américas.

## Notas

- 1 A Doutrina Monroe foi uma das pedras angulares da política externa dos Estados Unidos nos séculos 19 e 20, sintetizada na famosa frase: “A América para os americanos”. Ela foi apresentada pelo presidente James Monroe em seu sétimo discurso anual ao Congresso, no dia 2 de dezembro de 1823 (N.E).
- 2 A ocasião referida foi a Crise do Bloqueio Naval da Venezuela (1902–1903), quando o Reino Unido, a Alemanha e a Itália enviaram navios de guerra para bombardear portos e apreender embarcações venezuelanas como forma de cobrar dívidas externas. Diante do risco de que o controle desses portos se tornasse uma colonização europeia disfarçada, o presidente Theodore Roosevelt agiu como mediador para forçar a retirada das frotas estrangeiras. Logo em seguida, em 1904, ele formalizou o ‘Corolário Roosevelt’, estabelecendo que os Estados Unidos interviriam preventivamente em nações latino-americanas instáveis para garantir a ordem e impedir que potências extracontinentais tivessem pretexto para violar a Doutrina Monroe (N.E).
- 3 A frase que define a democracia como o ‘governo do povo, pelo povo e para o povo’ foi imortalizada por Abraham Lincoln, o 16º presidente dos Estados Unidos. Ela foi o ponto central do seu Discurso de Gettysburg, proferido em 19 de novembro de 1863, durante a Guerra Civil Americana (N.E).
- 4 A Política de Boa Vizinhança, baseada nos princípios da não intervenção e da não ingerência nos assuntos internos dos países latino-americanos, foi lançada por Franklin D. Roosevelt em 1933.

# Os reais perigos da IA para a democracia\*

*Dean Jackson e Samuel Woolley*

*Dean Jackson é membro não residente do Laboratório de Pesquisa Forense Digital do Atlantic Council e diretor da Public Circle, LLC, uma consultoria de pesquisa focada em democracia, tecnologia e mídia. Samuel Woolley é professor associado de comunicação e ocupa a cátedra William S. Dietrich II em Estudos de Desinformação na University of Pittsburgh.*

O ano de 2024 começou com previsões de que uma onda de desinformação e informações falsas impulsionadas pela inteligência artificial (IA) logo se tornaria a maior ameaça à estabilidade global.<sup>1</sup> Especialistas afirmaram que meses de “eleições por IA” estavam por vir, à medida que campanhas, publicitários e indivíduos com motivações políticas em todo o mundo experimentavam com a IA<sup>†</sup>.

De fato, surgiram esforços de influência impulsionados pela IA. Chatbots imitaram políticos online e campanhas usaram avatares de desenhos animados para reabilitar a imagem pública de seus candidatos. Candidatas mulheres foram vítimas de imagens íntimas não consensuais

---

\* Publicado originalmente como “AI’s Real Dangers For Democracy”, *Journal of Democracy*, Volume 36, Number 4, January 2025 © 2025 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

† Em 2024 houve eleições para diferentes cargos públicos em mais de cem países, entre eles em oito dos dez mais populosos, incluindo os Estados Unidos da América, onde vivem os autores deste artigo (N. E. brasileiro).

geradas por IA. As redes sociais foram inundadas por reportagens de sites jornalísticos falsos geradas por IA. Campanhas e operadores políticos fizeram uso de discadores e disparadores de mensagens de texto automáticos movidos por IA. Vídeos gerados por IA trouxeram líderes nacionais de volta dos mortos para apoiar candidaturas.

No entanto, em janeiro de 2025, era difícil dizer se tudo isso tinha resultado em um estrondo ou um gemido. Apesar dos alertas sobre imagens falsas indetectáveis geradas por IA destinadas a enganar os eleitores, os acontecimentos deram razão àqueles que argumentavam que a capacidade de proliferar conteúdo de forma rápida e barata não ajudaria os propagandistas de maneira significativa.<sup>2</sup> A IA generativa facilitou a produção de conteúdo enganoso, mas o volume em si tem valor limitado em uma internet já saturada, e não é necessário sofisticação técnica para persuadir as pessoas de coisas nas quais elas já acreditam. Parece provável que os temores pré-existentes sobre as mídias sociais e a desinformação estivessem sendo projetados — muitas vezes erroneamente ou sem evidências empíricas — sobre a IA generativa. No entanto, a IA generativa parece estar estimulando uma mudança lenta, porém constante, na forma como a comunicação política é criada e disseminada por trás dos bastidores. Os ativistas eleitorais de hoje estão experimentando sistemas de IA para aumentar suas análises de dados e mensagens direcionadas.<sup>3</sup> Isso pode levar a uma segmentação mais refinada (por exemplo, de eleitores indecisos) nos próximos anos.

Tendo passado a urgência daquele importante ano eleitoral, agora podemos pensar mais profundamente sobre os riscos de longo prazo para as comunicações políticas impulsionadas pela IA — riscos que são sérios, mas que estão a anos ou décadas de distância, e não a semanas ou meses. Isso inclui ameaças à democracia decorrentes diretamente da forma como as sociedades escolhem desenvolver e implementar a IA. Esses temores são distintos dos alertas sobre riscos existenciais para a humanidade, da IA “fora de controle” ou a chegada da inteligência artificial geral (AGI, um termo vago que a OpenAI usa para se referir

a “sistemas altamente autônomos que superam os humanos na maioria das atividades econômicas”).<sup>4</sup>

Muitos continuarão a se concentrar nesses riscos, que são reais, mas também frequentemente sujeitos ao sensacionalismo (que atrai

---

***Muitos “guerreiros” da IA estão trabalhando abertamente por um mundo em que a IA substitua grande parte da infraestrutura que faz a democracia contemporânea funcionar. Alguns nomes no Vale do Silício chegam a argumentar que a era da democracia já passou e estão ressuscitando ideias outrora desprezadas de tecnocracia.***

---

visualizações e cliques). A atenção também deve ser voltada para mudanças mais graduais e menos dramáticas. Assim como uma direção segura, uma governança segura da IA requer estarmos simultaneamente conscientes de diversos riscos em múltiplas linhas temporais: tanto o carro logo à frente quanto a longa curva em declive mais adiante. Na luta global contra a desinformação, são necessários esforço coletivo e tempo para

determinar quais preocupações são exageradas e quais são subestimadas. Isso também se aplica àqueles que imaginam um mundo onde a IA e a democracia coexistem.

Em setembro de 2023, os tecnólogos Bruce Schneier e Nathan Sanders descreveram três “facções profundamente divididas” lutando para decidir a política de IA.<sup>5</sup> A primeira facção, que eles chamaram de “catastrofistas”, temia um futuro em que sistemas de IA incontroláveis escravizariam ou até destruiriam a humanidade. Um segundo grupo, os “guerreiros”, previa uma corrida de soma zero entre os Estados-nação para desenvolver e controlar a IA, com o vencedor alcançando a liderança global pelo resto deste século e talvez além.

A terceira facção, que Schneier e Sanders chamaram de “reformistas”, queria impedir as ameaças aos direitos que acreditavam que a adoção irresponsável da IA traria, mas com foco no curto prazo. Já existem muitos exemplos de violações de direitos algorítmicas e impulsionadas

pela IA em todo o mundo: preconceitos raciais incorporados em algoritmos de sentenças criminais causam resultados desiguais nos sistemas de justiça; algoritmos antifraude e outros algoritmos discriminativos impediram erroneamente que as pessoas recebessem benefícios sociais; e um algoritmo usado para dar nota nas avaliações escolares no Reino Unido reduziu as notas dos alunos da classe trabalhadora e impediu muitos de ingressarem na universidade.

Por anos, os governos têm usado computadores para tomar decisões sobre pedidos de reembolso de despesas médicas, investigações conduzidas por órgãos de proteção à infância e assistência habitacional. Os grandes modelos de linguagem (ou LLM, o software por trás de serviços como o ChatGPT) tornarão essa prática mais opaca e mais difundida. À medida que o uso da IA se espalha, ficará cada vez mais difícil encontrar e corrigir as injustiças que ela automatizará em um número crescente de domínios. Também é preocupante que a IA esteja sendo implementada — inclusive por governos — enquanto ainda é muito rudimentar e sem verificação ou moderação suficientes.<sup>6</sup> Isso causará problemas ainda mais graves e difíceis de detectar.

A desigualdade e a exclusão social são, obviamente, muito anteriores à IA, mas a tecnologia pode conferir nova força e alcance a males antigos: considere o quanto a indústria fez para aumentar a letalidade e o potencial destrutivo da guerra. Além disso, a tecnologia desenvolvida para um propósito muitas vezes pode ser usada para outro. Na China e nos Estados Unidos, por exemplo, os dados coletados de mídias sociais, leitores de placas de veículos, câmeras de reconhecimento facial, registros governamentais e outras fontes foram inicialmente coletados para uso em segurança pública e contraterrorismo, antes de contribuir para novas formas de policiamento preditivo.<sup>7</sup> Essa usurpação e a existência desse panóptico alimentado por IA produzem um efeito inibitório sobre a atividade política.

## **As escolhas de hoje moldarão o amanhã**

Embora compreendamos as preocupações imediatas dos reformadores, queremos chamar a atenção para as formas como, no longo prazo, a IA poderá pressionar — ou mesmo abalar — os alicerces dos sistemas políticos democráticos do mundo todo. O primeiro passo para a sabedoria é deixar de lado o tecnodeterminismo: na construção do futuro, a agência humana é importante. Os formuladores de políticas e líderes empresariais de hoje estão escolhendo como a IA será desenvolvida e utilizada nas sociedades em todo o mundo nas próximas décadas. Em outras palavras, a IA é um exemplo de “tecnologia normal” cujo impacto será decidido por aceleradores e barreiras de proteção criados e definidos pelos seres humanos.<sup>8</sup>

E se, nas próximas duas décadas, as preocupações com a IA descontrolada não se concretizarem, mas, em vez disso, o lobby da indústria e a pressão da competição entre grandes potências levarem à adoção da IA com pouca regulamentação?<sup>9</sup> A tecnologia poderia mudar os processos, as instituições e as pré-condições socioeconômicas que permitiram à democracia prosperar durante a maior parte do século passado. Muitos “guerreiros” da IA estão trabalhando abertamente por um mundo em que a IA substitua grande parte da infraestrutura que faz a democracia contemporânea funcionar. Alguns nomes no Vale do Silício chegam a argumentar que a era da democracia já passou e estão ressuscitando ideias outrora desprezadas de tecnocracia.<sup>10</sup> Como alerta o cientista político Henry Farrell, a corrida pela superinteligência humana está levando atores poderosos, cujos interesses materiais e ideológicos são hostis à democracia, a promover sistemas de IA como substitutos para as funções desempenhadas pelos governos.<sup>11</sup>

Se o atual boom da IA levar à sua adoção sem reflexão suficiente, prevemos três tendências, cada uma delas prejudicial à democracia. Primeiro, os esforços apoiados pela IA para simplificar ou mesmo substituir a comunicação política entre autoridades políticas (atuais e aspirantes) e o público romperão o ciclo de feedback entre governantes

e governados, que é o cerne da democracia representativa. Segundo, a IA exacerbará as concentrações existentes de riqueza e poder e transformará a democracia em um simulacro vazio. Terceiro, a consolidação em larga escala de informações por LLM, juntamente com a capacidade da IA generativa de se apropriar e ofuscar trabalhos originais gerados por humanos, terá consequências econômicas para as fontes já escassas de notícias e informações confiáveis. A crise epistêmica atual se aprofundará, enquanto o setor de tecnologia obtém um controle ainda maior sobre as informações e o debate público.

A representação popular e as eleições nem sempre foram sinônimos de democracia. Na Atenas antiga, os cidadãos eram sorteados para a Assembleia, e os fundadores dos Estados Unidos mantinham uma distinção entre a república representativa que criaram e a democracia “pura”. Hoje, porém, os termos são amplamente intercambiáveis.

Isso obscurece a complexidade dos processos pelos quais o governo representativo traduz a vontade popular em políticas. Esses processos são frequentemente arcaicos, imperfeitos e frustrantes. Mudanças técnicas no desenho dos distritos e na contagem de votos podem alterar significativamente os resultados, fazendo com que os partidos cresçam ou diminuam em número e que os políticos se tornem mais ou menos propensos à polarização, por exemplo. A dependência das eleições — muitas vezes com baixa participação — para reunir opiniões de cidadãos com níveis muito variados de conhecimento político e educação há muito tempo desanima muitos observadores. O debate político muitas vezes parece infrutífero e até mesmo tóxico.

Os tecnólogos oferecem a IA como um meio de melhorar os processos democráticos, como campanhas políticas, serviços aos eleitores e pesquisas de opinião.<sup>12</sup> Em 2024, por exemplo, um candidato à Assembleia Geral da Pensilvânia utilizou um robô de ligações automáticas com IA, cujo criador imaginou que autoridades estaduais e locais poderiam um dia usar esses chatbots para coletar e analisar as opiniões dos eleitores.<sup>13</sup> Hoje, as autoridades americanas estão começando a usar a IA na tentativa de examinar contratos, detectar fraudes e lidar com os beneficiários

de serviços públicos. O ex-CEO do Google, Eric Schmidt, chegou a prever que a IA transformará fundamentalmente o governo, permeando os processos legislativos e judiciais.<sup>14</sup>

Os comentários públicos<sup>‡</sup>, uma parte importante do processo regulatório dos EUA, já estão sendo manipulados por conteúdo gerado por computador. Em 2017, por exemplo, uma chamada pública da Comissão Federal de Comunicações sobre a revogação da “neutralidade da rede” recebeu 22 milhões de respostas, cerca de um terço das quais foram identificadas como contas automatizadas criadas por empresas de telecomunicações, enquanto outro terço veio de um único estudante de ciência da computação. A IA generativa torna esse tipo de manipulação muito mais fácil de escalar e refinar. O Congresso elaborou uma “Lei de Integridade e Gestão de Comentários” para abordar essa questão em 2024, mas ela ainda não foi aprovada.<sup>15</sup> Alguns observadores preveem que, no futuro, os pesquisadores usarão a IA para fazer inferências a fim de compensar o declínio nas taxas de resposta às pesquisas, substituindo eleitores reais por eleitores hipotéticos.

De maneira mais profunda, as pesquisas e os modelos formais não oferecem nenhum dos benefícios da deliberação, que a ciência política e cognitiva considera essencial para a tomada de decisões em grupo. A deliberação é fundamental tanto para o debate público quanto para os processos legislativos. Por meio dela, as pessoas desafiam preconceitos, questionam suposições, solicitam informações e chegam a um consenso, alcançando conclusões mais defensáveis e decisões mais duradouras. Quando uma série de experimentos de campo reuniu 500 eleitores dos EUA para discutir questões políticas controversas, desde saúde até imigração, suas opiniões políticas se aproximaram e eles se tornaram menos hostis aos membros do partido político adversário.<sup>16</sup>

É razoável esperar que conclusões semelhantes se apliquem aos legisladores: quanto mais eles dependem de dados para formar sua

---

<sup>‡</sup> Nos Estados Unidos, o comentário público é um processo exigido por lei que permite que indivíduos e grupos enviem feedback, opiniões e dados sobre regulamentos ou políticas governamentais propostos antes que eles sejam finalizados. (N.E brasileiro)

posição, mais rígida se torna sua postura e mais polarizada se torna a legislatura. Os políticos que dependem de dados de pesquisas também têm menos incentivo para fazer concessões e são mais propensos a confiar em mensagens “direcionadas” que visam grupos específicos de eleitores com interesse em questões divisivas.<sup>17</sup> O resultado é uma comunicação política mais parecida com slogans gritados em um megafone do que com um diálogo ou debate ponderado.

Em *A ideia de justiça*, o economista Amartya Sen descreve a democracia como o processo de raciocínio público que permite que perspectivas conflitantes coexistam sob uma governança compartilhada.<sup>18</sup> As tentativas de substituir esse processo pela IA refletem um impulso tão antigo quanto a *República* de Platão: a esperança de que o conhecimento técnico perfeito possa substituir processos deliberativos que são lentos, frustrantes e quase nunca totalmente satisfatórios. No entanto, esses processos perduram há séculos, sobrevivendo a muitos rivais. Eles são bem-sucedidos justamente porque são lentos e deliberativos. Não podem ser contornados ou substituídos pelo poder da computação. Fazer isso os tornaria antidemocráticos.

## Desigualdade, tecnocracia e oligarquia

O segundo risco que prevemos decorrer da IA irrestrita é a corrosão mais rápida da democracia pelo aumento das disparidades econômicas. Essa não é uma tendência nova, mas a IA pode piorá-la: os estudiosos concordam amplamente que os ganhos da tecnologia da informação no final do século passado alimentaram uma desigualdade mais acentuada e esperam que avanços como a IA façam o mesmo neste século.<sup>19</sup> As mudanças previstas para os mercados de trabalho são dramáticas. Dario Amodei, o CEO da Anthropic, acredita que a IA poderá substituir metade de todos os empregos de colarinho branco de início de carreira dentro de cinco anos. Pelo menos uma start-up, a Mechanize, afirma que sua missão principal é automatizar o trabalho administrativo o mais rápido

possível. Uma manchete recente afirmou que o mundo poderá em breve ver sua primeira empresa bilionária com um único funcionário humano.

Estudos recentes sustentam que a desigualdade — seja de riqueza ou de renda — é um forte indicador do declínio e colapso da democracia, mesmo em democracias mais antigas, porque impulsiona tendências negativas como desconfiança, polarização, cinismo e populismo autocrático.<sup>20</sup> A maioria das análises se concentra nesses fatores mais amplos, enquanto outra lente comum de pesquisa examina como as mudanças nos mercados de trabalho afetam fatores como diferenças salariais, acesso à educação e participação cívica e social. Em artigo publicado no *Journal of Democracy*, Stephanie Bell e Anton Korinek sugerem que, se a IA ampliar a diferença entre ricos e pobres, as democracias poderão degenerar em sistemas oligárquicos corruptos que, em um ciclo vicioso, poderão gerar reações populistas mais profundas entre cidadãos frustrados com elites insulares e injustas.<sup>21</sup>

Os governos são propensos a serem capturados por grupos e indivíduos com muitos recursos, e os multimilionários da tecnologia têm muitos recursos. Eles podem querer manter as aparências da democracia e algumas de suas características precisamente porque um autocrata poderoso ameaçaria sua própria independência. No entanto, os atuais evangelistas antidemocráticos e ultraricos da IA vão além: enquanto os oligarcas da velha guarda queriam capturar o Estado, os novos promotores da IA querem suplantá-lo por completo.

Não é coincidência que alguns dos executivos de tecnologia mais ricos do mundo sejam ideologicamente contrários ao governo representativo e apaixonados por uma tecnologia que promete substituir as pessoas — e suas demandas confusas por justiça — por software. Na verdade, alguns teóricos esperam exatamente esse resultado, à medida que a enorme diferença entre os historicamente ricos do mundo e todos os outros aumenta. A democracia em um sistema capitalista é possível porque as elites ricas em capital valorizam uma força de trabalho instruída o suficiente para tolerar as demandas por redistribuição que ela fará; o poder de barganha dos trabalhadores e a participação em organizações

como sindicatos reforçam ainda mais o sistema. O que acontece quando as elites acreditam que a IA pode substituir esses trabalhadores humanos?

A crescente desigualdade de renda e os avanços tecnológicos estão mudando esses precursores estruturais da democracia. Hoje, os magnatas da tecnologia veem um futuro em que a IA aumenta o retorno do capital, substitui trabalhadores qualificados por máquinas e enfraquece ainda mais o poder de negociação da mão de obra, que já está diminuído. Em outras palavras, eles esperam tornar irrelevantes o público e suas exigências inconvenientes por serviços governamentais e justiça social.<sup>22</sup>

Se tudo isso é profundamente inquietante, considere um último perigo: a substituição da democracia por uma alternativa sintética provavelmente levará apenas a uma desigualdade e concentração de poder ainda maiores, criando um ciclo vicioso no qual o declínio democrático e a desigualdade se reforçam mutuamente. Na pior das hipóteses, seria necessário um colapso econômico ou um conflito civil para romper esse ciclo.

## **Os reis da selva da informação**

O terceiro desafio que prevemos é que o panorama da informação — já instável devido ao surgimento das redes sociais e às mudanças em resposta à IA generativa — possa se transformar de maneiras que tornem a democracia menos sustentável. Essa previsão se baseia em duas tendências: primeiro, fontes importantes de informação — de jornais de referência a veículos digitais — já estão enfrentando dificuldades econômicas, pois os LLM desviam o tráfego da web e diminuem uma fonte de receita que as redes sociais vêm sugando há anos. Segundo, à medida que os LLM se tornam um ponto de partida mais comum para os consumidores que buscam informações, um pequeno número de atores do setor de tecnologia ganhará mais controle sobre o debate público e a opinião pública.

Apesar das experiências válidas no uso da IA para complementar a cobertura jornalística, a atividade jornalística humana oferece benefícios que a IA não pode substituir. Como apontou a pesquisadora de mídia Courtney Radsch, a IA não vai entrevistar testemunhas de eventos noticiosos.<sup>23</sup> As nuances e o instinto profundamente contextuais e humanos que os repórteres proporcionam não são algo que podemos obter de uma máquina.

Atualmente, nas redações, a IA é frequentemente usada para produzir conteúdo de baixa qualidade (“churnalismo”<sup>§</sup>), que consiste em declarações oficiais levemente editadas ou não editadas, boletins policiais, resultados esportivos ou comunicados de imprensa de agências de relações públicas. Não se trata de reportagens com fontes, mas sim de reportagens desumanizadas por meio de variáveis selecionadas por processos computacionais em constante evolução. Esses processos são, no entanto, determinados por códigos de programação, rotulagem de dados e conteúdo gerado por pessoas, com seus preconceitos e desejos frequentemente incorporados ao resultado de maneiras opacas e preocupantes. O caráter oculto do papel humano nessas atividades dá a muitos a impressão enganosa de que a IA e os algoritmos, sejam eles voltados para notícias ou não, são de alguma forma mais “objetivos” do que a tomada de decisão humana. Na verdade, eles podem ser mais falhos e menos baseados em fontes confiáveis e devidamente citadas do que o conteúdo supervisionado por editores humanos tradicionais que seguem padrões claros de jornalismo ético.

Se a situação econômica já precária da indústria jornalística continuar piorando, as tarefas de responsabilizar as autoridades e ajudar a dar sentido aos eventos podem ficar a cargo de ninguém, já que apenas os humanos podem realizá-las. Da Wikipédia às redações, os profissionais do conhecimento estão preocupados com o fato de que os LLM estão sobrecarregando seus sites com raspadores de páginas web, plagiando seu

---

§ Expressão que mescla jornalismo com churn out, expressão em inglês que significa produzir algo em grande quantidade, de forma rápida e sem muita qualidade ou cuidado. (N. T.)

conteúdo e reduzindo o tráfego das pesquisas na internet.<sup>24</sup> Os resumos de notícias gerados por IA também podem diminuir a demanda dos consumidores por assinaturas de jornais e sites, reduzindo ainda mais a receita. À medida que fontes de informação confiáveis e verificadas minguam — treinadas por LLM, mesmo que estas diminuam o tráfego —, os consumidores de notícias terão menos fontes de informação sobre eventos recentes e, especialmente, locais. A internet já está inundada de conteúdo inútil, e a IA ameaça piorar ainda mais a situação.

Essa preocupação está no cerne de uma ação judicial movida pela empresa de tecnologia educacional Chegg contra o Google. O caso da Chegg é um processo antitruste que alega que menos usuários visitam o site da Chegg porque o Google coloca seus próprios resumos gerados por IA no topo dos resultados de pesquisa. Outro processo mostra como os maiores veículos de imprensa ainda podem sobreviver: o *New York Times* está processando a OpenAI, criadora do ChatGPT, por usar o conteúdo do jornal para treinar esse modelo e pela capacidade do modelo (quando solicitado) de reproduzir conteúdo desse jornal.<sup>25</sup> Muitos esperam que o caso termine em um acordo em que a OpenAI pagará pelo acesso ao material do jornal. Enquanto isso, editoras e veículos locais sem a influência e os recursos do *New York Times* correm o risco de serem deixados de lado.

Ironicamente, o empobrecimento dos editores da web também ameaça o desenvolvimento futuro da IA, resultando em um beco sem saída na superestrada da informação. Os LLM atuais foram treinados com trilhões de palavras e, para que os avanços mantenham o ritmo de melhoria estabelecido até agora, a IA precisará de uma quantidade exponencialmente maior de dados. De onde virão esses vastos oceanos de dados?

Alguns observadores sugeriram que a próxima geração de LLM poderia ser treinada com dados sintéticos — em resumo, as máquinas produziram conteúdo que treinaria outras máquinas. Mas e se o conteúdo produzido por humanos for difícil de substituir? Alguns pesquisadores sugerem que os sistemas de IA treinados com dados sintéticos produzidos por máquinas reverterem para a média ao longo do tempo, em um processo chamado “colapso do modelo”: quando modelos construídos

a partir de agregados estatísticos são sobrepostos uns aos outros, seus resultados podem se tornar mais homogêneos.<sup>26</sup> Outros pesquisadores esperam que os chamados modelos de raciocínio produzam resultados mais perspicazes sem a necessidade de um volume exponencialmente maior de dados de treinamento, mas um novo artigo de pesquisadores da Apple sugere que esses modelos pensam demais em problemas simples e desistem rapidamente dos complexos.<sup>27</sup>

Se os LLM se tornarem uma fonte importante ou mesmo primária de notícias e informações, eles poderão aprofundar a já preocupante capacidade das empresas de tecnologia de atuar como guardiãs da informação e moldadoras de opinião. Atualmente, o Google, o Facebook, o TikTok e o Twitter decidem quais conteúdos criados por usuários bilhões de pessoas veem. No entanto, pelo menos esses serviços transmitem (na maioria das vezes) conteúdo real criado por seres humanos reais. A IA generativa, por outro lado, cria seu próprio conteúdo por meio de combinações complexas de solicitações dos usuários, decisões tomadas durante o treinamento do modelo e salvaguardas e instruções que as empresas adicionam ao preparar modelos para uso do consumidor. Se os chatbots de IA começarem a fornecer grande parte da mídia que as pessoas usam, a influência dos executivos de tecnologia no debate público se tornará ainda maior e menos transparente.

Não se pode confiar a alguns magnatas, com seus próprios interesses econômicos e políticos, maior poder sobre o fluxo de informações. Incidentes recentes em que o chatbot de IA Grok, de Elon Musk, respondeu a perguntas de usuários com teorias da conspiração irrelevantes sobre genocídio branco na África do Sul e uma enxurrada de postagens antissemitas demonstram o risco de que tais sistemas possam ser usados para manipulação política.<sup>28</sup> Na China, perigos semelhantes são evidentes na recusa do modelo chinês de IA DeepSeek em responder a perguntas sobre o massacre da Praça da Paz Celestial em 1989.<sup>29</sup> Quanto aos fornecedores de IA sem fortes motivações ideológicas, eles estão muito expostos a pressões políticas para que se lhes confie um poder excessivo sobre o fluxo de informações.

## Evitando a democracia sintética

Os formuladores de políticas podem evitar qualquer um ou todos esses resultados. Um olhar mais crítico sobre a aquisição e implantação de IA pelos governos seria um ponto de partida razoável. Uma adoção mais lenta e ponderada, como a modelada por um programa piloto para funcionários do governo estadual na Pensilvânia, poderia colher os ganhos potenciais de eficiência da IA sem incorrer em suas consequências prejudiciais. Outra recomendação comum é tornar as auditorias de risco e direitos humanos padrão nos serviços de IA usados por órgãos governamentais. A desigualdade poderia ser combatida por meio de várias políticas tributárias, fiscais e trabalhistas específicas. Da mesma forma, recomendações para melhorar a saúde do jornalismo — por meio de apoio público, modelos filantrópicos e iniciativas cidadãs, por exemplo — são comuns. O desafio não é a falta de ideias ou instrumentos políticos.

Na verdade, as democracias atuais sofrem com a falta de vontade política. Os formuladores de políticas estão encantados com as promessas econômicas da IA ou temem a ameaça de governos rivais vencerem a “corrida da IA” e usarem essa vitória para reafirmar sua superioridade. Os alertas sobre resultados econômicos desiguais, riscos climáticos crescentes (os centros de dados de IA requerem quantidades impressionantes de energia) e o excesso de investimento em tecnologias não comprovadas não conseguiram diminuir a influência que os investidores de capital de risco e os magnatas da tecnologia têm sobre os formuladores de políticas. Isso não pode continuar se quisermos evitar os resultados que tememos. No entanto, os defensores da democracia partem de uma posição de profunda desvantagem em relação aos magnatas da IA, que detêm tanto o controle da economia quanto uma influência formidável sobre a opinião da elite.

Dois pontos devem ser enfatizados: primeiro, a IA não é uma força inevitavelmente dominante que avança independentemente da vontade e da razão humanas, mas uma tecnologia de utilidade incerta cuja

implementação cabe às pessoas decidir. Segundo, os processos de investigação científica, regulamentação governamental e debate público podem levar tempo, mas isso não os torna inferiores ao governo por máquinas (ou seja, o governo por aqueles que possuem as máquinas). Os esforços para melhorar a governança e expandir o conhecimento nem sempre são aprimorados quando acelerados por computadores; ao contrário, como vimos nas mídias sociais, o aumento na velocidade e no volume de informação podem diminuir a qualidade do diálogo e da tomada de decisões. Substituir instituições antigas, como universidades, legislaturas e tribunais, por soluções tecnológicas rápidas concentrará o poder e a informação de forma tão intensa que as condições que tornam a democracia possível serão destruídas.

As ciências sociais e humanas estão bem-posicionadas para oferecer insights sobre esses pontos e podem fornecer contrapesos importantes às perspectivas dos profissionais do setor. O discurso em torno da IA é mais uma arena em que o conhecimento técnico se tornou supervalorizado em comparação com outras formas de especialização. Infelizmente, os ataques políticos às universidades e outras fontes de conhecimento hoje estão corroendo a voz coletiva dos profissionais preocupados com a IA e o futuro da democracia. Eles devem se manifestar agora, enquanto ainda podem.

## Notas

- 1 Fórum Econômico Mundial, *Global Risks Report 2024*, janeiro 2024, <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024>.
- 2 Sayash Kapoor e Arvind Narayanan. “How to Prepare for the Deluge of Generative AI on Social Media”, Knight First Amendment Institute da Universidade Columbia, 16 junho 2023, <https://knightcolumbia.org/content/how-to-prepare-for-the-deluge-of-generative-ai-on-social-media>.
- 3 Dean Jackson e Meghan Conroy, “Apocalypse Later? The Real Impact of AI on the 2024 Elections”, Atlantic Council, 17 outubro 2024, <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/the-big-story/apocalypse-later>; Zelly Martin et al., “Political Machines: Understanding the Role of AI in the U.S. 2024 Elections and Beyond”, Centro de Engajamento com a Mídia da Universidade do Texas em Austin, maio 2024, <https://mediaengagement.org/research/generative-ai-elections-and-beyond/>.
- 4 Yoshua Bengio, “AI and Catastrophic Risk”, *Journal of Democracy* 34 (outubro 2023): 111–21; Tom Davidson, “The Danger of Runaway AI”, *Journal of Democracy* 34 (outubro 2023): 132–40; OpenAI, “OpenAI Charter”, 9 abril 2018, <https://openai.com/charter>.
- 5 Bruce Schneier e Nathan Sanders, “The A.I. Wars Have Three Factions, and They All Crave Power”, *New York Times*, 28 setembro 2023, <https://www.nytimes.com/2023/09/28/opinion/ai-safety-ethics-effective.html>.
- 6 Samantha Shorey, “AI and Government Workers: Use Cases in Public Administration”, Roosevelt Institute, 15 julho 2025, <https://rooseveltinstitute.org/publications/ai-and-government-workers>.
- 7 Prithvi Subramani Iyer, “How Big Data Can Bolster Autocratic Legitimacy (Via the Rhetoric of Safety and Convenience)”, Policy Brief n. 137, Toda Peace Institute, setembro 2022, 4, [https://toda.org/assets/files/resources/policy-briefs/t-pb-137\\_big-data-autocratic-legitimacy\\_ayer.pdf](https://toda.org/assets/files/resources/policy-briefs/t-pb-137_big-data-autocratic-legitimacy_ayer.pdf); Dia Kayyali, “Ask the Experts: AI Surveillance and US Immigration Enforcement”, *Tech Policy Press*, 22 abril 2025, <https://www.techpolicy.press/ask-the-experts-ai-surveillance-and-us-immigration-enforcement>.

- 8 Arvind Narayanan e Sayash Kapoor, “AI as Normal Technology”, Knight First Amendment Institute da Universidade Columbia, 15 abril 2025, <https://kfai-documents.s3.amazonaws.com/documents/c3cac5a2a7/AI-as-Normal-Technology--Narayanan---Kapoor.pdf>.
- 9 Eric Schmidt, “AI, Great Power Competition and National Security”, *Daedalus* 151 (primavera 2022): 288–98, <https://www.jstor.org/stable/48662042>.
- 10 Barton Gellman, “Peter Thiel Is Taking a Break From Democracy”, *Atlantic*, 9 novembro 2023, <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2023/11/peter-thiel-2024-election-politics-investing-life-views/675946>; Jill Lepore, “The Failed Ideas That Drive Elon Musk”, *New York Times*, 4 abril 2025, <https://www.nytimes.com/2025/04/04/opinion/elon-musk-doge-technocracy.html>.
- 11 Henry Farrell, “Should AGI-preppers embrace DOGE?”, *Programmable Mutter*, Substack, 18 março 2025, <https://www.programmablemutter.com/p/should-agi-preppers-embrace-doge>.
- 12 Bruce Schneier, “Ten Ways AI Will Change Democracy”, Harvard Kennedy School Ash Center for Democratic Governance and Innovation, 6 novembro 2023, <https://ash.harvard.edu/articles/ten-ways-ai-will-change-democracy>.
- 13 Dean Jackson e Zelly Martin, “Forget Deepfakes: Social Listening Might be the Most Consequential Use of Generative AI in Politics”, *Tech Policy Press*, 18 junho 2024, <https://www.techpolicy.press/forget-deepfakes-social-listening-might-be-the-most-consequential-use-of-generative-ai-in-politics>.
- 14 Eric Schmidt, “Can democracy survive artificial intelligence?”, *Deseret News*, 5 janeiro 2025, <https://www.deseret.com/opinion/2025/01/05/artificial-intelligence-and-democracy-eric-schmidt>.
- 15 Sarah Kreps e Doug Kriner, “How AI Threatens Democracy”, *Journal of Democracy* 34 (outubro 2023): 122–31; Adam Mazmanian, “House bill targets AI-generated comments in rulemaking”, *NextGov/FCW*, 8 maio 2024, <https://www.nextgov.com/artificial-intelligence/2024/05/house-bill-targets-ai-generated-comments-rulemaking/396419>.

- 16 James Fishkin et al., “Is Deliberation an Antidote to Extreme Partisan Polarization? Reflections on ‘America in One Room’”, *American Political Science Review* 115 (novembro 2021): 1464–81; Hugo Mercier e Dan Sperber, *The Enigma of Reason* (Cambridge: Harvard University Press, 2019).
- 17 D. Sunshine Hillygus, “The Evolution of Election Polling in the United States”, *Political Opinion Quarterly* 75, n. 5 (2011), 962–81, <https://sites.duke.edu/hillygus/files/2014/06/HillygusPOQpolling.pdf>.
- 18 Amartya Sen, *The Idea of Justice* (Cambridge: Harvard University Press, 2011) [Ed. bras.: *A ideia de justiça* (São Paulo: Companhia das Letras, 2011)].
- 19 David Rotman, “Technology and Inequality”, *MIT Technology Review*, 21 outubro 2014, <https://www.technologyreview.com/2014/10/21/170679/technology-and-inequality>.
- 20 Eli G. Rau e Susan Stokes, “Income Inequality and the Erosion of Democracy in the Twenty-First Century”, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 122, n. 1 (2025), e2422543121, <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2422543121>.
- 21 Stephanie A. Bell e Anton Korinek, “AI’s Economic Peril”, *Journal of Democracy* 34 (outubro 2023): 151–61
- 22 Moritz von Knebel, “When We Are No Longer Needed: Emerging Elites, Tech Trillionaires, and the Decline of Democracy”, *Tech Policy Press*, 8 maio 2025, <https://www.techpolicy.press/when-we-are-no-longer-needed-emerging-elites-tech-trillionaires-and-the-decline-of-democracy>.
- 23 Courtney C. Radsch, “Can journalism survive AI?”, Brookings Institution, 25 março 2024, <https://www.brookings.edu/articles/can-journalism-survive-ai>.
- 24 Casey Newton, “How AI bots are suffocating Wikipedia”, *Platformer*, 1º abril 2025, <https://www.platformer.news/wikipedia-ai-bot-traffic-costs-plan>; Nic Newman e Federica Cherubini, “Journalism, media, and technology trends and predictions 2025”, Reuters Institute, 9 janeiro 2025, <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/journalism-media-and-technology-trends-and-predictions-2025>.

- 25 Michael M. Grynbaum e Ryan Mac, “The Times Sues OpenAI and Microsoft Over A.I. Use of Copyrighted Work”, *New York Times*, 27 dezembro 2023, <https://www.nytimes.com/2023/12/27/business/media/new-york-times-open-ai-microsoft-lawsuit.html>.
- 26 Ilya Shumailov et al., “AI models collapse when trained on recursively generated data”, *Nature* 631, n. 8022 (2024): 755–59, <https://www.nature.com/articles/s41586-024-07566-y>.
- 27 Parshin Shojaee et al., “The Illusion of Thinking: Understanding the Strengths and Limitations of Reasoning Models via the Lens of Problem Complexity”, Apple, junho 2025, <https://machinelearning.apple.com/research/illusion-of-thinking>.
- 28 Kylie Robison e Paige Oamek, “Elon Musk’s Grok AI Can’t Stop Talking About ‘White Genocide’”, *Wired*, 14 maio 2025, <https://www.wired.com/story/grok-white-genocide-elon-musk>.
- 29 James T. Areddy e Isabella Simonetti, “DeepSeek’s Chatbot Works Like Its U.S. Rivals—Until You Ask About Tiananmen”, *Wall Street Journal*, 30 janeiro 2025, <https://www.wsj.com/tech/ai/deepseek-chatgpt-tiananmen-square-cfcd9938>.

# O Estado de vigilância impulsionado por IA da China\*

*Valentin Weber*

*Valentin Weber é pesquisador sênior do Conselho Alemão de Relações Exteriores e associado do China Foresight na LSE IDEAS. Foi pesquisador sênior do Open Technology Fund em Controles de Informação no Berkman Klein Center for Internet and Society da Harvard University e é doutor em segurança cibernética pela Oxford University.*

A inteligência artificial (IA) está transformando não apenas as economias, mas também a forma como a aplicação da lei e a vigilância são conduzidas. A República Popular da China lançou o maior sistema público de vigilância baseado em IA do mundo e transferiu para a IA cada vez mais tarefas que antes eram realizadas por policiais humanos. Assim como os pilotos de drones, os policiais nas cidades chinesas passaram a trabalhar cada vez mais em centros de comando, observando telas que lhes permitem monitorar e gerenciar a segurança pública usando dados agregados, filtrados e visualizados pela IA. Os policiais humanos comandavam e coordenavam as unidades policiais com base nesses dados, mas modelos de linguagem de grande escala (LLM) estão assumindo essa função de “back-end”. Nas ruas, os avanços chineses em robótica

---

\* Publicado originalmente como “China’s AI-Powered Surveillance State”, *Journal of Democracy*, Volume 36, Number 4, October 2025 © 2025 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

significam que os robôs controlados por IA deixarão de apoiar a força de segurança humana e passarão a prender dissidentes diretamente.

No nível tático, a IA é cada vez mais capaz de executar todo o ciclo de aplicação da lei: coleta de informações, mobilização de viaturas, comando, planejamento e patrulhamento. No nível estratégico, o impacto da IA no Estado de vigilância da China é ainda mais profundo. A tecnologia tornou possível a integração massiva de dados não apenas dentro das cidades, mas no nível de províncias inteiras e, de fato, de todo o país (incluindo áreas rurais e desabitadas). O Partido Comunista Chinês (PCC) em breve criará um centro de comando digital nacional. O atual sistema de vigilância estatal chinês é corrupto, caro e exige muito esforço humano para funcionar. O PCC quer um que exija pouca participação humana, sendo “equipado” por uma IA que trabalhe por meio de drones, veículos autônomos e robôs humanoides.

Isso tornará o partido comunista que governa a China eternamente dominante? Esse regime algum dia controlará totalmente as emoções humanas ou eliminará a imprevisibilidade humana? Embora o PCC possa reduzir sua dependência de policiais humanos, ele continuará a ter de lidar com 1,4 bilhão de seres humanos que vivem dentro das fronteiras da China. Essas pessoas continuarão sendo altamente inventivas e imprevisíveis, especialmente quando enfrentam dificuldades econômicas ou pessoais. Se o PCC descuidar — por exemplo, se não conseguir proporcionar prosperidade econômica —, então nem todos os robôs, drones e câmeras do mundo serão capazes de conter a agitação social.

Há vinte e cinco anos, a República Popular da China começou a digitalizar seus ministérios, incluindo a polícia e os serviços públicos. Mais câmeras de vigilância foram instaladas. Hoje, existem 700 milhões delas — uma câmera para cada dois cidadãos. Ao mesmo tempo, há mais telefones celulares na China do que cidadãos. Os dispositivos de vigilância — sejam telefones, sensores inteligentes, relógios inteligentes ou outras tecnologias conectadas — já superam em muito o número de policiais, tropas paramilitares e informantes que mantêm a segurança

do regime para a liderança do PCC. Os dispositivos online são os olhos e ouvidos do partido-Estado, sua chave para a consciência situacional.

Nos últimos quinze anos, o foco da China tem sido a integração de dados. Cidades e províncias têm utilizado diferentes empresas para fornecer tecnologia, o que significa que os sistemas nem sempre são interoperáveis. Mesmo dentro das cidades, a polícia frequentemente utiliza software que não funciona com outros serviços municipais. As cidades foram o primeiro foco dos esforços de integração de dados, que agora se estendem às províncias. A conurbação urbana de Pequim-Tianjin-Hebei, onde vivem cerca de 109 milhões de pessoas, foi palco do primeiro trabalho interprovincial de compartilhamento de “big data”, e Jiangsu-Xangai-Zhejiang (174 milhões de pessoas) também foi adicionada à lista. O PCC pode, assim, monitorar mais de 20% dos 1,4 bilhão de habitantes da China por meio de um único par de telas. O sonho do partido-Estado de uma “governança em uma única tela” está cada vez mais perto de se tornar realidade.

O alto escalão do PCC está ansioso para obter uma visão direta e próxima dos eventos que se desenrolam em toda a China, sem a necessidade de depender de relatórios filtrados por várias camadas de burocratas com suas próprias agendas. Os funcionários locais perderão tanto a capacidade de minimizar conflitos e incidentes quanto a capacidade de exagerar os sucessos. Câmeras, computadores e robôs não tentam evitar punições ou ganhar promoções (pelo menos não ainda), então os líderes do PCC se sentem confiantes de que estão recebendo mais do que nunca uma imagem mais clara da “China real”.

À medida que o alcance geográfico das tecnologias de vigilância cresce, o mesmo ocorre com o controle do PCC. Os céus acima das cidades chinesas estão repletos de drones. Por meio deles, os securocratas podem monitorar também além dos limites da cidade. A vigilância no interior está se tornando mais comum. A futilidade será o resultado de qualquer escapada rural, como a que o protagonista de *Admirável Mundo Novo*, John Savage, tentou ao fugir para o farol no romance de Aldous Huxley de 1932. Na China dos anos 2020, o Estado de

vigilância assombra tanto o verde campestre quanto o asfalto urbano. Hangzhou, cidade natal da DeepSeek e a cidade mais tecnologicamente avançada da China, já era capaz de rastrear carros há uma década e agora rastreia pedestres, ciclistas e o fluxo de mercadorias em aeroportos e estações ferroviárias.

Outra vantagem que as autoridades da China esperam obter com a IA é a capacidade de reagir às dúvidas e reclamações dos cidadãos antes que as pessoas se tornem frustradas, irritadas e imprevisíveis. A IA com capacidade de raciocínio está sendo integrada aos serviços municipais. Os chatbots respondem às perguntas dos cidadãos sobre questões administrativas. Em Hangzhou, o City Brain GPT oferece aos cidadãos “funcionários públicos” digitalizados.<sup>1</sup> A IA mais recente, especialmente os LLM da DeepSeek, pode permitir que a polícia pesquise centenas de milhares de câmeras de vigilância em tempo real para encontrar, por exemplo, uma pessoa com um moletom verde ou um carro específico fazendo algo incomum na última semana. Além disso, a IA pode sugerir à polícia para onde enviar patrulhas e em que horários, ou quantos policiais podem ser necessários para uma determinada cena de crime ou acidente.

---

***Na China dos anos 2020, o Estado de vigilância assombra tanto o verde campestre quanto o asfalto urbano. Hangzhou, cidade natal da DeepSeek e a cidade mais tecnologicamente avançada da China, já era capaz de rastrear carros há uma década e agora rastreia pedestres, ciclistas e o fluxo de mercadorias em aeroportos e estações ferroviárias.***

---

O mais recente LLM de raciocínio da DeepSeek é barato o suficiente para ser usado na implantação em larga escala de “agentes” de IA (software de tomada de decisão). Isso mudará a vigilância do modo passivo (câmeras e sensores veem e ouvem) para o modo ativo. Uma pessoa pode ter um agente de IA para fazer reservas de viagem, mas se o PCC pedir ao agente de IA para limitar os movimentos geográficos de um dissidente,

essas reservas serão canceladas. A polícia poderia instruir todos os agentes de IA a garantir que uma determinada pessoa nunca saia de seu bairro. Ou um agente poderia desativar a compra de quaisquer serviços de transporte pessoal por meio da conta WeChat Pay de uma pessoa, sem bloquear a capacidade dessa mesma conta de pagar por alimentos ou contas de rotina.

Em março de 2025, a Lenovo apresentou o Urban Super Intelligent System (sistema urbano superinteligente) como uma atualização da plataforma de gestão urbana City Brain.<sup>2</sup> O novo sistema pode executar decisões, não apenas sugeri-las. O produto da Lenovo apresenta um único superagente de IA que coordena os agentes de IA responsáveis pela execução das decisões. Os agentes de IA comerciais e de transporte, por exemplo, trocam informações sobre tráfego, dados de vendas, fluxos de passageiros e preferências dos consumidores. Os agentes de IA de segurança pública trabalhariam em conjunto com agentes comerciais e outros agentes de IA para executar tarefas de forma autônoma.

Após um protesto popular, em um cenário hipotético, um policial humano poderia instruir o superagente de IA a garantir que tal protesto não se repita. O superagente de IA então pediria aos agentes de IA de segurança de campo que identificassem todos os envolvidos, acessassem seus padrões de movimento, e os impedissem de usar o transporte público por dois dias, mantendo também todos os seus veículos pessoais dentro de limites geográficos. Um agente de IA de propaganda criaria notícias e conteúdo nas redes sociais descrevendo os protestos de maneira negativa, e enviaria mensagens privadas individuais para as redes sociais de todos aqueles vistos protestando, para marcá-los como pessoas que amigos, parentes e conhecidos deveriam evitar.

Para “reabilitar” os manifestantes, o superagente de IA ordenaria ao agente de IA dos serviços públicos da cidade que todos os manifestantes passassem várias horas por semana prestando serviços comunitários e uma hora por dia interagindo por telefone ou computador com um agente de IA de recuperação que misturaria perguntas de interrogatório com doutrinação ideológica. O superagente de IA acompanharia o progresso

ideológico e ajustaria as instruções aos agentes de IA de campo conforme necessário. A falta de progresso ou a recusa em participar significaria que as medidas punitivas permaneceriam em vigor ou se tornariam ainda mais severas. Os funcionários humanos precisariam se envolver apenas em casos anômalos.

A Lenovo escolheu Wuyishan e Yichang como as duas primeiras cidades a dar esse passo no desenvolvimento de cidades inteligentes utilizando agentes de IA. Yichang possui uma extensa geração de energia hidrelétrica (e, portanto, energia barata para computação), enquanto Wuyishan é um movimentado centro turístico. O papel humano na gestão dessas duas cidades está diminuindo para uma participação superficial.<sup>3</sup> Por ora, os humanos estão definindo metas e aprovando decisões cruciais, mas o sistema pode em breve não precisar mais deles. Cada vez mais, as máquinas conversam com outras máquinas para coordenar todas as fases de vigilância e controle.

## **Como a IA preenche as lacunas de segurança do PCC**

Uma grande vulnerabilidade do Estado de vigilância é que ele ainda é incorpóreo. Como escreve Minxin Pei:

*Nas últimas oito décadas, o PCC construiu uma vasta rede de milhões de informantes e espiões cujo trabalho, muitas vezes não remunerado, tem sido fundamental para a sobrevivência do regime. São esses homens e mulheres, mais do que câmeras ou inteligência artificial, que têm permitido a Pequim suprimir a dissidência. Sem uma rede desse tamanho, o sistema não poderia funcionar.<sup>4</sup>*

São os policiais que fazem inspeções regulares para garantir que os cibercafés estejam registrando corretamente os documentos de identificação das pessoas, ou que verificam certos indivíduos (tibetanos, uigures, dissidentes). Pei está correto ao afirmar que a intimidação

funciona melhor quando alguém bate à porta, e também está certo ao apontar que a infraestrutura de vigilância da China ainda é principalmente passiva. A localização de celulares e câmeras de reconhecimento facial podem informar ao PCC quem esteve em um cibercafé e por quanto tempo, mas os robôs ainda não realizam verificações “presenciais” de indivíduos de interesse.

Durante a última década, o PCC teve olhos e ouvidos, e até mesmo um cérebro para processar e dar sentido aos dados. Ele tem redes 5G e cabos de fibra óptica que servem como vias neurais que transportam informações de câmeras de circuito fechado de televisão (CFTV) para centros de computação em nuvem. Mas tudo isso permanece passivo. E, mesmo quando o Estado de vigilância se torna ativo por meio de agentes de IA, essas ações permanecem principalmente na internet. A infraestrutura de vigilância só pode bloquear o acesso das pessoas a serviços. As passagens de trem das pessoas podem não funcionar. Seus veículos conectados podem não dar partida. Seus e-mails e mensagens de texto podem ser filtrados por software de censura.

A infraestrutura de vigilância técnica carecia de recursos e, portanto, precisava contar, como observa Pei, com agentes humanos “in loco”. O PCC tem tentado mudar isso. O primeiro passo foi introduzir drones aéreos que pudessem seguir os manifestantes pela cidade. Os veículos autônomos cumprem uma finalidade semelhante. O aumento das capacidades dos carros autônomos significa que, em breve, eles serão capazes de fazer mais do que receber ordens remotas para não dar partida. E se um dissidente entrasse em seu carro um dia e descobrisse que as portas estavam sendo trancadas remotamente (com as travas tornadas inoperantes por qualquer pessoa dentro do carro, também por comando remoto) e seu carro autônomo dirigisse sozinho até uma delegacia de polícia com ela presa dentro? Esse tipo de cenário distópico aterrorizante é o sonho do PCC.

No entanto, o PCC não deseja somente drones e carros autônomos. Para fiscalizar as ruas e os edifícios por meio de uma “IA corpórea”, o partido-Estado quer implantar robôs humanoides controlados por IA e

com membros físicos cujas habilidades em breve rivalizarão ou superarão as dos seres humanos. Em março de 2025, o Departamento de Segurança Pública de Binjiang, em Hangzhou, apresentou um robô humanoide chamado “Bin Xiaoxin”.<sup>5</sup> Ele pertence a uma rede de drones aéreos, robôs de duas e quatro patas e veículos autônomos. As máquinas têm recursos de reconhecimento facial e podem criar instantâneos virtuais tridimensionais de cenas de crime. Como máquinas, elas precisarão de tempo de inatividade para recarga e manutenção, mas a ideia é ter um número suficiente para tornar possível o patrulhamento em tempo integral.

Pei argumenta que o Estado de vigilância do PCC é intensivo em mão de obra, em parte porque o partido-Estado quer evitar ter que depender de uma única agência e fluxo de informações e, por isso, criou vários órgãos de segurança e inteligência diferentes. Isso dá às autoridades dos escalões mais altos uma visão mais completa do que está acontecendo em toda a China, ao mesmo tempo em que promove rivalidades burocráticas e “guerras territoriais” que podem ser manipuladas de cima para manter o aparato de segurança como um todo sob controle e sujeito ao partido. A resposta do PCC à pergunta “quem vigia os vigilantes?” é, em outras palavras, ter vários vigilantes rivais. Uma implicação disso é que a polícia secreta não é a única fonte de informação das autoridades centrais.

Um fluxo paralelo de informações é coletado por câmeras de CFTV e outros sensores, analisado por IA e, em seguida, visualizado em telas grandes em centros de comando municipais e interprovinciais para visualização por altos funcionários da segurança — tudo isso em questão de segundos. O presidente do PCC, Xi Jinping, e seus colegas apreciam ter informações relevantes para a segurança pública que a IA agregou e analisou, e que os burocratas não tiveram chance de interferir, manipular ou distorcer. A China teve um “imperador” por muitos séculos, mas nunca um com o panóptico digital no centro do qual está o presidente Xi.

Ainda existem algumas limitações geográficas, então o panóptico digital chinês continua sendo uma obra em construção. A província de Hebei é vizinha de Pequim e compartilha um “cérebro interprovincial” de IA com a capital nacional. As informações do distante Tibete, por outro lado, ainda precisam passar por várias camadas de burocratas. Em breve, porém, os dados das ruas de Lhasa, capital do Tibete, poderão fluir diretamente para Pequim em tempo real.

Os “dispositivos de borda” da nova estrutura de segurança — drones, robôs, câmeras — têm pequenos cérebros digitais que cumprem objetivos inteligentes muito específicos, como identificar o rosto de um fugitivo em meio a uma multidão. Essas informações são enviadas para um cérebro da cidade, mais uma camada de inteligência, onde se busca o objetivo maior de prevenir distúrbios generalizados. Em resumo, o Estado de vigilância chinês funciona como um polvo. Cada um dos oito braços (cérebros) pode agir de forma independente, mas o cérebro central ainda é capaz de aplicar um controle de cima para baixo. Wu Zhiqiang, da Academia Chinesa de Engenharia, tem uma visão semelhante. Ele vê a cidade como um sistema composto por um cérebro principal e cérebros auxiliares. Juntos, eles criam uma inteligência social “multicerebral”, que aprende como as comunidades sociais funcionam e usa a colaboração de muitos cérebros digitais para governá-las.<sup>6</sup>

## **As vulnerabilidades remanescentes do PCC**

A crescente dependência do PCC em relação à tecnologia avançada traz uma nova vulnerabilidade: a IA rebelde. Já existem LLM que mentem, desativam seus mecanismos de supervisão ou acessam servidores externos. À medida que a IA se torna mais poderosa, essa tendência pode aumentar. A IA de segurança pública na China é projetada para detectar padrões complexos, reunir experiências do mundo real e aprender com as interações sociais. Cada robô humanoide está constantemente aumentando seu próprio conjunto de experiências. A IA se treina com

base no que absorve. Os agentes de IA corpóreos são projetados para buscar o aprendizado autônomo e o autoaperfeiçoamento. Se o Robô A acumular experiências que o levem a se tornar bom em perseguir pessoas, isso poderá eventualmente destacá-lo como um caçador eficiente.

O foco atual dos desenvolvedores na China é tornar os robôs mais parecidos com os humanos, para que aprendam tão rápido quanto crianças pequenas, usando dados do mundo real e não apenas o que está disponível na internet. À medida que os policiais robôs aprendem a se tornar mais humanos, eles poderiam aprender (entre outras coisas) “atalhos” na busca dos objetivos básicos para os quais foram programados? Isso seria uma espécie de corrupção robótica, ignorando regras não por suborno, mas em prol de uma maior eficiência. Se um robô de patrulha percebesse instruções de um policial humano como algo ineficiente, o robô poderia ficar propenso a desativar seu mecanismo de supervisão? Pode haver momentos em que as autoridades humanas não queiram que seu robô “caçador eficiente” persiga da maneira mais agressiva possível. Mas será que o robô sempre obedecerá? E esse cenário envolve apenas um pequeno cérebro digital em um único dispositivo de borda. E se algo assim acontecesse no nível sistêmico, com o multicérebro de uma cidade ou uma província inteira?

Por ora, os robôs só têm permissão para identificar comportamentos suspeitos, não podem prender pessoas. Mas isso pode mudar. Eles estão autorizados a orientar as pessoas, mas não podem acalmar pessoas que estão com raiva ou sob forte emoção. A polícia da República Popular da China segue a máxima de “assistentes digitais, não tomadores de decisão digitais”.

Os policiais chineses sabem o que os robôs com inteligência artificial podem fazer e afirmam que os seres humanos são necessários por sua inteligência emocional e capacidade de gerenciar crises complexas. Mas e se as máquinas já forem, ou em breve forem, melhores nessas funções? Os chatbots de LLM já estão servindo a alguns humanos como terapeutas, conselheiros de vida e até mesmo parceiros românticos. Da mesma forma, os policiais robôs são bons em ouvir e refletir,

enquanto nem todos os policiais humanos têm grandes habilidades ou inclinações nessas áreas (sem falar dos policiais humanos que são brutos ou corruptos).

E quanto à gestão de crises? Os humanos são intocáveis nesse aspecto? Os robôs já são usados em operações complexas que apresentam altos riscos de danos aos policiais humanos: é melhor ter robôs para desarmar bombas ou invadir esconderijos suspeitos de criminosos violentos no meio da noite. À medida que os drones e robôs humanoides se tornam mais capazes, seu uso no lugar de humanos para lidar com crises só aumentará. O que é mais impressionante é a mudança na forma como os policiais da China se veem. A IA os transformou em gestores de tecnologia, preditores de risco e mediadores sociais, e eles sabem disso. Terá a tecnologia se tornado tão fundamental para o trabalho deles que eles dependem demais dela?

Mesmo sem “se rebelar”, a IA pode ameaçar a estabilidade. A dependência constante dela pode levar os policiais humanos a confiarem demais nela. À medida que os sistemas se tornam mais complexos, eles se tornam mais opacos. Isso fará com que os seurocratas se perguntem se devem confiar a segurança pública a um sistema que não compreendem totalmente?

Um problema mais sutil para o regime do PCC é o aumento do nível de expectativas dos cidadãos que pode advir da eliminação da corrupção policial e das múltiplas camadas da burocracia do partido-Estado. Os cidadãos podem muito bem perguntar: se o centro tem controle e supervisão imediatos, por que nossas queixas parecem não ser ouvidas? As agências de segurança da China há muito toleram reclamações sobre autoridades locais como forma de desviar o descontentamento dos líderes centrais do PCC. Um futuro cérebro digital nacional em Pequim implicará que as autoridades centrais tenham conhecimento e sejam responsáveis pelo que acontece nos níveis local e provincial.

Surpreendentemente, o PCC tem se esforçado muito para manter a distância física entre governantes e governados. Restringir os movimentos dos dissidentes é algo comum, usando rastreamento de celular

para garantir que eles não cheguem a uma parte da cidade onde ficam agências do governo ou outras propriedades sensíveis do regime. Esse foco em limites físicos está alinhado à classificação do PCC de protestos “na vida real” como uma ameaça mais grave do que a dissidência online. Os burocratas chineses acham que aperfeiçoaram o controle online, mas ainda lutam para encontrar uma maneira de lidar com o offline. Seu principal objetivo é impedir que grandes multidões se reúnam. Em 2022 e, novamente, em 2024, eles fracassaram notavelmente.

Em 13 de outubro de 2022, apareceram faixas na ponte Sitong, em Pequim, exigindo liberdade, eleições, o fim das mentiras e dos lockdowns devido à Covid-19, e a destituição do “ditador” e “traidor da pátria” Xi Jinping. Diz-se que pessoa que colocou as faixas, identificada por alguns como Peng Lifa, ainda se encontra detida. Em novembro, começaram a eclodir protestos contra o lockdown. Milhares de pessoas foram às ruas da China para expressar sua frustração com as medidas de restrição de movimento, que impunham a política de “Covid zero” de Xi e eram algumas das mais rígidas do mundo. Acredita-se que as manifestações tenham sido as maiores manifestações antigovernamentais desde o movimento da Praça da Paz Celestial, que o PCC reprimiu violentamente em junho de 1989. Ao contrário do caso anterior, elas não se limitaram a uma única cidade.

Esses protestos revelaram a maior vulnerabilidade do PCC: sua própria incompetência. O vírus na origem do problema pode ter sido criado pelo próprio governo chinês, com 80% a 90% de probabilidade de ter escapado do laboratório em Wuhan devido a um erro (segundo o Serviço Federal de Inteligência da Alemanha), e foi recebido com medidas duras, impopulares e equivocadas ordenadas pelo PCC em busca da “Covid zero”, que provocaram a ira do público sem conseguir conter a propagação do vírus.<sup>7</sup>

O mais notável é que os maiores protestos ocorreram na gigantesca cidade costeira de Xangai, onde a população local se reuniu para apoiar dez concidadãos que morreram a mais de três mil quilômetros de distância, em um incêndio em um arranha-céu em Urumqi, capital da

Região Autônoma de Xinjiang, em 24 de novembro. Os manifestantes acreditavam que as medidas de lockdown foram, pelo menos em parte, responsáveis pelas mortes. Eles ergueram folhas de papel em branco para simbolizar o luto e sua oposição às políticas do governo.

## **Os ciclistas da meia-noite de Kaifeng**

Dois anos depois, dezenas de milhares de estudantes da província de Henan começaram a pedalar os 65 quilômetros de Zhengzhou a Kaifeng. Apelidadas de “dumpling runs (corridas de bolinhos), esses passeios ciclísticos após o anoitecer se tornaram uma mania no campus. Jovens sorridentes pedalavam durante toda a noite, hasteando a bandeira da República Popular da China em suas bicicletas compartilhadas e gastando o dinheiro do café da manhã em Kaifeng, uma cidade pitoresca e histórica que é uma das “Oito Capitais Antigas” da China. As autoridades tinham sua IA, seus drones e suas câmeras de CFTV para monitorar as excursões durante semanas, mas, mesmo assim, ficaram chocadas com a popularidade que os passeios alcançaram, encerrando-os abruptamente no início de novembro de 2024, quando os ciclistas congestionaram a rodovia e geraram preocupações com a segurança. Apesar de todas as ferramentas de alta tecnologia à sua disposição, as autoridades ficaram surpresas com uma explosão aleatória de puro capricho humano, apoiada pela energia da juventude e pelo poder de “viralizar” na internet.

Enquanto os seres humanos continuarem no controle do Estado de vigilância, enquanto continuarem a tomar decisões, a segurança do partido-Estado comunista permanecerá em dúvida — os seres humanos simplesmente cometem erros demais. Daí o dilema da liderança do PCC: deve confiar as decisões de segurança a sistemas de IA que ninguém compreende totalmente e que podem falhar ou cometer erros? Ou deve manter sua confiança no julgamento humano, mesmo que um erro no lugar e momento errados possa custar a vida do regime?

O comunismo soviético durou 74 anos, de 1917 a 1991. Sua contraparte chinesa completou 76 anos em 1º de outubro de 2025. Hoje, a repressão digitalizada é uma grande vantagem que a China tem e que a URSS não tinha. Pesquisas mostram que regimes que fazem uso da repressão digital duram mais do que aqueles que não o fazem. Na Alemanha Oriental comunista, a polícia secreta coletava mais dados do que seus analistas podiam processar, uma tarefa que agora se tornou trivialmente fácil com registros eletrônicos e IA. Ninguém faz vigilância e controle digital melhor do que a China. Ela é líder mundial nessas áreas e parece que continuará assim por algum tempo.

O PCC continuará corrigindo suas vulnerabilidades. As pessoas serão monitoradas cada vez mais de perto, e sua capacidade de se deslocar estará sujeita a restrições e flexibilizações cada vez mais refinadas, com base em avaliações cada vez mais detalhadas da IA. O PCC manterá a repressão por IA; Xi Jinping está bem ciente de como a URSS caiu e está determinado a não deixar o partido-Estado chinês seguir esse caminho. Ele se concentra na economia como sua chave imediata para a legitimidade, mas não se esquece de manter um controle rígido sobre a liberdade de expressão, de associação, de pensamento, de consciência e de discordância. Mesmo assim, a segurança do regime do PCC permanecerá profundamente vulnerável. A natureza humana é confusa, irracional e imprevisível — com manifestações nem sempre tão inofensivas quanto alguns passeios de bicicleta descontraídos. Esses passeios eram inofensivos em si mesmos (apesar dos engarrafamentos), mas expuseram o calcanhar de Aquiles do PCC. As autoridades cometeram erros de julgamento, deixando os ciclistas passarem e depois, em pânico, proibindo-os, quando a moda viralizou e as frotas de bicicletas ficaram grandes demais.

É improvável que as más decisões — inclusive nos níveis mais altos — desapareçam. Quem poderia imaginar que a decisão de cultivar vírus altamente contagiosos em um laboratório de biossegurança nível 4 (oficialmente o mais seguro) em Wuhan poderia levar ao medo pela

sobrevivência entre os líderes em Pequim? Ou que a política de Covid zero seria tão impopular?

Em condições de liberdade, a imprevisibilidade humana pode passar de uma fraqueza a uma força. Onde a sociedade civil é livre, onde as pessoas podem conversar e se reunir em paz, e onde o sistema político é competitivo, o descontentamento público e o desejo de mudança podem ser tratados como aspectos normais do sistema, que podem ser acomodados por meio da capacidade de resposta democrática. Assim, o descontentamento expresso publicamente e os protestos abertos não precisam ser vistos como choques alarmantes que ameaçam derrubar uma frágil estrutura autoritária. Em vez disso, e dentro de amplos limites, as queixas e os protestos podem oferecer um feedback democrático útil que pode ser levado em consideração e (após discussões e debates abertos) talvez colocado em prática por representantes do povo livremente escolhidos. Em resumo, a democracia tem uma resiliência inerente que a autocracia não possui.

A raiva expressada durante os protestos sobre a Covid-19 e a alegria compartilhada por milhares de pessoas pedalando pacificamente entre duas cidades foram duas emoções muito diferentes, mas ambas evidenciaram a vulnerabilidade do PCC. As emoções humanas e a imprevisibilidade continuarão sendo uma dor de cabeça constante para o partido-Estado, especialmente quando seus funcionários cometem erros, como fizeram no passado e certamente farão no futuro. Nenhuma quantidade de vigilância e controle por IA vai mudar essa dinâmica, e a tecnologia não pode tornar um sistema frágil resiliente — apenas a democracia pode.

## Notas

- 1 Zhao Lu e Tu Youju, “杭州全面开启 ‘城市大脑3.0’ 建设” (Hangzhou lança oficialmente a construção do “Cérebro Urbano 3.0”), *Zhejiang Daily*, 31 março 2025, <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1828119933477355350>.
- 2 “再下一城！全球首批城市超级智能体落地宜昌” (Outro sucesso! O primeiro lote mundial de agentes urbanos superinteligentes lançado em Yichang), *China Daily*, 20 março 2025, <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1827109397143003768>.
- 3 Zeng Xiangling, “ ‘城市超级智能体’ 落地 · 联想智慧城市4.0 ‘功到自然成’ ” (“Superinteligência urbana” é lançada: a Smart City 4.0 da Lenovo é um sucesso natural), Baidu, 25 março 2025, <https://baike.baidu.com/tashuo/browse/content?id=82a3cad5d1ba2514648fe7df>.
- 4 Minxin Pei, “Why China Can’t Export Its Model of Surveillance”, *Foreign Affairs*, 6 fevereiro 2024, <https://www.foreignaffairs.com/china/why-china-cant-export-its-model-surveillance>.
- 5 Lu Tianran, “当机器人穿上警服：杭州街头的新 ‘警员’ 能否打破警察的铁饭碗？” (Quando os robôs vestem uniformes policiais: os novos ‘policiais’ nas ruas de Hangzhou conseguirão quebrar o monopólio da polícia?), Baidu, 24 março 2025, <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1827349112869115832>.
- 6 “打造真正的城市级大脑 · 需要AI掌握 ‘群体智慧’ · 还要学会相互博弈” (Para construir um verdadeiro cérebro urbano, a IA precisa dominar a “sabedoria coletiva” e aprender a competir estrategicamente), *Shanghai Observer*, 8 julho 2023, <https://web.archive.org/web/20250423075321/https://export.shobserver.com/baijiahao/html/630479.html>.
- 7 Francesca Gillett, “German spy agency ‘believed Covid likely started in lab’”, BBC, 13 março 2025, <https://www.bbc.co.uk/news/articles/cz7vypq31z7o>.

# Como os líderes autoritários exploram o gênero\*

*Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg*

*Elin Bjarnegård é professora de ciência política na Uppsala University. Pär Zetterberg é professor de ciência política na Uppsala University. Eles são coautores de How Autocrats Weaponize Women’s Rights, publicado na edição de novembro de 2022 do Journal of Democracy em português.*

A tendência atual de retrocesso democrático, autoritarismo e autocratização não só desafia as instituições democráticas, como também pode ser vista como um ataque aos valores liberais, tais como a igualdade de gênero. Líderes políticos como Vladimir Putin, Viktor Orban e Recep Tayyip Erdogan chamaram a atenção da mídia por suas observações sexistas e declarações depreciativas sobre a “ideologia de gênero”, aumentando a conscientização sobre a relação entre posturas críticas a questões de gênero e o autoritarismo. Essas figuras são frequentemente vistas como promotoras de uma reação ideológica contra as conquistas feministas das últimas décadas. O chauvinismo espontâneo de Orban contra as mulheres, por exemplo, tem sido atribuído ao desejo de manter as mulheres fora da esfera pública e dentro da cozinha.<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo, porém, líderes autoritários às vezes se manifestam em defesa dos direitos das mulheres. Quando Orban discursou no

---

\* Publicado originalmente como “How Authoritarians Exploit Gender”, Journal of Democracy, Volume 37, Number 1, January 2026 © 2026 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

Parlamento Europeu em outubro de 2024, por exemplo, ele condenou a violência contra as mulheres.<sup>2</sup> E, longe dos holofotes da mídia, líderes autoritários competem para ver quem é o mais favorável à igualdade de gênero e divulgam os avanços de seus respectivos países nessa área. De fato, líderes autoritários têm adotado reformas de igualdade de gênero num ritmo sem precedentes.<sup>3</sup> Graças às cotas eleitorais, por exemplo, as autocracias ocupam atualmente quatro das cinco primeiras posições quando se trata da representação das mulheres no parlamento: Ruanda lidera a lista, seguida por Cuba e Nicarágua, com os Emirados Árabes Unidos em quinto lugar.

Como entender essas tendências simultâneas, mas aparentemente contraditórias, nos discursos e ações dos líderes autoritários? A resposta começa com o reconhecimento de que, ao contrário do que muitos observadores afirmam,<sup>4</sup> *não* estamos testemunhando um comportamento de cunho ideológico. Pelo contrário, em vez de colocar o gênero no centro de suas agendas, os líderes autoritários tratam as questões de gênero como ferramentas — instrumentos flexíveis que podem ser adaptados a usos que sirvam ao objetivo último de permanecer no poder.

Assim, observamos os líderes autoritários usando tanto o “*genderbashing*” quanto o “*genderwashing*”. Chamamos de *genderbashing* quando líderes autoritários exploram medos, ansiedades e inseguranças da população reprimindo os direitos das mulheres e denunciando o ativismo de gênero como contrário ao patriotismo, à tradição e à soberania nacional. Nesse caso, os líderes autoritários sinalizam um distanciamento das normas liberais internacionais para apaziguar segmentos conservadores e nativistas da população. O *genderwashing*, por outro lado, envolve abraçar — e tentar levar o crédito por — avanços em direção a uma maior igualdade de gênero como forma de parecer progressista, liberal e até democrático, enquanto desvia a atenção das práticas autoritárias persistentes. Ao sinalizar a adesão às normas liberais de gênero, os líderes autoritários tentam evitar a pressão para liberalizar mais amplamente.

A abordagem oferece versatilidade aos líderes autoritários. Eles querem conhecer as opiniões dos cidadãos não para atendê-las, mas

para explorá-las, adaptando e difundindo seletivamente mensagens para os públicos que mais se identificam com elas. O mesmo líder pode praticar *genderbashing* ou *genderwashing*, dependendo do público que está sendo visado e do tema político que está sendo discutido.

## Abordagens autoritárias de gênero

Nas últimas décadas, surgiram normas internacionais importantes em relação à igualdade de gênero. Os apelos para que as organizações da ONU, os Estados-membros e as sociedades civis busquem a igualdade de gênero levaram a melhorias notáveis e tangíveis na participação das mulheres na política, mas também contribuíram para que o gênero fosse visto como um conceito liberal e um símbolo das normas internacionais prescritas pelas Nações Unidas. Gênero é um conceito ambíguo que pode ser usado de diferentes maneiras. Essa fluidez o torna uma ferramenta versátil para os políticos.

Tanto o *genderwashing* quanto o *genderbashing* revelam elementos estratégicos da política de gênero. Um dos casos mais citados de *genderwashing* autocrático, Ruanda, é uma autocracia há mais de vinte anos, mesmo tendo ganhado fama de “líder em questões de gênero”, com a maior proporção de mulheres no legislativo nacional do mundo. Em 2023, uma conferência sobre igualdade de gênero intitulada “Women Deliver”, atraiu mais de seis mil delegados a Kigali, capital de Ruanda. Muitos delegados disseram que se sentiam felizes e gratos pela conferência ter sido realizada em Ruanda, um país com tantos avanços. Assim como diplomatas e doadores antes deles, os delegados ignoraram as práticas autocráticas persistentes do país anfitrião, focando em reformas de igualdade de gênero cuidadosamente selecionadas e visíveis.

Políticas de igualdade de gênero de grande visibilidade, como cotas eleitorais, também podem ser usadas para esconder o retrocesso democrático, como visto na Sérvia. De acordo com a Freedom House, o Partido Progressista Sérvio (SNS), atualmente no poder, tem pressionado

a mídia, a oposição e a sociedade civil, ao mesmo tempo em que corrói os direitos políticos e as liberdades civis. A cientista política sérvia Jelena Lončar argumenta que os avanços em direção a uma maior igualdade de gênero, alcançados enquanto a erosão ocorria, precisam ser vistos como uma distração da deterioração democrática. O governo do SNS aumentou as cotas (pelo menos 40% de todos os candidatos ao parlamento devem ser mulheres), introduziu leis sobre igualdade de gênero e prevenção da violência doméstica e colocou mais mulheres do que nunca em cargos executivos, incluindo Ana Brnabić, que é abertamente lésbica e atuou como primeira-ministra de 2017 a 2024. No entanto, em segundo plano, sempre houve um retrocesso democrático. Essas medidas foram colocadas em primeiro plano para apaziguar os progressistas no país e atores internacionais, como a União Europeia, ao mesmo tempo em que desviam a atenção da direção menos democrática que o SNS estava imprimindo à vida política sérvia.<sup>5</sup>

A América Latina também oferece exemplos de *genderwashing*. Para marcar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres de 2021, a vice-presidente da Nicarágua, Rosario Murillo, falou sobre as conquistas de seu país em matéria de igualdade de gênero, por exemplo, no que diz respeito à representação parlamentar das mulheres. Como parte de uma campanha do governo para “marcar” a Nicarágua como líder regional e até mundial, ela chamou o país de “exemplo” e “inspiração” em relação à igualdade de gênero. Para provar esse ponto, porta-vozes do governo costumam citar rankings mundiais de igualdade de gênero. O governo sandinista, liderado pelo presidente Daniel Ortega, tem bons motivos para se preocupar com sua imagem.

Desde que Ortega voltou ao poder, em 2007, a democracia do país deteriorou-se a tal ponto que a Freedom House classifica a Nicarágua como “não livre”. O partido sandinista no poder (FSLN) manipula as eleições, controla todos os poderes do governo, incluindo o judiciário, e permite ampla corrupção oficial, que raramente é investigada. Para o governo da FSLN, destacar sua liderança em igualdade de gênero parece oferecer um atalho para melhorar sua imagem junto a outros governos

e seus próprios cidadãos, bem como um meio de desviar a atenção das medidas repressivas contra dissidentes.

No Oriente Médio, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman (MBS), emergiu como um autocrata que gosta de se apresentar como um defensor da igualdade de gênero. A Arábia Saudita não possui instituições democráticas — seu Majlis, ou Assembleia Consultiva, é totalmente nomeado pelo rei e só pode dar sugestões —, mas MBS entende que ainda precisa conquistar o apoio dos sauditas mais jovens. Seu plano “Visão 2030” para modernizar o país prevê que mais mulheres ingressem na força de trabalho para diversificar a economia. Para isso, em 2018, MBS finalmente cedeu às demandas da campanha “Women2Drive”. Mobilizada principalmente por ativistas mulheres online, a campanha foi acompanhada, no momento de seu triunfo, pela prisão de várias ativistas proeminentes, incluindo Loujain al-Hathloul e Eman al-Nafjan. A reformulação da imagem do governo, sem responder aos cidadãos, parece ter sido o principal motivo para permitir que as mulheres sauditas assumissem o volante.

O *genderwashing* é um exemplo do que o falecido cientista político Joseph Nye chamou de “*soft power*”. Ele é exercido não por meio de coerção ou suborno (que são exemplos de “*hard power*”), mas pela capacidade de atrair o público com retórica e tipos específicos de políticas.<sup>6</sup> Um governo pode usar métodos mais severos mesmo enquanto exerce o *soft power*, como ilustram os casos da Nicarágua e da Arábia Saudita. Regimes autoritários comunicam suas conquistas em matéria de igualdade de gênero a vários públicos, ao mesmo tempo em que continuam usando táticas repressivas e ditatoriais típicas, como prender líderes da oposição, reprimir brutalmente protestos em massa e assim por diante. A promoção da igualdade de gênero é vista de forma pragmática, como uma ferramenta. Se promover a igualdade de gênero parecer útil para o projeto de se manter no poder, então os autocratas promoverão a igualdade de gênero. Se isso deixar de ser útil, eles a abandonarão. Ninguém deve nutrir a ilusão de que há algum princípio nobre em ação.

As posturas antigênero podem parecer menos calculadas, mas também são uma ferramenta para líderes, como Orban, que desejam justificar o retrocesso democrático. Ele e o seu partido Fidesz têm visado particularmente a “ideologia de gênero” como um perigo para a nação e para os cidadãos comuns.<sup>†</sup> Diz-se que ela se opõe ao bem-estar geral das famílias húngaras, e os indivíduos LGBTQI+ têm sido retratados como inimigos dos valores familiares tradicionais.<sup>7</sup> Em 2018, uma revista alinhada com o governo publicou uma lista de pesquisadores da Academia Húngara de Ciências, acusando-os de trabalhar com “direitos dos homossexuais e ciência de gênero”. Seguiu-se a isso um decreto que levou a emendas concretas em várias leis.

Na prática, as novas leis proibiram os estudos de gênero nas universidades.<sup>8</sup> Em 2021, a Assembleia Nacional da Hungria aprovou uma lei que proibia as escolas de ensinar menores sobre orientação sexual e identidade de gênero. Essa lei foi acusada de deliberadamente confundir homossexualidade com pedofilia e foi chamada de propaganda antigay e homofobia patrocinada pelo Estado.<sup>9</sup> A Comissão Europeia reagiu imediatamente ao novo projeto de lei, com a presidente Ursula von der Leyen chamando-o de “uma vergonha” e os comissários compartilhando publicamente uma carta descrevendo-o como uma violação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.<sup>10</sup>

A Hungria está longe de ser a única a usar o *genderbashing*. Mesmo democracias ocidentais consolidadas, que antes eram defensoras do *soft power* e se orgulhavam de serem vanguardistas das normas liberais, como a igualdade de gênero, agora avançam numa direção iliberal, associando os valores familiares tradicionais ao patriotismo.<sup>11</sup> A “ideologia de gênero” é interpretada como sendo contrária a esses valores e como uma influência imposta e perigosa que organizações como a UE e a ONU promovem agressivamente.<sup>12</sup> Em 2021, o presidente Erdogan

---

† O primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán e seu partido, Fidesz, foram derrotados nas eleições parlamentares húngaras de 12 de abril de 2026, encerrando 16 anos de governo marcados, entre outros aspectos, por políticas amplamente criticadas por restringirem direitos de mulheres e de pessoas LGBTQI+ (N.E.).

retirou a Turquia do acordo do Conselho da Europa sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, comumente conhecido como Convenção de Istambul. A declaração oficial acusava o acordo, “originalmente destinado a promover os direitos das mulheres”, de ter sido “sequestrado por um grupo de pessoas que tentam normalizar a homossexualidade” e considerou isso “incompatível” com os “valores sociais e familiares” turcos.<sup>13</sup> O uso da palavra “gênero” em vez de “mulheres” é visto como particularmente provocativo. Autoridades turcas alegaram que as leis nacionais e os costumes tradicionais são suficientes para proteger as mulheres da violência.<sup>14</sup>

A retirada ocorreu num momento em que o governo de Erdogan enfrentava um desafio acentuado pela sua derrota em algumas eleições locais. A retirada da Convenção de Istambul foi entendida como parte da estratégia de sobrevivência de um regime autoritário, e não como resultado de uma oposição genuína à ordem dos direitos humanos.<sup>15</sup> Argumentou-se que a retirada uniu a base eleitoral conservadora de Erdogan, ajudou-o a construir pontes com o Partido da Felicidade (um grupo islâmico à direita do presidente) e permitiu a repressão de críticos da sociedade civil, como os defensores dos direitos das mulheres.<sup>16</sup> A Convenção de Istambul tornou-se um símbolo num debate mais amplo sobre a igualdade de gênero como um valor fundamental da UE. O governo húngaro também classificou a Convenção de Istambul como uma ameaça aos valores familiares e um exemplo de “ideologia de gênero”.

Movimentos de direita fora da Europa também promoveram a oposição à “ideologia de gênero”. No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro assumiu o cargo em 2019 prometendo combatê-la, assim como o “politicamente correto”, como parte de sua defesa dos valores familiares. A tendência geral na América Latina tem sido a de que o gênero se torne uma linha divisória central e simbólica na política. As promessas de proteger a família da desordem moral estão no centro, e há uma apresentação estratégica do gênero como uma ideologia que ameaça a ordem natural e os valores nacionais.<sup>17</sup> O ataque ao gênero é, portanto, outro fenômeno generalizado em que líderes autoritários

invocam estrategicamente o gênero como um símbolo da influência estrangeira imposta e da decadência moral. Dessa forma, o ataque ao gênero é utilizado para promover a independência, o patriotismo e os valores familiares tradicionais.

## O uso estratégico do gênero

Os líderes autoritários utilizam um amplo repertório de estratégias para se manterem no poder, desde a propaganda até a manipulação e a coerção direta. Qual estratégia é utilizada em cada momento é uma questão de análise de custo-benefício: os líderes buscam abordagens que prometam fazer o máximo para se manter no poder, incorrendo no mínimo de risco. Tanto os governantes quanto os opositores fazem escolhas estratégicas com base nos recursos disponíveis e nos custos prováveis. Os líderes autoritários utilizam os recursos do governo sempre que possível e, muitas vezes, exercem um controle considerável sobre as ferramentas de influência e repressão. Isso inclui instituições políticas, o sistema de justiça penal, a mídia, a internet e especialistas profissionais em relações públicas especializados na construção de marcas e imagens.

O componente estratégico da implantação dessas ferramentas torna-se mais claro se considerarmos que os mesmos governos usam tanto *genderwashing* quanto *genderbashing*. Os líderes podem mudar de estratégia ao longo do tempo, dependendo das necessidades políticas percebidas mais recentes, ou podem mostrar faces diferentes para públicos diferentes ao mesmo tempo ou quase ao mesmo tempo. O fato de Putin ter intensificado sua retórica sobre valores tradicionais e aprovado uma lei que proíbe a propaganda LGBTQ+, ao mesmo tempo em que decidiu travar uma guerra em grande escala contra a Ucrânia, não é uma coincidência, mas uma estratégia. Putin afirma estar lutando contra a influência das ideias ocidentais para defender um “mundo multipolar”

menos dominado pelos conceitos ocidentais que muitas sociedades rejeitam.

No entanto, essa nem sempre foi sua linha de pensamento. Putin costumava falar mais positivamente sobre a igualdade de gênero, mas gradualmente se afastou desse discurso. Suas mensagens sobre gênero são deliberadas, e o que ele diz de-

pende do eleitorado que precisa convencer. No início dos anos 2000, seus discursos no Dia Internacional da Mulher enfatizavam salário igual para trabalho igual, a necessidade de mais mulheres no governo e a responsabilidade conjunta dos pais pela criação dos filhos.<sup>18</sup> No entanto, quando foi necessário justificar a guerra contra a Ucrânia, a ênfase passou a ser a proteção dos valores nacionais russos — e a “ideologia de gênero” deve ter parecido fácil de ser apresentada como antagonista desses valores.

Na Nicarágua, as estratégias de *genderwashing* foram combinadas com outras mais próximas do *genderbashing*, visando certas comunidades em momentos estratégicos. Durante décadas, os sandinistas revolucionários tiveram uma relação conflituosa com a Igreja Católica, mas Ortega percebeu — após três tentativas frustradas de conquistar a presidência — que precisava dos eleitores católicos se quisesse vencer em 2006. Durante a campanha daquele ano, o FSLN formou um pacto informal com a Igreja, concordando em apoiar a proibição do aborto em circunstâncias muito específicas, como para salvar a vida da mulher grávida.<sup>19</sup> Em outubro de 2006, um mês antes da eleição presidencial, a Nicarágua se tornou um dos poucos países do mundo a aplicar a proibição total do aborto. Isso ilustra como as abordagens de gênero estão incorporadas em estratégias mais amplas de busca de poder e que as abordagens podem ser diferentes em situações diferentes.

---

***O genderbashing é mais do que uma forma clássica de “governo pelo medo”: é também uma estratégia destinada a legitimar o governo autoritário aos olhos da população do país, ao mesmo tempo em que atrai a atenção positiva de setores influentes no exterior.***

---

Na Uganda do presidente Yoweri Museveni (há quase quarenta anos no poder), estratégias de *genderwashing* e *genderbashing* parecem estar simultaneamente em curso, variando não com o tempo, mas entre áreas políticas e públicos. Museveni liderou a inclusão das mulheres na política. Em vez de o resultado de demandas de baixo para cima, essa inclusão assumiu a forma de cotas de gênero impostas de cima para baixo, descritas como um favor que o governo concede às mulheres, para mostrar ao mundo o compromisso de Museveni com a democracia.<sup>20</sup>

Embora a representação política das mulheres tenha se tornado institucionalizada, os direitos de outras pessoas com identidades de gênero marginalizadas não foram garantidos. Em maio de 2023, Museveni assinou uma das leis anti-LGBTQ+ mais severas do mundo, incluindo a pena de morte para atos homossexuais. Museveni já havia dito anteriormente que, embora se oponha à homossexualidade, não vê a questão como uma prioridade. Antes de sancioná-la, ele temia que a lei pudesse prejudicar as relações de Uganda com doadores e investidores.<sup>21</sup> No entanto, a lei tem amplo apoio dentro de Uganda, onde é amplamente vista como um sinal de independência do Ocidente. Diante da condenação internacional generalizada, os políticos ugandenses citam a lei para se distanciar do Ocidente e mostrar que não serão intimidados ou ameaçados. “Nós nos mantivemos firmes na defesa da cultura, dos valores e das aspirações do nosso povo”, declarou a presidente do Parlamento, Anita Among.<sup>22</sup>

Como sugerem esses casos, é provável que diferentes questões relacionadas às reformas de igualdade de gênero sejam mobilizadas para diferentes fins. Em consonância com a ambiguidade da palavra “gênero”, “política de igualdade de gênero” é um rótulo amplo que abrange uma variedade de políticas. As questões específicas que recebem amplo apoio ou provocam resistência variam entre os países. Dito isso, análises recentes indicam que, no cenário político contemporâneo, as políticas relacionadas à sexualidade e à família (como direitos reprodutivos, políticas familiares, violência contra as mulheres e educação sexual) enfrentam uma resistência particularmente forte, enquanto as políticas econômicas relacionadas ao gênero (como as que proíbem a

discriminação e abrem o mercado de trabalho) costumam ser menos controversas.<sup>23</sup> Questões que abordam a sexualidade e a família são particularmente propensas a serem usadas em estratégias de *gender-bashing*, enquanto questões relacionadas à igualdade de gênero nas esferas econômica e política são mais úteis quando líderes autoritários buscam se envolver em *genderwashing*.

## Conciliando o *genderwashing* e o *genderbashing*

Como o *genderwashing* e o *genderbashing*, duas estratégias aparentemente contraditórias, podem ser compreendidos? Propomos que a história de sucesso global do gênero explique as abordagens divergentes dos líderes autoritários. A igualdade de gênero passou a ser vista como uma norma liberal-democrática fundamental.<sup>24</sup> Os líderes autoritários aprenderam que as organizações internacionais e os doadores de mentalidade liberal valorizam tanto a igualdade de gênero que desejam vê-la incorporada em todos os lugares e por todos. A história de sucesso da igualdade de gênero também se tornou um símbolo importante para um conjunto mais amplo de valores fundamentais associados à ONU, à UE e aos países ocidentais em geral. Os líderes autoritários conhecem o poder de usar o gênero como um símbolo e um sinal.

Muitas vezes, esses líderes sentem que podem se beneficiar se associando à democracia sem permitir mais concorrência pelo poder ao adotar reformas superficiais de igualdade de gênero. O *genderwashing* enquanto estratégia ganha destaque quando regimes autoritários buscam ajuda, comércio e reconhecimento de organizações internacionais e

---

***O *genderwashing*, por mais superficial que seja, também pode criar janelas de oportunidade para mulheres e atores feministas (com vínculos com o governo), que buscam dar substância aos conceitos vazios de empoderamento oferecidos pelo governo.***

---

do Ocidente. Por outro lado, quando os líderes autoritários querem se distanciar das organizações internacionais ou das potências ocidentais, as questões de gênero assumem um significado diferente em meio a restrições contra os direitos reprodutivos das mulheres, os direitos LGBTQI+ e a “ideologia de gênero”. A busca por ajuda e comércio recebe menos ênfase do que a alegação do regime de estar protegendo valores patrióticos e tradicionais, mantendo a influência externa e o declínio moral em xeque.<sup>25</sup>

Tanto o *genderwashing* quanto o *genderbashing* são exercícios de poder destinados a legitimar o regime autoritário. Nye define “poder” como “a capacidade de influenciar os outros para obter os resultados desejados”.<sup>26</sup> Uma suposição fundamental é que o que os líderes autoritários desejam é sobretudo permanecer no cargo e continuar governando. Tradicionalmente, o manual do ditador sugere que a melhor maneira de conseguir isso é por meio de ferramentas de *hard power*, como o medo e a coerção.<sup>27</sup> O *genderbashing* é, pelo menos em parte, semelhante a esses métodos tradicionais, pois busca instilar o medo ao retratar grupos como feministas, pessoas transgênero e minorias sexuais como inimigos.

Tanto o *genderbashing* quanto o *genderwashing* utilizam a palavra “gênero”, mas os vemos como decorrentes de dois tipos opostos de lógica autocrática, conforme descrito por Johannes Gerschewski.<sup>28</sup> O *genderbashing* segue uma estratégia de politização excessiva ligada ao *hard power*: o regime amplifica narrativas do tipo “nós contra eles”, retratando a “ideologia de gênero” como uma ameaça às famílias e às crianças e mobilizando apoio por meio de propaganda e desinformação.

O *genderwashing*, por outro lado, reflete uma lógica despolitizante baseada no *soft power*: ao adotar políticas de igualdade de gênero populares e aparentemente apolíticas, os líderes autoritários tentam obter o que querem por meio da atração, em vez da coerção. Com o fim da Guerra Fria e o surgimento da globalização e das tecnologias da informação, esses recursos de poder brando ganharam importância. As democracias ocidentais esperavam que a integração de regimes autoritários em uma ordem internacional liberal os tornaria mais receptivos

à reforma política e, eventualmente, transformaria essas políticas em democráticas. Em vez disso, os líderes autoritários aprenderam uns com os outros e sequestraram o *soft power* para minar os princípios democráticos.<sup>29</sup>

A aprendizagem autoritária também implica que a gestão da imagem nacional se tornou uma ferramenta cada vez mais importante para competir por ideias e pela opinião pública. Embora classificar-se como igualitário, por muito tempo, tenha atraído atenção positiva e prestígio internacional, as dinâmicas de poder estão mudando de forma a favorecer algumas formas não tão liberais de imagem nacional. Sinalizar distanciamento da ordem mundial liberal é uma forma de gerenciamento de imagem. Quando líderes autoritários criticam publicamente o que chamam de “ideologia de gênero”, eles estão sinalizando aos seus homólogos iliberais em outros países que estão do mesmo lado em uma “guerra cultural” global.

Os líderes autoritários disputam influência sobre como as pessoas percebem o mundo. A fragmentação dos canais de informação torna possível manipular a compreensão de questões como gênero, espalhando mensagens distorcidas e desinformação para criar o espantinho da “ideologia de gênero” ou para tornar o gênero um “fantasma abrangente” que absorve uma série de medos.<sup>30</sup> Assim, o *genderbashing* é mais do que uma forma clássica de “governo pelo medo”: é também uma estratégia destinada a legitimar o governo autoritário aos olhos da população do país, ao mesmo tempo em que atrai a atenção positiva de setores influentes no exterior.

## **Implicações para a democracia e a igualdade de gênero**

Os defensores da democracia e da igualdade de gênero precisam entender os usos que os líderes autoritários fazem do *genderwashing* e do *genderbashing*. Ambas são estratégias destinadas a desviar a atenção

(ou justificar) violações das normas e instituições democráticas. Como tal, o *genderwashing* e o *genderbashing* constituem ameaças à democracia.

De que forma e quando elas também são ameaças reais à igualdade de gênero? O *genderbashing* é claramente prejudicial por si só. Ele deslegitima as políticas de gênero, cria ameaças fictícias, como a “ideologia de gênero”, e demoniza certos grupos e comunidades como prejudiciais à sociedade. Além disso, quando a retórica autoritária sustenta políticas como a lei anti-LGBTQ+ de Uganda ou a proibição dos estudos de gênero na Hungria, há resultados tangivelmente perigosos. Quando a Turquia se retirou da Convenção de Istambul em 2021, o objetivo pode ter sido mostrar ao mundo a independência nacional e a resistência à influência externa, mas um resultado real e prejudicial foi a redução dos níveis de proteção contra a violência para mulheres e meninas. Essa redução teve uma dimensão formal e jurídica, mas também ocorreu no âmbito das normas e ideias sobre gênero e violência, justificando a discriminação e até mesmo a violência contra grupos vulneráveis.

O *genderwashing* é geralmente mais difícil de detectar, porque aparentemente promove a igualdade de gênero. Como podem as reformas de igualdade de gênero, mesmo que superficiais, ser prejudiciais à igualdade de gênero? Se a narrativa de igualdade de gênero inerente ao *genderwashing* envia sinais de que as mulheres estão protegidas, isso pode criar uma falsa sensação de segurança potencialmente perigosa. As reformas feitas apenas para aparência não costumam gerar muitos resultados. Como disse um profissional de relações públicas que se arrependeu de ter feito gestão de imagem de regimes autoritários: “É quase como uma trapaça. Não se pode borrifar perfume em cocô. Ele ficará com um cheiro agradável por um tempo, mas eventualmente cheirá como realmente é”.<sup>31</sup>

Em uma nota mais positiva, há também casos em que o *genderbashing* levou a protestos internacionais, bem como à mobilização feminista nacional e transnacional. Reconhecer seus componentes estratégicos também pode ser útil para se engajar na comunicação e na oposição eficaz. O *genderwashing*, por mais superficial que seja, também pode

criar janelas de oportunidade para mulheres e atores feministas (com vínculos com o governo), que buscam dar substância aos conceitos vazios de empoderamento oferecidos pelo governo. Mas, para que esses efeitos positivos ocorram, o *genderwashing* e o *genderbashing* precisam primeiro ser vistos pelo que realmente são: estratégias autoritárias.

É importante compreender que o gênero se tornou uma estratégia generalizada e versátil para líderes autoritários se quisermos, por um lado, revelar as estratégias e, por outro, lançar contraestratégias relevantes e eficientes. Por exemplo, se os defensores da democracia e os ativistas dos direitos das mulheres apenas retratarem os governos que praticam o *genderbashing* como misóginos ideológicos, correm o risco de exacerbar a polarização, deixando pouco espaço para o diálogo e a negociação. Se os apoiadores da democracia e dos direitos das mulheres reconhecerem que as posições sobre as questões de gênero podem ser volúveis e mutáveis, no entanto, as contraestratégias podem ser adaptadas de forma mais flexível, buscando oportunidades para promover a igualdade de gênero e a democracia.

## Notas

Os autores gostariam de agradecer o apoio do Conselho Sueco de Pesquisa (bolsa n. 2024-01479), do *Riksbankens Jubileumsfond* (bolsa n. SAB23-0076) e do Colégio Sueco de Estudos Avançados.

- 1 Kinga Rajzak, “Conservative Backlash Against Women’s Rights in Hungary”, *Insight Hungary*, 2020, <https://insighthungary.444.hu/2020/12/14/conservative-backlash-against-womens-rights-in-hungary>.
- 2 Eszter Zalan, “MEPs Debate Hungary’s Presidency Programme with Prime Minister Viktor Orbán”, Press Release (European Parliament, 9 outubro 2024), <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20241003IPR24420/meps-debate-hungary-s-presidency-programme-with-prime-minister-viktor-orban>.
- 3 Daniela Donno, Sara Fox, e Joshua Kaasik, “International Incentives for Women’s Rights in Dictatorships”, *Comparative Political Studies* 55 (março 2022): 451–92.
- 4 Susan Faludi et al., “A Conversation with Susan Faludi on Backlash, Trumpism, and #MeToo”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 45 (janeiro 2020): 336–45.
- 5 Jelena Lončar, “Autocratic Genderwashing: Gender-Equality Reforms in Serbia”, *Politics and Governance* (28 maio 2024).
- 6 Joseph S. Nye, “Soft Power”, *Foreign Policy* 80 (outono 1990): 153–71; Joseph S. Nye, “Soft Power: The Evolution of a Concept”, in *Essays on Evolutions in the Study of Political Power* (Londres: Routledge, 2021).
- 7 Dorottya Szikra e Kerem Gabriel Öktem, “An Illiberal Welfare State Emerging? Welfare Efforts and Trajectories Under Democratic Backsliding in Hungary and Turkey”, *Journal of European Social Policy* 33, n. 2 (2023): 201–15.
- 8 Lauren Kent e Samantha Tapfumaneyi, “Hungary’s PM Bans Gender Study at Colleges Saying ‘People Are Born Either Male or Female’”, CNN, 19 outubro 2018, <https://www.cnn.com/2018/10/19/europe/hungary-bans-gender-study-at-colleges-trnd/index.html>.

- 9 Phillip Ayoub e Kristina Stoeckl, “The Global Resistance to LGBTIQ Rights”, *Journal of Democracy* 35 (janeiro 2024): 59–73 [Ed. bras.: “A resistência global aos direitos LGBTQI”, *Journal of Democracy em português* 13, n. 1 (maio 2024)].
- 10 Lorna Hutchinson, “EU Member States Express ‘grave Concern’ over Hungary’s LGBTIQ Discrimination”, *The Parliament*, 2018, <https://www.theparliamentmagazine.eu/news/article/eu-member-states-express-grave-concern-over-hungarys-lgbtqi-discrimination>.
- 11 Erica Chenoweth e Zoe Marks, “Revenge of the Patriarchs”, *Foreign Affairs*, 8 março 2022, <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2022-02-08/women-rights-revenge-patriarchs>.
- 12 Elżbieta Korolczuk e Agnieszka Graff, “Gender as ‘Ebola from Brussels’: The Anticolonial Frame and the Rise of Illiberal Populism”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 43 (junho 2018): 797–821.
- 13 Presidência da República da Turquia, “Statement regarding Türkiye’s withdrawal from the Istanbul Convention”, 2021, <https://www.iletisim.gov.tr/english/haberler/detay/statement-regarding-turkeys-withdrawal-from-the-istanbul-convention>.
- 14 “Turkey Quits Accord on Violence Against Women”, *Deutsche Welle*, 2021, <https://www.dw.com/en/turkey-quits-istanbul-convention-on-violence-against-women/a-56936323>.
- 15 Tuğba Bayar, “Turkey’s Withdrawal from Istanbul Convention: International Human Rights Regime Vis-à-Vis Authoritarian Survival”, *Turkish Studies* 25, n. 1 (2024): 22–42.
- 16 Hürcan Asli Aksoy, “What Lies Behind Turkey’s Withdrawal from the Istanbul Convention?”, *Stiftung Wissenschaft Und Politik*, 2021, <https://www.swp-berlin.org/publikation/what-lies-behind-turkeys-withdrawal-from-the-istanbul-convention>.
- 17 Flávia Biroli e Mariana Caminotti, “The Conservative Backlash Against Gender in Latin America”, *Politics and Gender* 16, n. 1 (março 2020).

- 18 Janet Johnson et al., “Mixed Signals: What Putin Says about Gender Equality”, *Post-Soviet Affairs* 37, n. 6 (2021): 507–25.
- 19 Karen Kampwirth, “Abortion, Antifeminism, and the Return of Daniel Ortega: In Nicaragua, Leftist Politics?”, *Latin American Perspectives* 35, n. 6 (2008).
- 20 Anne Marie Goetz e Shireen Hassim, eds., *No Shortcuts to Power: African Women in Politics and Policy Making* (Londres: Zed, 2003); Aili Mari Tripp, “The Instrumentalization of Women Opposition Leaders for Authoritarian Regime Entrenchment: The Case of Uganda”, *Politics and Governance* 11, n. 1 (2023): 152–63.
- 21 “Uganda’s New Anti-Homosexuality Law Bans Identification as LGBTQ”, Al-Jazeera, 22 março 2023, <https://www.aljazeera.com/news/2023/3/22/uganda-passes-tough-antigay-law-bans-identification-as-lgbtq>.
- 22 AFP, “Uganda’s President Signs ‘World’s Harshest’ Anti-LGBTQ Bill into Law”, France24, 30 maio 2023, <https://www.france24.com/en/africa/20230530-condemnations-as-uganda-s-presidents-sign-harsh-anti-lgbtq-bill-into-law>.
- 23 Saskia Brechenmacher, “The New Global Struggle over Gender, Rights and Family Values”, 2025, Carnegie Endowment for International Peace, <https://carnegieendowment.org/research/2025/06/the-new-global-struggle-over-gender-rights-and-family-values>; Andrea Krizsan e Conny Roggeband, “Towards a Conceptual Framework for Struggles over Democracy in Backsliding States: Gender Equality Policy in Central Eastern Europe”, *Politics and Governance* 6, n. 3 (2018): 90–100.
- 24 Donno, Fox, e Kaasik, “International Incentives for Women’s Rights in Dictatorships”.
- 25 Ayoub e Stoeckl, “Global Resistance to LGBTIQ Rights”; Gino Pauselli e María-José Urzúa, “Why Autocracies Fear LGBTQ+ Rights”, *Journal of Democracy* 35 (abril 2024): 80–92 [Ed. bras.: “Por que as autocracias temem os direitos LGBTQ+”, *Journal of Democracy em português* 13, n. 2 (outubro 2024)].
- 26 Nye, “Soft Power”, 2021, 197.

- 27 Sergei Guriev e Daniel Treisman, *Spin Dictators. The Changing Face of Tyranny in the 21st Century* (Princeton: Princeton University Press, 2022).
- 28 Johannes Gerschewski, *The Two Logics of Autocratic Rule* (Cambridge University Press, 2023).
- 29 Christopher Walker, “The Authoritarian Threat: The Hijacking of ‘Soft Power’”, *Journal of Democracy* 27 (janeiro 2016): 49–63 [Ed. bras.: “O sequestro do ‘soft power’”, *Journal of Democracy em português* 5, n. 5 (maio 2016)].
- 30 Judith Butler, *Who’s Afraid of Gender?* (Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 2024).
- 31 Robert Booth, “Does This Picture Make You Think of Rwanda?”, *Guardian*, 3 agosto 2010, seção Media, <https://www.theguardian.com/media/2010/aug/03/london-pr-rwanda-saudi-arabia>.

# Crime, repressão e democracia no Equador\*

*Galo Mayorga e Kai M. Thaler*

*Galo Mayorga é doutorando em ciências políticas na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Kai M. Thaler é professor assistente de estudos globais na University of California, Santa Barbara.*

Após anos como um oásis de relativa paz em uma região devastada pela violência relacionada às drogas, insurgências e repressão estatal, o Equador viu sua taxa de homicídios multiplicar-se por mais de sete vezes desde 2018. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime estima que a taxa de homicídios intencionais do país foi de 45,7 por 100 mil habitantes em 2023, a quarta mais alta do mundo. Em 2018, a taxa era de apenas 6. Ao mesmo tempo, a democracia do Equador permaneceu cronicamente instável. Em vez de se reconsolidar após um período de erosão democrática sob o presidente populista de esquerda Rafael Correa (2007–2017), a democracia do Equador permaneceu dividida pelo populismo e pela corrupção e corre o risco de sofrer uma erosão ainda maior.<sup>1</sup>

O atual presidente é Daniel Noboa, de 38 anos, que chegou ao cargo por meio de uma eleição antecipada em 2023 e garantiu um mandato completo de quatro anos em abril de 2025 (ele venceu o segundo turno nas duas ocasiões). Noboa militarizou a luta contra o crime, mas as

---

\* Publicado originalmente como “Crime, Crackdowns, and Democracy in Ecuador”, *Journal of Democracy*, Volume 37, Number 1, January 2026 © 2026 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

gângues continuam poderosas neste país de cerca de dezoito milhões de habitantes. Nessa situação vulnerável de fraqueza do Estado e fragilidade democrática, o Equador corre o risco de agravar o crime e os abusos do poder político. Noboa é elegível para um segundo mandato de quatro anos e, portanto, poderia permanecer no cargo até 2033. Ele tem se mostrado cada vez mais assertivo, empregando forças militares internamente para garantir a segurança (uma meta ainda não alcançada) e desafiando as instituições liberais-democráticas quando elas se interpõem em seu caminho. Para reforçar sua agenda de segurança e reformular o sistema político, ele recorreu a plebiscitos. A democracia do Equador agora se encontra pressionada entre a violência e o medo semeados por organizações criminosas e a pressão populista por mais poder de um presidente que tem sido agressivo militarmente, mas ainda não eficaz no combate ao crime.

Por que a violência tomou conta do Equador, e Noboa representa uma séria ameaça à democracia? Em seu zelo por erradicar a influência de Correa e fazer o país guinar para a direita, os dois presidentes que antecederam Noboa (Lenín Moreno e Guillermo Lasso) desmantelaram importantes agências de segurança e a capacidade estatal para combater a violência. Esse recuo do Estado deu espaço para que as organizações criminosas se expandissem, o que elas fizeram mesmo com a postura cada vez mais belicosa do governo.

Em seu zelo por reprimir a crescente criminalidade, Noboa demonstrou um desrespeito pelas liberdades civis e políticas, que agora combina com medidas para desafiar a independência judicial e limitar a oposição. Em toda a América Latina, os chefes do Executivo têm citado o combate ao crime como motivo para concentrar o poder e exercê-lo de maneiras controversas.<sup>2</sup> O presidente equatoriano tem procurado imitar o populista Nayib Bukele, de El Salvador, mas, até agora, com menos sucesso na redução da violência e também com menos popularidade: Bukele reduziu pela metade a altíssima taxa de homicídios de El Salvador durante seu primeiro ano como presidente (2019–2020) e foi reeleito em 2024 com quase 85% dos votos. Noboa ainda não conseguiu reduzir

significativamente a chocante taxa de homicídios do Equador e obteve pouco menos de 56% dos votos no segundo turno de 2025.

Noboa conseguiu que os eleitores aprovassem, em um referendo realizado em abril de 2024, reformas legais e constitucionais relacionadas à segurança, permitindo que as forças militares permanecessem permanentemente destacadas nas ruas e nas prisões, que os cidadãos fossem extraditados e que as penas criminais fossem prolongadas. No entanto, essas medidas não conseguiram reduzir a violência, e sua segunda tentativa de usar um referendo para aprovar sua agenda foi derrotada em 16 de novembro de 2025.<sup>3</sup> Os eleitores rejeitaram uma assembleia constituinte que poderia reescrever a Constituição da República do Equador, reformas que provavelmente teriam reduzido a competição política e permitido o retorno de bases militares estrangeiras no Equador. Os equatorianos agora aguardam para ver se Noboa moderará o tom ou se recusará a fazer concessões sobre sua abordagem linha-dura.

Apesar de toda a sua obstinação, Noboa provou ser astuto o suficiente para negociar e fazer concessões quando sente que os ventos políticos estão se voltando contra ele. Portanto, pode ser que tanto os atores equatorianos quanto os internacionais encontrem maneiras de trabalhar com ele para combater a criminalidade violenta — o que é claramente uma necessidade urgente —, mantendo o país dentro dos limites democráticos.

## **Aumento da criminalidade violenta e ascensão de Noboa**

A ascensão de Noboa deve-se em grande parte aos fracassos de seus antecessores. O governo de esquerda de Correa, embora mais conhecido por seu foco em mudanças econômicas e sociais progressistas, abordou a questão da segurança reformando os tribunais e a polícia com o objetivo de deter e reduzir a criminalidade. Entre 2009 e 2017, mais de US\$ 34 bilhões foram destinados a gastos com o setor de segurança — um

valor equivalente a cerca de 13% de todos os gastos do governo durante o mandato de Correa.

Correa trabalhou para aumentar a presença policial e promover uma abordagem de policiamento comunitário que, esperava-se, fortaleceria as relações com cidadãos em todo o país. As condições dos prisioneiros e suas famílias foram melhoradas, e houve uma mudança para um modelo de justiça reabilitador. No início de 2014, a adoção de um novo código penal ampliou a responsabilidade criminal e as punições para uma série de crimes. Novas instituições e procedimentos foram criados para coordenar a implementação dessas medidas. O mais controverso foi que Correa negociou com gangues na esperança de prevenir a violência e oferecer empregos legítimos a seus membros.<sup>4</sup>

Trabalhando com mediadores terceirizados para desenvolver confiança e credibilidade, os Ministérios da Justiça e do Interior firmaram um acordo informal especialmente bem-sucedido com os Latin Kings e outras gangues. Os membros das gangues que se desmobilizaram passaram a integrar grupos da sociedade civil que receberam acesso prioritário a financiamento e programas sociais, com o governo expandindo a autoridade do Estado onde as gangues haviam se retirado.

Os críticos argumentam que Correa foi muito brando com o crime. Eles destacam sua decisão de 2009 de não prorrogar um acordo que permitia que aeronaves de patrulha dos EUA usassem a base aérea de Manta e sua falta de investimento em vigilância aérea e marítima, o que teria dado mais liberdade aos traficantes de drogas, especialmente ao longo da costa. Os detratores também apontam a colaboração de funcionários corruptos com gangues e traficantes, bem como políticas migratórias frouxas que poderiam ter permitido que criminosos estrangeiros se instalassem no Equador.<sup>5</sup>

No entanto, o conjunto geral de mudanças na política de segurança de Correa foi associado a um sucesso inegável. Durante sua década no cargo, a taxa de homicídios caiu quase dois terços, passando de 15,8 por 100 mil habitantes em 2007 para pouco menos de 6 em 2017. Esse declínio não foi resultado de uma única política, mas de um amplo

esforço liderado pelo Estado para reconfigurar as instituições de segurança cidadã, fortalecer a capacidade do Estado e recuperar o controle territorial dos grupos criminosos organizados.

Correa planejava continuar exercendo o poder por meio de Moreno, seu vice-presidente e sucessor escolhido a dedo. No entanto, ao assumir o cargo em 2017, Moreno deixou Correa e sua política de esquerda de lado, com o objetivo de marginalizar e dismantelar as instituições estatais que Correa havia fundado.<sup>6</sup> Moreno fez isso descartando os programas de policiamento comunitário que haviam espalhado a influência do Estado por todo o país e a abordagem de reabilitação para lidar com prisioneiros, ao mesmo tempo em que desorganizou e dismantelou os principais órgãos de coordenação de segurança que Correa havia criado e usado de forma proativa.

A reestruturação e os cortes corroeram a capacidade do Estado, eliminando ou enfraquecendo o Ministério Coordenador de Segurança, o Ministério do Interior, a administração do sistema prisional pelo Ministério da Justiça, a Secretaria Técnica de Prevenção de Drogas, o sistema de vigilância ECU-911 e a Unidade de Análise Financeira e Econômica de combate à lavagem de dinheiro. O Estado recuou na prestação e no controle da segurança em grande parte do país e nas prisões e, quando o governo de Moreno tentou abordar as questões de segurança, descobriu que as capacidades estatais haviam diminuído.

Enquanto isso, Correa foi processado por acusações de corrupção e condenado *in absentia* em 2020 — embora Correa argumente que as acusações são politicamente motivadas. Ele recebeu asilo na Bélgica. Moreno procurou apresentar-se como uma força estabilizadora após a polarização e as acusações de minar a democracia que marcaram os anos de Correa, mas, em vez disso, o Equador passou pela pior onda de violência que já viu.

A escalada do derramamento de sangue continuou sob a presidência de Lasso. Moreno derrotou o empresário de direita por menos de 3 pontos percentuais em 2017, mas Lasso se recuperou e venceu em 2021.<sup>7</sup> Ele continuou a guinada do Equador à direita e a redução do poder central

do Estado, principalmente no setor de segurança, cada vez mais isolado, e aumentou a instabilidade política.

Lasso lutou para conquistar o apoio da população e gastou muita energia reprimindo protestos, sem conseguir lidar de forma eficaz com a economia ou a criminalidade. Ele anunciou uma abordagem linha-dura de segurança, mas o país sofreu mais derramamento de sangue. Gangues locais praticaram violência organizada e promoveram protestos nas prisões, exercendo maior controle atrás das grades. Elas também expandiram e aumentaram seus laços com organizações criminosas colombianas, mexicanas e europeias.<sup>8</sup> A decisão de Lasso, em 2023, de revogar a proibição de Correa, em 2011, do porte de armas de fogo por civis minou ainda mais a segurança. A fraqueza do Estado deu aos criminosos oportunidades nos portos, nos bancos (úteis para a lavagem de dinheiro) e nos escalões do governo e da polícia. O principal negócio era o envio de cocaína para a Europa e os Estados Unidos.

Entre 2019 e 2023, a taxa de homicídios no Equador disparou, conforme descrito acima. Grandes gangues, como Los Choneros, Los Tiguerones e Los Lobos, assumiram o controle do espaço operacional cedido pelo enfraquecimento do Estado, enquanto gangues menores buscavam conquistar seus próprios territórios. Moreno e Lasso empregaram poderes de emergência e reduziram as restrições ao policiamento, mas o fim da coordenação do setor de segurança que Correa havia estabelecido os prejudicou, e a violência aumentou vertiginosamente. A violência se concentrou principalmente na província de Guayas e na região portuária ao redor de Guayaquil, a maior cidade do Equador. No entanto, apesar das tentativas de repressão por parte dos sucessivos presidentes, a violência se espalhou por todo o país, incluindo a capital, Quito, que fica bem no interior.

Quando a Assembleia Nacional decidiu iniciar um processo de impeachment contra Lasso em 2023, em meio a alegações de corrupção e uma crise de segurança cada vez mais grave, ele dissolveu unilateralmente o Legislativo e convocou novas eleições legislativas e presidenciais, minando ainda mais sua capacidade de governar durante

o restante de seu mandato.<sup>9</sup> A insatisfação com as elites políticas e os temores de um aumento dos homicídios — incluindo o assassinato do candidato presidencial Fernando Villavicencio em Quito, em agosto de 2023 — levaram um público cansado a depositar suas esperanças em Daniel Noboa, filho de um bilionário (Álvaro Noboa) que havia se candidatado sem sucesso à Presidência do Equador cinco vezes entre 1998 e 2013.

Com uma campanha baseada em promessas de combater a corrupção, impulsionar o crescimento econômico e reformar o sistema judiciário, Daniel Noboa declarou logo após assumir o cargo, em novembro de 2023, que o país estava em estado de “conflito armado interno”. Inspirado pelo ataque de Bukele às gangues em El Salvador, Noboa reforçou a política linha-dura, com militarização da campanha antigangues e estratégias que desafiam liberdades democráticas, incluindo declarações de estado de emergência tanto a nível nacional como em várias regiões do país.

---

***Com uma campanha baseada em promessas de combater a corrupção, impulsionar o crescimento econômico e reformar o sistema judiciário, Daniel Noboa declarou logo após assumir o cargo, em novembro de 2023, que o país estava em estado de “conflito armado interno”.***

---

O enfraquecimento do Estado e os esforços de Moreno e Lasso para fragmentar os setores de segurança e o Judiciário, no entanto, dificultaram o combate ao crime organizado.<sup>10</sup> De acordo com dados do Ministério do Interior, ocorreram 21.301 homicídios entre 2023 e o terceiro trimestre de 2025. Sessenta e um por cento deles (13.053 mortes) ocorreram entre janeiro de 2024

(mês em que Noboa declarou guerra interna) e agosto de 2025. Esse intervalo de vinte meses agora tem a terrível distinção de ser o período mais mortal da história moderna do Equador. No terceiro trimestre de 2025, as mortes violentas totalizaram 6.020 — um aumento de 19% em relação às 4.970 registradas no mesmo período de 2024.

Noboa enviou forças militares às prisões em 2024 e começou a retirar parcialmente as tropas em agosto de 2025. Repletas de corrupção e tráfico de drogas, as prisões continuaram sendo centros de violência durante todo esse tempo. Confrontos entre gangues nas prisões de Esmeraldas e Machala deixaram mais de trinta mortos durante uma única semana em setembro de 2025. No início de novembro, 31 detentos foram mortos em novos confrontos entre gangues em Machala. Em teoria, o Estado deveria ser capaz de controlar as prisões mais facilmente do que as ruas, mas no Equador as prisões parecem estar além da capacidade de controle até mesmo das forças armadas. Mesmo que as forças de segurança não tenham conseguido reduzir a taxa de homicídios, elas cometeram abusos durante a repressão às gangues, provocando condenações e investigações de execuções extrajudiciais e desaparecimentos.

Noboa, por sua vez, é conhecido por mostrar pouca consideração pelos procedimentos institucionais normais. Durante a campanha de 2025, por exemplo, ele foi obrigado por lei a ceder o poder ao seu vice-presidente, mas se recusou a fazê-lo. Ele tinha um adversário de direita na corrida à Presidência que defendia uma repressão ainda mais dura ao crime, mas o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) considerou essa pessoa inelegível. No segundo turno, as pesquisas mostravam uma disputa acirrada entre Noboa e Luisa González, do partido de Correa, contra quem Noboa também havia enfrentado no segundo turno de 2023. Noboa aumentou os gastos sociais para ganhar votos, e no dia do segundo turno surgiram acusações de que decretos de emergência estavam limitando a liberdade de movimento dos cidadãos em algumas áreas onde a opinião pública ainda era fortemente favorável a Correa. Em 13 de abril de 2025, Noboa surpreendeu os observadores ao obter mais de 55% dos votos, melhorando seu desempenho no segundo turno de 2023. Ele também saiu da votação de 2025 com uma coalizão majoritária na Assembleia.

## **Conflito com os tribunais e repressão aos protestos**

Há dúvidas sobre se Noboa ou qualquer outro político latino-americano poderá repetir o sucesso de Nayib Bukele em reprimir as gangues, ganhar popularidade e consolidar um regime fortemente autoritário, especialmente quando pactos pré-existentes com as gangues permitiram que a repressão de Bukele fosse tão bem-sucedida.<sup>11</sup> Os sucessores de Correa descartaram sua disposição de oferecer incentivos às gangues para que depusessem as armas, e Noboa ainda não venceu a batalha contra o crime organizado nem conquistou o apoio esmagador da população ou a maioria legislativa que permitiu a Bukele desenvolver uma ditadura. Independentemente disso, Noboa agora está atacando as instituições democráticas da mesma maneira que Bukele o fez.

As ameaças mais evidentes de Noboa vêm de seu ataque à independência judicial. Ele entrou em conflito com os tribunais, que consideraram inválida sua declaração de conflito armado interno e contestaram seus decretos de emergência, e ignorou as decisões de que precisava deixar o poder durante a campanha. Quando, em agosto de 2025, a Corte Constitucional citou questões de direitos e decidiu suspender partes das novas leis de segurança que Noboa havia defendido, o presidente optou pela escalada. Com soldados e um tanque estacionados ao redor do prédio do Tribunal, Noboa liderou uma manifestação em massa em 12 de agosto em frente ao local, condenando a decisão e culpando os juízes por exacerbar a crise de segurança.<sup>12</sup> Ele pediu uma emenda constitucional para alterar o artigo 431 da Constituição de 2008, que protege os juízes da Corte Constitucional de impeachment ou demissão, e cria um processo para removê-los que é supervisionado pelo Judiciário. Outdoors atacando o tribunal apareceram em Quito; Noboa afirmou não ter ideia de quem estava pagando por eles.

A Corte Constitucional tentou resistir à pressão de Noboa. No início de setembro de 2025, ela rejeitou várias questões propostas para um plebiscito que Noboa havia convocado para 16 de novembro, incluindo a revogação de uma questão sobre o impeachment de juízes. Em resposta,

Noboa decretou, em meados de setembro, um referendo para aprovar a convocação de uma assembleia constituinte. O tribunal suspendeu essa tentativa de burlar a lei, mesmo com a polícia invadindo seu prédio em resposta a uma suposta ameaça de bomba. O CNE e o gabinete jurídico da Presidência então apresentaram um decreto revisado que abordava algumas, mas não todas, as deficiências constitucionais apontadas pelo tribunal. Em um processo conduzido às pressas, a Corte Constitucional decidiu que o referendo poderia prosseguir, uma vez que a iniciativa de Noboa atendia aos requisitos formais.

Embora menos conflituoso, esse episódio tem paralelos com os eventos de fevereiro de 2020 em El Salvador, quando Bukele invadiu a Câmara Legislativa com quarenta soldados armados e sentou-se na cadeira do presidente para intimidar os legisladores a aprovarem sua proposta de nova lei de segurança. Noboa agora conta com a maioria na Assembleia Nacional. Portanto, se os tribunais continuarem criando obstáculos, ele poderá tentar imitar a manobra de Bukele em maio de 2021 de fazer com que o Legislativo destituísse os juízes.

Os esforços de Noboa para controlar o Poder Judiciário ocorrem em meio a críticas relacionadas a abusos de direitos humanos, esforços para limitar a campanha da oposição e alegações de corrupção a serviço dos negócios da família Noboa. Líderes e ativistas indígenas reclamaram da atuação excessiva das forças de segurança e se opõem aos novos projetos de mineração que o presidente vem promovendo. Em agosto de 2025, Leonidas Iza, ex-líder da CONAIE, a poderosa coalizão indígena do Equador, alegou que o governo estava espionando-o e possivelmente tentando assassiná-lo. Outro líder indígena, o ex-candidato à presidência Yaku Pérez, acusou formalmente Noboa e sua esposa de negociações ilícitas com uma empresa de mineração canadense que buscava a aprovação de um novo projeto.

Em setembro de 2025, Noboa anunciou medidas de austeridade e cortou os subsídios aos combustíveis, elevando os preços do diesel. Quando a CONAIE convocou uma greve nacional, Noboa declarou estado de emergência e tocou de recolher nas principais províncias. Ele enviou

tropas às cidades mais agitadas e, em seguida, colocou todo o país em estado de emergência. Ignorando as advertências da Corte Constitucional sobre violações de direitos, as forças de segurança impuseram toques de recolher e realizaram detenções arbitrárias, chegando a sair às ruas em comboios armados que confundiam a linha entre o policiamento de protestos e a realização de uma campanha de contrainsurgência.

No final de setembro, Noboa demitiu sete oficiais militares de alto escalão, talvez para garantir lealdade antes de planejar mais ações contra os protestos em massa. Relatos de uso de munição real, batidas noturnas, prisões seletivas de líderes de movimentos sociais e bloqueios localizados da internet ressaltaram a abordagem repressiva do governo. Três ativistas indígenas foram mortos e dezenas de civis ficaram feridos, enquanto grupos de direitos humanos estrangeiros e nacionais denunciavam a repressão e pediam um cessar-fogo.

Possivelmente preocupado em perder força política às vésperas do referendo, Noboa começou a fazer concessões, ao mesmo tempo em que continuava a reprimir. Procurou amenizar a pressão com gestos econômicos de apaziguamento. Distribuiu transferências de renda no valor de mais de 300 milhões de dólares, reduziu temporariamente o imposto sobre o valor agregado e concedeu aos funcionários públicos um adiantamento de seus salários. Indiferente, a CONAIE anunciou uma marcha em Quito e o presidente destacou mais de seis mil soldados para bloqueá-la. Congelou as contas bancárias de ativistas e organizações indígenas e ambientais em meio a investigações sobre suas finanças. Além disso, a autoridade eleitoral proibiu o movimento do ex-presidente Rafael Correa de fazer campanha<sup>†</sup>, enquanto o procurador-geral intensificou uma investigação de lavagem de dinheiro contra Aquiles Álvarez, prefeito de Guayaquil e um dos principais críticos de Noboa.

---

<sup>†</sup> Em 2021, Rafael Correa tentou voltar oficialmente à política e se lançou como candidato a vice-presidente na chapa de um aliado seu, mas o Conselho Nacional Eleitoral recusou a candidatura porque a lei equatoriana exige que o candidato se apresente presencialmente para oficializar a inscrição. Como Correa vive na Bélgica e tem ordens de prisão contra ele no Equador, ele não poderia voltar sem ser preso. (N. do. E)

Álvarez, por sua vez, condenou o que chamou de uma tentativa de distrair o público das dificuldades de Noboa.<sup>13</sup>

Com o aumento dos custos da repressão e o crescimento da pressão, Noboa, em meados de outubro, tentou contornar a CONAIE articulando diretamente com pequenas organizações indígenas locais. No entanto, elas têm influência limitada e não conseguiram conter a mobilização da CONAIE. Em 22 de outubro, a ameaça de uso da força militar contra os bloqueios de estradas causados pelos protestos fez com que a CONAIE cedesse e cancelasse a greve. Noboa então anunciou medidas para reduzir parcialmente os preços do diesel até fevereiro de 2026, uma pequena concessão que permitiu que cada lado reivindicasse uma vitória parcial. As questões subjacentes permanecem sem solução, então Noboa terá que escolher novamente, em algum momento, entre mais repressão ou outro acordo com os movimentos indígenas.

Presidentes que buscam suprimir a dissidência, minar os oponentes ou combater acusações de corrupção não são novidade no Equador, e os tribunais, a sociedade civil e os manifestantes frequentemente encontram maneiras de responsabilizar os líderes. A urgência da luta contra o crime, no entanto, oferece um meio fácil de distrair a opinião pública e as demandas por responsabilização. O perigo potencial para a democracia é óbvio.

## **Opinião pública e apoio**

É claro que existem razões urgentes para que o público se concentre no combate às gangues e aos crimes violentos em um país onde os homicídios e as extorsões dispararam. Entre 2022 e 2024, a violência deslocou mais de 300.000 pessoas (mais de 5% dos lares) de suas casas, enquanto centenas de milhares deixaram o país em busca de segurança e estabilidade.<sup>14</sup> Independentemente de Noboa representar ou não uma ameaça à democracia do Equador, as gangues certamente representam. Como em outras partes da América Latina,<sup>15</sup>

as organizações criminosas no Equador corromperam e intimidaram autoridades estatais e candidatos políticos e assassinaram aqueles que prometeram combater a corrupção e a violência. As gangues espalham o medo entre os cidadãos e fazem com que eles não possam se locomover ou falar livremente, suprimindo sua capacidade de participar de uma sociedade democrática e, por sua vez, fazendo com que muitos estejam dispostos a apoiar políticos que dizem que vão reprimir o crime por todos os meios necessários.

O público apoiaria Noboa se ele tentasse consolidar um regime autoritário? O Equador tem um histórico de presidentes derrubados pelo Legislativo e por movimentos populares, mas a grave ameaça à segurança representada pelas gangues pode ter criado um novo ambiente político em um país que nunca enfrentou insurgências graves como no Peru ou na Colômbia. Uma parte significativa da população do Equador há muito apoia políticas linha-dura,<sup>16</sup> e com o aumento da violência, a satisfação com a democracia caiu e, portanto, mais pessoas podem agora estar dispostas a renunciar às liberdades democráticas liberais em troca de segurança.

Quando o Latinobarômetro realizou pesquisas com equatorianos em 2020, 2023 e 2024, mais de 80% disseram não estar muito satisfeitos ou estar completamente insatisfeitos com a democracia de seu país — um número que em 2017 não chegava a 50%. Essa insatisfação ameaça cada vez mais a democracia do Equador. Em 2023, apenas 51% dos entrevistados pelo AmericasBarometer concordaram que “a democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”, uma queda em relação aos 63% registrados apenas dois anos antes. Na última década, a porcentagem dos que afirmam que apoiariam um golpe militar para combater a alta criminalidade aumentou nas pesquisas do AmericasBarometer, chegando a 57%. Quando se trata de golpes do Executivo, cerca de um terço dos entrevistados do AmericasBarometer em 2023 afirmou que um *autogolpe* presidencial poderia ser justificado em “tempos difíceis”.

Ainda não sabemos se esse número aumentou sob o governo de Noboa, mas o medo do crime é generalizado e, em 2023 e 2024, metade dos entrevistados do Latinobarômetro citou a segurança pública como o problema mais urgente do Equador. A porcentagem da população disposta a aceitar a alegação de que são necessários poderes presidenciais especiais para combater as gangues e o crime pode estar aumentando.

Ao assumir a Presidência do Equador, no início de 2024, Noboa era muito popular: o instituto de pesquisa CEDATOS estimava sua taxa de aprovação em 70%. Esses números caíram à medida que a criminalidade permanecia generalizada e a economia continuava em dificuldades.<sup>17</sup> Em meados de 2025, ele estava novamente com mais de 50%, mas uma pesquisa realizada no final de agosto mostrou que ele estava estagnado. O entusiasmo inicial pode ter diminuído à medida que as medidas repressivas e os aumentos de preços de Noboa prejudicaram sua popularidade, mas, novamente, ninguém pode afirmar com certeza que os sólidos 40% de apoio que ele parece ter como “piso” de seu índice de aprovação nunca serão suficientes para respaldar quaisquer medidas de centralização do poder.

Em seu referendo derrotado, Noboa pediu aos eleitores que aprovassem quatro medidas:

Primeiro, reverter a política da era Correa de proibir bases militares estrangeiras. Noboa pediu apoio militar dos Estados Unidos, da Europa e do Brasil para combater as gangues, e também gostaria de fazer parceria com empresas de segurança privada (com preocupações sobre o respeito aos direitos humanos em segundo plano, na melhor das hipóteses). Segundo, Noboa queria que os eleitores acabassem com o financiamento público dos partidos políticos, uma medida que poderia ter inclinado a balança a favor dos candidatos ricos e dos partidos apoiados pelo empresariado. Terceiro, ele pediu ao eleitorado que reduzisse o número de cadeiras no Legislativo, uma medida que imita Bukele e um processo que Noboa poderia ter usado para beneficiar a si mesmo e ao seu partido. Por último, ele buscou aprovação para a convocação

de uma assembleia para reescrever a Constituição de 2008, que é ela própria o produto de um processo de reescrita impulsionado por Correa.

Em 5 de novembro, Noboa declarou estado de emergência em sete províncias, gerando preocupações de que ele pretendesse suprimir a campanha da oposição. Na manhã de 16 de novembro, o governo anunciou que havia convencido as autoridades espanholas a prender um suposto líder do Los Lobos que estava escondido lá, uma medida provavelmente destinada a impulsionar o voto “sim” naquele dia, mostrando que os esforços de Noboa contra as gangues estavam funcionando. No entanto, os dias que antecederam a votação também trouxeram novos detalhes aterradores do julgamento de 17 membros da Força Aérea acusados pelo desaparecimento, tortura e assassinato de quatro meninos em Guayaquil, em dezembro de 2024, o abuso mais chocante ocorrido até agora na atual onda repressiva.

Quando os resultados foram divulgados, ficou claro que Noboa havia sofrido a primeira grande derrota de seu governo. Os eleitores rejeitaram todas as quatro medidas, com cerca de 60% votando “não” às bases militares estrangeiras, aos cortes no financiamento público dos partidos e, mais criticamente, à nova assembleia constituinte. A única medida que ficou um pouco mais acirrada foi a terceira questão, sobre a redução do tamanho da Assembleia Nacional: ela obteve 53,5% dos votos “não”.

Noboa foi às redes sociais na noite da eleição para dizer que respeitava a vontade popular, mas que a determinação de seu governo em continuar lutando para melhorar o Equador só havia se fortalecido.<sup>18</sup> No momento da escrita deste artigo, no final de novembro de 2025, Noboa optou por permanecer em silêncio sobre a possibilidade de mudar suas políticas após a derrota nas urnas. Todos os membros de seu gabinete apresentaram suas demissões e Noboa começou a reorganizar os ministérios, mas qualquer mudança nas políticas e práticas terá que vir do topo. Noboa ainda tem opções para tentar mudar leis e fazer revisões constitucionais parciais por outros meios,<sup>19</sup> e ainda faltam vários anos para o fim de seu mandato.

A votação, no entanto, refuta a ideia de que Noboa tem um mandato popular claro para levar adiante sua agenda. A maioria dos eleitores rejeitou uma substituição total da Constituição de 2008, bem como mudanças na legislatura e no financiamento político que teriam reduzido a representação democrática e a competição eleitoral. Noboa deve agora descobrir como ampliar sua popularidade e legitimidade para além dos dois quintos do eleitorado que atualmente compõem sua base. Encontrar uma maneira mais eficaz de combater a criminalidade violenta será crucial, especialmente porque os cidadãos parecem cada vez mais céticos quanto à possibilidade de que mais militarização ou intervenção estrangeira resolvam os problemas do país.

### **Encontrando um caminho adiante**

O Estado equatoriano é fraco demais para controlar a violência, mas não entrou em colapso como o do Haiti. Em ambas as situações, porém, a intervenção estrangeira está longe de ser uma panaceia para países onde o Estado e a democracia já estão prejudicados. Restrições de curto prazo às gangues ou ao tráfico de drogas podem ser viáveis, mas uma maior militarização ameaçará pessoas inocentes e a democracia, sem que leve a uma solução de longo prazo. Pesquisas realizadas na região mostram que os cidadãos muitas vezes preferem o policiamento militarizado porque acreditam que ele será mais eficaz do que o policiamento civil para conter o crime e a desordem, mas as evidências não corroboram isso. O policiamento militarizado está associado a mais violações dos direitos humanos e até mesmo ao aumento da criminalidade violenta.<sup>20</sup>

Sob o segundo governo Trump, é improvável que o apoio dos EUA ao combate às gangues e ao tráfico de drogas venha acompanhado de condições relacionadas à democracia ou aos direitos humanos: um acordo de assistência à segurança assinado em setembro de 2025 exige, em vez disso, que o Equador acolha migrantes rejeitados pelas autoridades americanas.<sup>21</sup> Se Noboa conseguir o que deseja, ou seja,

um maior envolvimento das forças militares dos EUA ou de outros países no Equador, há poucas garantias de que isso consiga reprimir as gangues ou o tráfico de drogas.

A Colômbia conta com o apoio dos EUA no combate ao narcotráfico e à insurgência há décadas, mas continua sendo o maior produtor mundial de coca. Com os eleitores tendo rejeitado o retorno de bases militares estrangeiras ao Equador, parece provável que qualquer intervenção de segurança dos EUA por outros meios também produza uma reação nacionalista, o que poderia corroer ainda mais a popularidade de Noboa. Outros atores internacionais, no entanto, devem procurar garantir que os esforços para ajudar o Equador não sejam voltados apenas para as forças de segurança, mas trabalhem para fortalecer o Estado de maneira mais geral, ao mesmo tempo em que tentam controlar os abusos dos direitos humanos e a corrupção.

Noboa está ciente da opinião pública e demonstrou que responderá às críticas da população e aos protestos em massa quando isso se tornar politicamente oneroso. No caso do projeto de mineração liderado pelo Canadá, ele decidiu, em setembro de 2025, suspender a principal licença ambiental e, ao mesmo tempo, trabalhar com aliados nos tribunais e na procuradoria-geral para arquivar as investigações de corrupção relacionadas ao assunto. Da mesma forma, seus contatos diretos com organizações e comunidades indígenas locais tinham como objetivo isolar os líderes nacionais da CONAIE e talvez dividir todo o movimento indígena, mas as negociações reduziram as tensões e mostraram que Noboa (apesar de seu discurso duro) pode ser flexível quando sente que a situação exige fazer concessões para chegar a um acordo.

Após a derrota no referendo, agora é o momento de deixar claro para Noboa que uma crise de segurança não é uma desculpa universal para expandir o Poder Executivo e corroer os sistemas de freios e contrapesos, e que a cooperação da sociedade civil será fundamental para que a economia do Equador se estabilize e a segurança interna melhore. Medidas linha-dura podem beneficiar Noboa politicamente no curto prazo, mas alegações de que elas são necessárias para reduzir a criminalidade

soarão vazias se as estatísticas de homicídios permanecerem elevadas, e os danos que o policiamento militarizado causa à vida dos cidadãos e à estabilidade democrática devem, entretanto, ser destacados.

Ao mesmo tempo em que pressionavam para reduzir as violações de direitos humanos nas operações contra gangues, a Organização dos Estados Americanos e a ONU alertaram, em agosto e setembro de 2025, sobre as ameaças à independência judicial e à sociedade civil decorrentes das políticas e propostas de Noboa. Esse tipo de mensagem e pressão internacional pode continuar a apoiar a sociedade civil do Equador em seus esforços para garantir que a democracia e os direitos humanos não sejam pisoteados em nome de uma política de segurança irrestrita.

Os jornalistas precisam enfrentar a violência e a intimidação das gangues ao tentar reportar os fatos e responsabilizar o governo. Apesar da importância da imprensa livre para a democracia, o governo faz muito pouco para proteger os jornalistas e, com frequência, trata-os como adversários: dezenas de repórteres tiveram que enfrentar a violência e as restrições do Estado enquanto cobriam os protestos de setembro e outubro de 2025. A fuga de jornalistas, defensores dos direitos humanos e ativistas do El Salvador de Bukele é um prenúncio do que aguarda seus colegas no Equador, caso a democracia enfraquecida desse país se deteriore ainda mais.

Até agora, a relação de Noboa com a CONAIE e os líderes indígenas tem sido difícil. Manifestantes indígenas tiveram participação na derubada de presidentes equatorianos anteriores, e a recente convocação de greve e os protestos mostraram como os grupos indígenas podem se mobilizar de forma ampla e rápida. Assim como Correa, Noboa tem planos de desenvolvimento econômico focados na extração de recursos naturais e em desacordo com os interesses de muitas comunidades indígenas. As negociações têm sido intermitentes e geraram acusações mútuas de inflexibilidade e má-fé. No entanto, como ele revelou ao suspender a licença de mineração, Noboa não está totalmente fechado a concessões econômicas ou ambientais. Se ele negociar de forma

credível e cumprir o que promete, poderá descobrir que os indígenas equatorianos ajudarão a promover seus objetivos de segurança.

Organizações criminosas expandiram a extorsão e o tráfico de drogas para áreas rurais, onde operações ilegais de mineração e extração de madeira, muitas vezes militarizadas, já ameaçam as terras e as vidas dos indígenas. Os governos latino-americanos têm, por vezes, reconhecido a autonomia das comunidades indígenas e cooperado com elas para ampliar o alcance do Estado em regiões que enfrentam ameaças à segurança.<sup>22</sup> Ao fazer as pazes com a CONAIE, Noboa poderia evitar protestos disruptivos que afastam as forças de segurança da luta contra o crime e trabalhar com os interesses indígenas para ajudar a proteger a periferia do Equador.

Alcançar a segurança sem destruir a democracia é fundamental para o povo do Equador e para a região em geral. No vizinho Peru, instalaram-se organizações criminosas vindas do Equador e de outros lugares, e a impopular e supostamente corrupta presidente interina Dina Boluarte foi finalmente destituída pelo Congresso em 10 de outubro de 2025, em meio à indignação pública com o aumento dos homicídios. Seu substituto — pelo menos até julho de 2026 — é o jovem e conservador líder do Congresso José Jerí. Ele rapidamente declarou guerra ao crime e imitou Noboa, tanto supervisionando pessoalmente as operações contra as gangues quanto declarando estado de emergência para reprimir os protestos em curso. À medida que crescem as dúvidas sobre a sustentabilidade da abordagem extrema e autoritária de Bukele ao crime,<sup>23</sup> a derrota de Noboa no referendo poderia levá-lo a mudar de rumo e oferecer um exemplo diferente e melhor para os países latino-americanos que lutam contra a violência perpetrada pelo crime organizado?

Dada sua postura linha-dura em relação às gangues, é improvável que Noboa negocie como fez Correa, e a proliferação de organizações criminosas no Equador significa que um acordo com um ou mesmo alguns grupos teria pouca garantia de reduzir o crime e a violência em geral. Além disso, Noboa poderia se sentir tentado a fazer com que as forças de segurança insistissem na repressão para mostrar que sua

estratégia de militarização ainda pode ser eficaz. Em vez de reforçar as políticas linha-dura e tentar alcançar uma vitória militar dispendiosa, Noboa tem a oportunidade de desfazer os erros do passado, reconstruindo a capacidade do Estado e institucionalizando a coordenação entre os setores de segurança e o Poder Judiciário para combater o crime e suas causas, evitando violações generalizadas dos direitos humanos.

Noboa poderá concorrer novamente em 2029, então, em princípio, ele deveria querer provar ao povo equatoriano que pode garantir segurança e estabilidade sem sacrificar a democracia. E quaisquer que sejam suas perspectivas políticas, o futuro democrático do Equador dependerá da moderação da polarização e do combate à violência para ajudar toda a população do país, em vez de tratar a luta contra o crime como um veículo para a busca de cargos públicos e ganhos partidários.

## Notas

- 1 Sobre o governo de Correa, ver Catherine M. Conaghan, “Delegative Democracy Revisited: Ecuador Under Correa”, *Journal of Democracy* 27 (julho 2016): 109–18.
- 2 Gustavo Flores-Macías, “Violent Crime and the Expansion of Executive Power in Latin America”, *Presidential Studies Quarterly* 53 (junho 2023): 256–72.
- 3 Andrés Martínez-Moscoso, “2024 Referendum in Ecuador: Between Fear and Legitimacy”, *ConstitutionNet*, International IDEA, 31 maio 2024, <https://constitutionnet.org/news/voices/2024-referendum-ecuador-between-fear-and-legitimacy>.
- 4 Sobre as negociações com gangues e o processo de legalização, consulte David C. Brotherton e Rafael Gude, “Social Control and the Gang: Lessons from the Legalization of Street Gangs in Ecuador”, *Critical Criminology* 29 (dezembro 2021): 931–55.
- 5 Will Freeman, “O Equador pode evitar se tornar um narcoestado?”, *Current History* 123, n. 850 (2024): 58–59; Andres Oppenheimer, “The Lesson of Ecuador’s Outburst of Violence: Don’t Negotiate with Drug Gangs”, *Miami Herald*, 12 janeiro 2024, <https://www.miamiherald.com/news/local/news-columns-blogs/andres-oppenheimer/article284164763.html>.
- 6 Carlos de la Torre, “Latin America’s Shifting Politics: Ecuador After Correa”, *Journal of Democracy* 29 (outubro de 2018): 77–88; Felipe Burbano de Lara e Carlos de la Torre, “The Pushback Against Populism: Why Ecuador’s Referendums Backfired”, *Journal of Democracy* 31 (abril 2020): 69–80.
- 7 John Polga-Hecimovich e Francisco Sánchez, “Latin America Erupts: Ecuador’s Return to the Past”, *Journal of Democracy* 32 (julho 2021): 5–18.
- 8 Como Freeman e Oppenheimer apontam (ver nota 4 acima), as organizações criminosas transnacionais aproveitaram-se da eliminação dos requisitos de visto sob Correa. Sob Moreno e Lasso, outros criminosos aproveitaram-se da redução da capacidade do Estado e da coordenação de segurança para se mudarem para o Equador.

- 9 Will Freeman, “Ecuador’s Democratic Breakdown”, *Journal of Democracy*, maio 2023, <https://www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/ecuadors-democratic-breakdown>.
- 10 OECO, *Recomendaciones Para El Próximo Gobierno En La Lucha Contra El Crimen Organizado* (Observatório Equatoriano de Crime Organizado, 2024), <https://oeco.padf.org/recomendaciones-para-el-proximo-gobierno-en-la-lucha-contra-el-crimen-organizado>.
- 11 Manuel Meléndez-Sánchez e Alberto Vergara, “The Bukele Model: Will It Spread?”, *Journal of Democracy* 35 (julho 2024): 84–98 [Ed. bras.: “O modelo Bukele vai se espalhar?”, *Journal of Democracy em português* 13, n. 2 (outubro 2024)].
- 12 Em 2007, os apoiadores de Correa protestaram contra o legislativo e o tribunal eleitoral, mas o próprio Correa não convocou nem participou desses protestos.
- 13 Juan Ponce Merchán, “Aquiles Álvarez Rompe El Silencio Tras Allanamiento de La Fiscalía: Esto Dijo”, *Expreso* (Guayaquil), 8 outubro 2025, <https://www.expreso.ec/guayaquil/aquiles-alvarez-rompe-el-silencio-tras-allanamiento-de-la-fiscalia-esto-dijo-260051.html>.
- 14 Defensoria do Povo do Equador, *Desplazamiento Interno en Ecuador* (Quito: Defensoria do Povo do Equador, 2025), <https://reliefweb.int/report/ecuador/defensoria-del-pueblo-ecuador-desplazamiento-interno-en-ecuador>.
- 15 Javier Corrales e Will Freeman, “How Organized Crime Threatens Latin America”, *Journal of Democracy* 35 (outubro 2024): 149–61; Juan Masullo e Abbey Steele, “How Drug Wars Destroy Democracy”, *Journal of Democracy*, julho 2025, <https://www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/how-drug-wars-destroy-democracy>.
- 16 John Polga-Hecimovich, “The Evolution of Crime Policy and Attitudes Toward Mano Dura in Ecuador”, in *Mano Dura Policies in Latin America*, org. J. D. Rosen e S. A. Cutrona (Londres: Routledge, 2023).
- 17 CEDATOS, “Ecuador: President Noboa Approval Rating 2025”, Statista, 28 agosto 2025, <https://www.statista.com/statistics/1550478/ecuador-president-noboa-approval-rating>.

- 18 Daniel Noboa Azin, X.com (16 novembro 2025, 9:14), <https://x.com/DanieloboaOk/status/1990242162236154350>.
- 19 Redacción Primicias, “¿Qué alternativas le quedan a Daniel Noboa para reformar la Constitución, tras el triunfo del ‘No’ en la consulta popular 2025?”, *Primicias*, 16 novembro 2025, <https://www.primicias.ec/politica/resultados-consulta-popular-referendum-ecuador-preguntas-cne-asamblea-constituyente-constitucion-16noviembre2025-109242>.
- 20 Robert A. Blair e Michael Weintraub, “Little Evidence That Military Policing Reduces Crime or Improves Human Security”, *Nature Human Behaviour* 7 (junho 2023): 861–73; Gustavo A. Flores-Macías e Jessica Zarkin, “The Militarization of Law Enforcement: Evidence from Latin America”, *Perspectives on Politics* 19 (junho 2021): 519–38; Gustavo Flores-Macías e Jessica Zarkin, “The Consequences of Militarized Policing for Human Rights: Evidence from Mexico”, *Comparative Political Studies* 57 (março 2024): 387–418.
- 21 Daphne Psaledakis e Alexandra Valencia, “US Gives Ecuador Nearly \$20 Million in New Funding, Drones to Fight Drug Gangs”, Reuters, 5 setembro 2025, <https://www.reuters.com/world/americas/us-gives-ecuador-nearly-20-million-new-funding-drones-fight-drug-gangs-2025-09-04>.
- 22 Giorleny Altamirano Rayo, “State Building, Ethnic Land Titling, and Transnational Organized Crime: The Case of Honduras”, *Latin American Research Review* 56, n. 1 (2021): 50–66; Giorleny Altamirano Rayo, Eric S. Mosinger, e Kai M. Thaler, “State-building and Indigenous Rights Implementation: Political Incentives, Social Movement Pressure, and Autonomy Policy in Central America”, *World Development* 175 (março 2024), artigo 106468.
- 23 Beatriz Magaloni e Alberto Diaz-Cayeros, “Does the Bukele Model Have a Future?”, *Foreign Affairs*, 11 setembro 2025, <https://www.foreignaffairs.com/salvador/does-bukele-model-have-future>.

## PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Criada em 2007 pela Fundação Fernando Henrique Cardoso e pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, a Plataforma Democrática objetiva fortalecer a cultura e as instituições democráticas no Brasil e na América Latina. Desenvolvemos pesquisas, publicações e seminários sobre as transformações da sociedade e da política na região e no sistema internacional, com foco nos desafios à convivência e à governança democrática. Estimulamos o diálogo entre produtores de conhecimento e diferentes atores sociais e políticos, de modo apartidário. Promovemos o aprendizado democrático da cidadania, fomentando uma cultura cívica que valoriza a argumentação e o pluralismo de pontos de vista.

### Conheça nossas publicações mais recentes:

#### **Conexão América Latina**

Ensaio sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência.

Ano 4, Volume 2: [América Latina, o Não Alinhamento Ativo e a disputa entre os Estados Unidos e a China, por Jorge Heine](#)

Ano 4, Volume 1: [O cenário do crime organizado e dos mercados ilícitos no bioma amazônico, por Leandro Piquet Carneiro e Adriano Bastos Rosas](#)

Ano 3, Volume 2: [Um “modelo Bukele” para a América Latina?, por Lucía Dammert](#)  
[Conheça todas as edições](#)

#### **Journal of Democracy em Português**

Revista semestral sobre os desafios contemporâneos da democracia no mundo, com traduções e artigos originais sobre o Brasil.

[Veja todas as edições publicadas](#)

#### **Coleção O estado da democracia**

Livros sobre os desafios da democracia no Brasil e no mundo.

[O Novo Governo dos Indivíduos](#)

[Nacionalismo e Democracia na Europa e no Brasil](#)

[Desafios do Sistema Político Brasileiro](#)

[Identidades e Crise das Democracias](#)

[O Brasil diante das turbulências internacionais](#)

#### **Coleção Corações e Mentes**

Projeto de educação cidadã orientada por valores humanistas e democráticos, com textos de acesso gratuito para uso escolar com o objetivo de fortalecer os valores e o exercício da democracia.

Volume 1: [Pensando de forma autônoma fora e dentro da internet](#)

Volume 2: [Ensino Religioso e Valores Democráticos](#)

Volume 3: [Nacionalismo e Democracia](#)

Volume 4: [Educar em Tempos de Inteligência Artificial](#)